



Transcrição da Sessão Ordinária da
Assembleia Municipal de Marco de
Canaveses

----- *29 de junho de 2019* -----



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, eu pedia a vossa atenção. Vamos dar início aos trabalhos. Eu queria começar por cumprimentar a população de Bem Viver, e por agradecer à Junta de Freguesia o facto de nos ter recebido, a sala é ótima, as vistas são ótimas, e eu penso que a Assembleia vai correr muito bem. Os agradecimentos são, naturalmente, dirigidos à população e à Junta de Freguesia, com um especial agradecimento ao Sr. Presidente de Junta desta freguesia.

Depois, queria mandar um abraço ao meu colega de Mesa, ao Bruno Sousa Caetano, porque a falta dele é uma coisa muito justificadíssima, e eu sei o que são essas coisas. Por isso, um abraço para ele, sentido.

Por último, eu gostava que fizessem um esforço – e este apelo é para toda a gente, nomeadamente para a Mesa e para a Sra. Presidente – para, na medida do possível, não se alongarem muito para além dos tempos que estão previstos no Regimento. Tive algumas pessoas que me disseram, quando cheguei, que se a Assembleia fosse muito para além da hora do almoço, que se calhar iam ter que se ausentar. Vamos fazer um esforço, e eu penso que vai correr bem. Muito obrigado.

Começamos, então, com as tomadas de posse.

--- Maria Gorete Pinheiro (1.ª Secretária, PS) ---

Bom dia a todos.

Aos vinte e nove dias do mês de junho de 2019, na sede da Junta de Freguesia de Bem Viver, sita na Rua da Feira Nova, n.º 370, Concelho de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Francisco Vieira, compareceu António Moreira Marinho, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal para preenchimento da vaga temporária do membro ausente Maria Estela Vieira de Freitas, de acordo com o disposto no art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, e nos termos do art.º 54.º do Regimento, na sequência da comunicação de ausência por período inferior a trinta dias. O Presidente da Assembleia, depois de verificada a respetiva identificação, de acordo com a lista do Partido Social Democrata (PPD/PSD), conforme lista da eleição realizada no dia 1 de outubro de 2017, por sufrágio universal e direto, e após o mesmo ter prestado juramento legal, declarou-o instalado como membro deste órgão durante o período de ausência do referido membro. Para constar lavrou-se o presente termo, que depois de lido em voz alta vai ser assinado por todos os que nele intervieram, e que eu, Maria Gorete Lopes Pinheiro, 1.ª Secretária em suplência da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- António Marinho (PPD/PSD) ---

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Maria Gorete Pinheiro (1.ª Secretária, PS) ---

Aos vinte e nove dias do mês de junho de 2019, na sede da Junta de Freguesia de Bem Viver, sita na Rua da Feira Nova, n.º 370, Concelho de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Francisco Vieira, compareceu Vera Lúcia Pinto Ribeiro, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal para preenchimento da vaga temporária do membro ausente Gil Fernando Mendes Rodrigues, de acordo com o disposto



no art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, e nos termos do art.º 54.º do Regimento, na sequência da comunicação de ausência por período inferior a trinta dias. O Presidente da Assembleia, depois de verificada a respetiva identificação, de acordo com a lista do Partido Social Democrata (PPD/PSD), conforme lista da eleição realizada no dia 1 de outubro de 2017, por sufrágio universal e direto, e após a mesma ter prestado juramento legal, declarou-a instalada como membro deste órgão durante o período de ausência do referido membro. Para constar lavrou-se o presente termo, que depois de lido em voz alta vai ser assinado por todos os que nele intervieram, e que eu, Maria Gorete Lopes Pinheiro, 1.ª Secretária em suplência da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- Vera Ribeiro (PPD/PSD) ---

Eu, abaixo assinada, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Maria Gorete Pinheiro (1.ª Secretária, PS) ---

Aos vinte e nove dias do mês de junho de 2019, na sede da Junta de Freguesia de Bem Viver, sita na Rua da Feira Nova, n.º 370, Concelho de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Francisco Vieira, compareceu António Teixeira da Rocha, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal para preenchimento da vaga temporária do membro ausente Bruno Daniel Sousa Caetano, de acordo com o disposto no art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, e nos termos do art.º 54.º do Regimento, na sequência da comunicação de ausência por período inferior a trinta dias. O Presidente da Assembleia, depois de verificada a respetiva identificação, de acordo com a lista do Partido Socialista (PS), conforme lista da eleição realizada no dia 1 de outubro de 2017, por sufrágio universal e direto, e após o mesmo ter prestado juramento legal, declarou-o instalado como membro deste órgão durante o período de ausência do referido membro. Para constar lavrou-se o presente termo, que depois de lido em voz alta vai ser assinado por todos os que nele intervieram, e que eu, Maria Gorete Lopes Pinheiro, 1.ª Secretária em suplência da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- António Teixeira da Rocha (PS) ---

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Maria Gorete Pinheiro (1.ª Secretária, PS) ---

Aos vinte e nove dias do mês de junho de 2019, na sede da Junta de Freguesia de Bem Viver, sita na Rua da Feira Nova, n.º 370, Concelho de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Francisco Vieira, compareceu Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal para preenchimento da vaga do membro desta Assembleia Municipal Ana Cristina Mendes Cordeiro de Matos Valente Couto Ribeiro, que renunciou ao mandato. A fim de ser instalada como membro da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses, nos termos do art.º 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o Presidente da Assembleia Municipal, depois de ter verificado a respetiva identificação, e de acordo com a lista do Partido Social Democrata (PPD/PSD), da eleição realizada no dia 1 de outubro de 2017, por sufrágio universal e direto, e após a mesma se ter prestado a juramento legal, declarou-a instalada como membro da Assembleia Municipal durante o período de tempo do presente mandato. Para constar lavrou-se o presente termo, que



depois de lido em voz alta vai ser assinado por todos os que nele intervieram, e que eu, Maria Gorete Lopes Pinheiro, 1.^a Secretária em suplência da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- Manuela Ferreira (PPD/PSD) ---

Eu, abaixo assinada, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Maria Gorete Pinheiro (1.^a Secretária, PS) ---

Aos vinte e nove dias do mês de junho de 2019, na sede da Junta de Freguesia de Bem Viver, sita na Rua da Feira Nova, n.º 370, Concelho de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Francisco Vieira, compareceu Maria Luísa Gomes de Madureira, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal para preenchimento da vaga temporária do membro ausente Susana Maria Machado Loureiro, de acordo com o disposto no art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, e nos termos do art.º 54.º do Regimento, na sequência da comunicação de ausência por período inferior a trinta dias. O Presidente da Assembleia, depois de verificada a respetiva identificação, de acordo com a lista do Partido Social Democrata (PPD/PSD), conforme lista da eleição realizada no dia 1 de outubro de 2017, por sufrágio universal e direto, e após a mesma ter prestado juramento legal, declarou-a instalada como membro deste órgão durante o período de ausência do referido membro. Para constar lavrou-se o presente termo, que depois de lido em voz alta vai ser assinado por todos os que nele intervieram, e que eu, Maria Gorete Lopes Pinheiro, 1.^a Secretária em suplência da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- Maria Luísa Madureira (PPD/PSD) ---

Eu, abaixo assinada, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Maria Gorete Pinheiro (1.^a Secretária, PS) ---

Aos vinte e nove dias do mês de junho de 2019, na sede da Junta de Freguesia de Bem Viver, sita na Rua da Feira Nova, n.º 370, Concelho de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Francisco Vieira, compareceu Manuel Fernando da Costa Vieira, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses para preenchimento da vaga do membro desta Assembleia Municipal César Baltazar Pereira Fernandes, que renunciou ao mandato. A fim de ser instalado como membro da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses, nos termos do art.º 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o Presidente da Assembleia Municipal, depois de ter verificado a respetiva identificação, e de acordo com a lista do Partido Socialista (PS), da eleição realizada no dia 1 de outubro de 2017, por sufrágio universal e direto, e após o mesmo se ter prestado a juramento legal, declarou-o instalado como membro da Assembleia Municipal durante o período de tempo do presente mandato. Para constar lavrou-se o presente termo, que depois de lido em voz alta vai ser assinado por todos os que nele intervieram, e que eu, Maria Gorete Lopes Pinheiro, 1.^a Secretária em suplência da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- Manuel da Costa Vieira (PS) ---

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, passamos de seguida à aprovação da ata. Os Srs. Deputados António Rocha, Luísa Madureira, Vera Lúcia Ribeiro, António Marinho, Fernando Costa Vieira, Domingos Neves e Miguel Carneiro não podem votar a ata.

Ora, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos de seguida ao **Ponto n.º 1.2** da ordem de trabalhos, Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nos termos do art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o n.º 1 do art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ora, quem pretende inscrever-se?

--- Maria Gorete Pinheiro (1.ª Secretária, PS) ---

Recapitulando: Sr. Domingos Neves, Ricardo Soares, Sr. Abílio, Luís Vales, Fernando Costa Vieira, José Couto, Luciano, Fernando e Bruno Caetano. Desculpe, Celso Santana, Prof. Mário Luís. Mais alguém?

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Neves.

--- Domingos Neves (Presidente J.F. Alpendorada, Várzea e Torrão, PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária, Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Sra. Vereadora, colegas desta Assembleia, e deixai-me dar um abraço de simpatia ao Ricardo por nos receber aqui.

O que me traz aqui, Sr. Presidente, trazia aqui a apresentação de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eng.º José de Freitas Monteiro.

“Faleceu nesta Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, de onde era natural e residente, o Sr. Eng.º José de Freitas Monteiro.

Ao longo da sua vida, foi um cidadão atento, interventivo na sociedade Marcoense, tendo sido vereador da Câmara Municipal do Marco de Canaveses, eleito pelo Partido Socialista no mandato de 1976-79, membro da Assembleia de Freguesia de Alpendorada e Matos, eleito pelo mesmo Partido Socialista, nos mandatos de 1979-82 e 1982-85.

Não obstante ter sido engenheiro, dedicou-se também vários anos ao ensino como professor na Escola Secundária de Marco de Canaveses.

Por todo o seu percurso, quer político, quer académico, eu, Domingos Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, venho aqui propor a esta Assembleia a aprovação de um voto de pesar, e que o mesmo seja comunicado à família.”

Obrigado.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Soares.

--- Ricardo Soares (Presidente J.F. Bem Viver, PS) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Secretária, Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal, Exma. e Exmos. Srs. Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta e deputados, elementos da comunicação social, público aqui presente e que nos acompanha pelos diversos meios disponíveis, sejam bem-vindos à Freguesia de Bem Viver.

Sr. Presidente da Assembleia, obrigado por nos ceder esta honra, e sermos assim a primeira freguesia a receber no seu mandato uma sessão deste importante órgão. Acredito que a aproximação dos centros de decisão aos cidadãos que os elegem é vital para o crescimento sadio de um concelho e de uma freguesia. Um crescimento que passa por todos nós aqui presentes, sem exceção, e que tem um ponto comum, um objetivo comum: dar voz àqueles que confiaram em nós. Melhor, estar ao lado daqueles que confiaram em nós, escutar e ser parte ativa dessa voz. É assim que encaro o meu mandato, e é por isso que, com agrado, testemunho medidas que vão ao encontro de uma igual vontade.

Felizmente, tanto a Assembleia Municipal, com o início da descentralização destas reuniões, como a Câmara Municipal, com as visitas mensais do Executivo às freguesias, convergem para uma aproximação às suas gentes, sem nunca ter deixado de lhes pertencer. Só assim faz sentido.

O nosso mandato tem agora um ano e oito meses, e neste período já tive oportunidade de agradecer ao Executivo Camarário por diversas intervenções, muitas delas aguardadas há décadas pela população. Hoje, felizmente, preciso renovar esses agradecimentos pelo apoio numa área tantas vezes desvalorizada, mas tão importante quanto os cubos de uma calçada, a cultura. Com o importante apoio do Município do Marco de Canaveses, entre outras iniciativas, foi possível apresentar neste curto espaço de tempo um concerto da Banda de Música de Vila Boa de Quires, assistir à peça de teatro “Praça das Memórias”, da Universidade Sénior do Marco de Canaveses, assistir à peça de teatro “Arlequim servidor de dois anos”, da Artâmega, e realizar um verdadeiro Arraial de S. João, com a Marcha da Primavera, iniciativas importantes e apostas, a meu ver, amplamente ganhas, dado o apoio e assistência maciça da população.

Mas, não ficamos por aqui, e já a 27 de julho teremos o concerto da Orquestra do Norte, junto à Igreja de S. Martinho de Ariz, e depois do verão mais uma peça de teatro, desta vez interpretada pelo GRUTA, e apresentada no Centro Desportivo de Favões. São obras imateriais que ficarão para sempre na memória de quem assiste e partilha esses momentos.

Assim, o meu obrigado ao Executivo da Câmara Municipal por ser, como tantas vezes digo, um parceiro ativo na conquista dos nossos objetivos, e por tornar relevante a cultura em Bem Viver e no Baixo Concelho.

Há uma outra área onde a nossa freguesia tem conquistado relevância, a qual não posso, nem quero, ignorar, pelo contrário. Falo do desporto. Apesar de apenas um de três equipamentos desportivos da Freguesia de Bem Viver estar cem por cento (100%) apto para a prática desportiva, é inevitável e uma falha grave não referenciar a nossa terra e os nossos clubes quando se fala em kenpo, BTT, Trail Running, Todo-o-Terreno e futsal. A Freguesia de Bem Viver tem hoje campeões



nacionais, europeus e mundiais de kenpo, uma arte marcial chinesa; recebe anualmente cerca de mil atletas para participar no Trail de Bem Viver, que integra o circuito de provas qualificativas para a Taça de Portugal desta modalidade; recebeu em maio mais de trezentos e cinquenta atletas de BTT para participar na prova GPS Epic – Rota do Vinho Verde; em abril, contou com cinquenta veículos todo-o-terreno e centenas de visitantes no Raid TT – Terras de Bem Viver; e mais recentemente, conquistou duas taças complementares de futsal da Associação de Futebol do Porto, pelos pés dos atletas, treinadores e dirigentes do Grupo Desportivo de Magrelos.

Assim, gostaria de propor a esta Assembleia a aprovação de um voto de louvor a este clube, pelas suas mais recentes conquistas.

Antes de ler o voto em causa, e para concluir a minha intervenção, queria realçar a importância que o desporto tem neste momento para a Freguesia de Bem Viver, e reforçar o pedido para que no futuro tenhamos não uma, mas sim as três infraestruturas desportivas a funcionar em pleno.

Ainda antes de passar à leitura do voto, gostaria de deixar duas questões ao Executivo. A primeira, relacionada com o investimento escolar. Muito em breve, com a requalificação do antigo Jardim Infantil de Favões, para dar lugar a um espaço digno ao Centro de Dia, ficaremos sem o único equipamento com capacidade para preparar a grande maioria das refeições escolares. Assim como temos vindo a alertar o Executivo Camarário, é imperativa a implementação de uma solução eficaz e permanente para dar resposta a este problema. Entre as diferentes reuniões e visitas técnicas, chegámos à conclusão de que a melhor opção passaria por uma intervenção na EB1 da Feira Nova. Gostaria de saber qual o ponto de situação, e se já nos pode dizer alguma coisa sobre este assunto.

No que toca à rede de saneamento, é com agrado que vemos finalmente concluída e em funcionamento a estação elevatória da Rua Estela Vasconcelos, que permitirá não só eliminar diversas fossas sépticas, como também fossas a céu aberto. Fica a faltar a conclusão da estação elevatória localizada na Rua da Ribeira, vulgarmente conhecida como IP10. E gostaria, então, de questionar o Executivo quanto à previsão para a conclusão dos trabalhos.

E agora sim, para concluir, passaria, então, à leitura do voto de louvor:

“Na modalidade de futsal, os resultados obtidos pelas equipas do Grupo Desportivo de Magrelos na época 2018/19 evidenciam a enorme qualidade dos seus atletas, treinadores e dirigentes. A conquista de duas taças complementares pela equipa sub-19 e sénior confirma que com empenho, esforço e trabalho diário, é possível superar os desafios de uma modalidade cada vez mais exigente e competitiva.

Assim, propõe-se a atribuição de um voto de louvor ao Grupo Desportivo de Magrelos, pelo mérito desportivo alcançado e contributo na divulgação da Freguesia de Bem Viver e do Concelho do Marco de Canaveses.

*Marco de Canaveses, 29 de junho de 2019
O Deputado Ricardo Soares”*

Obrigado.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Ora, tem a palavra o Sr. Deputado Abílio Castro.

--- Abílio Castro (Presidente J.F. Constance, PS) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária, Sra. Presidente de Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, caro colega Presidente de Junta de Bem Viver – é um prazer estar em Bem Viver, já não é a primeira vez que cá estou, é a segunda vez – caros colegas Presidentes de Junta, Srs. Deputados, estimado público:

Sra. Presidente, tenho aqui quatro considerações a questionar a Sra. Presidente, e um agradecimento.

Primeira situação, queria fazer uma pergunta sobre o ponto da situação da rotunda que confina com o cruzamento da Avenida dos Bombeiros e com a Rua Futebol Clube do Marco.

Segunda situação, era o ponto da situação da saída da variante na área empresarial de Constance.

Terceira questão, sobre o protocolo com a Águas do Norte referente ao reservatório do Outeiro, na Freguesia de Constance.

Outra situação é o ponto da situação da criação do parque junto à Estação da Livração.

E por fim, um agradecimento especial a V. Exa. e seus pares pela abertura do novo Espaço do Cidadão, que foi inaugurado no passado dia 30 de abril, em Constance, e veio trazer mais uma série de serviços de proximidade aos munícipes. Trata-se de uma excelente estratégia municipal de apoio aos cidadãos, que tem como parceiros as Juntas de Freguesia, que está alinhada com as políticas nacionais de descentralização de competências. No caso do Espaço do Cidadão em Constance, no espaço de dois meses após a abertura, diferentes situações em duzentos e onze atendimentos.

Tenho dito. Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Vales.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, caros colegas deputados desta Assembleia, Marcoenses.

Antes de mais, quero saudar, em nome do PSD, a população desta Freguesia de Bem Viver, que nos acolhe, bem como aos autarcas do PSD que todos os dias trabalham pelo bem desta terra. Saudar também a iniciativa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que à imagem daquilo que o seu antecessor, António Coutinho, iniciou com a descentralização destas reuniões da Assembleia Municipal, também aqui optou por fazer uma dessas sessões – aliás, já cá tínhamos estado no passado, numa destas sessões da Assembleia Municipal.



Sra. Presidente da Câmara, começo por uma questão que está a preocupar muito os Marcoenses, e que tem a ver com a Linha do Douro, e com as supressões de comboios a que temos assistido nos últimos tempos. Muitos estudantes e cidadãos Marcoenses que trabalham e estudam no Porto, e que utilizam o comboio como meio de transporte, têm-se deparado nos últimos tempos com a supressão de vários comboios, sem qualquer aviso prévio, e que simplesmente não aparecem para os levar aos seus destinos. Já há muito que o PSD tem vindo a alertar para a degradação dos transportes públicos, com os cortes e cativações do Ministro Centeno, e temos dito que de nada serve ter passes mais baratos se não há transportes onde as pessoas os possam utilizar. E é exatamente isto que está a acontecer na nossa terra com muitos estudantes, que têm exames inadiáveis e que podem condicionar a sua carreira académica, com pessoas que têm consulta nos hospitais do Porto, com trabalhadores que são obrigados a faltar ao trabalho, simplesmente porque há comboios que não aparecem. E por isso, gostaria de saber se a Sra. Presidente está ao corrente destas situações, e o que é que tem feito, ou tenciona fazer, junto da CP e do Governo do Partido Socialista, para que estas supressões terminem rapidamente.

Ainda relativamente à obra da eletrificação da Linha do Douro, gostaria de a questionar em que estado está e quando é que poderemos assistir à chegada dos comboios elétricos definitivamente ao Marco de Canaveses.

Uma outra questão, Sra. Presidente, diz respeito à promessa de isenção imediata das taxas de água e saneamento que prometeu caso fosse eleita, há cerca de dois anos. A Sra. Presidente diz sempre que a culpa é da providência cautelar que existiu por querer contratar uma empresa de advogados por duzentos mil euros (200.000€). Ora bem, essa providência cautelar e esse processo terminou já há sete meses, e até agora nem isenção de taxas, nem absolutamente nada. E por isso, queria perguntar-lhe como está o processo do autodenominado, na altura da campanha eleitoral, pré-acordo, que disse ter há dois anos com a Águas do Marco, e quando é que finalmente vai honrar a sua palavra e isentar os Marcoenses dessas taxas de água e saneamento. Estamos a falar de um bem essencial, e bem podemos fazer capas de jornais e de revistas, com festas, festinhas, cartazes de artistas, mas aquilo que é essencial, Sra. Presidente, é a resolução deste problema, com que se comprometeu em campanha eleitoral.

Outro dos assuntos que lhe trago aqui tem a ver com um projeto que a senhora iniciou há quase dois anos, o Marco Investe. A Sra. Presidente disse que este projeto iria trazer mais investimento para a nossa terra. E por isso, pergunto-lhe muito concretamente quantas empresas já trouxe para o Marco de Canaveses, quantos empregos gerou, qual foi o retorno deste projeto até agora. Dados concretos, Sra. Presidente.

O deputado José Reis, do PSD, na última Assembleia, tentou que a senhora lhe respondesse a esta questão, mas tanto ele, como a deputada Estela Freitas, o que obtiveram foi a tentativa da Sra. Presidente de cortar a liberdade destes Srs. Deputados, eleitos legitimamente pelos cidadãos Marcoenses, e que aqui os representam. E por isso, espero obter respostas concretas, e não frases soltas ou intimidatórias, ou insinuações. Este é o mais importante órgão do nosso Município, e por isso apelo-lhe a alguma moderação, e que responda às perguntas que são aqui feitas por estes Srs. Deputados, quer sejam do PSD, do CDS, ou do PS.



Mas, Sra. Presidente, trago-lhe também aqui uma outra questão, que diz respeito a Vila Boa do Bispo. Todos sabemos das dificuldades financeiras que a freguesia atravessa. Quero perguntar o que é que a Câmara tem feito, ou tenciona fazer, para auxiliar, tanto a Junta de Freguesia, mas principalmente a população dessa freguesia, e se pode garantir que nada tem faltado a essa população devido a esse facto, e concretamente o que é que tem feito.

Outra questão, Sra. Presidente: vimos que a CIM reuniu com o Sr. Ministro da Administração Interna para preparar a época de verão e a luta contra os incêndios. A Sra. Presidente pode aqui garantir que estamos preparados para enfrentar este período crítico com segurança e com todos os meios adequados à proteção de pessoas e bens?

Sra. Presidente, última questão, Ponte do Arco, na Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada: como sabemos, escreveu-se recentemente que esta ponte, que estava a ser alvo de restauro por parte da Rota do Românico, afinal tem um valor patrimonial muito elevado, e por isso, sabemos que os pareceres técnicos emitidos até esta altura vão no sentido de impedir a circulação automóvel por esta via. Esta ponte faz parte de uma via que é utilizada pelos habitantes dessa freguesia, mas também pelos cidadãos que se deslocam para Amarante, e de Amarante para o Marco, e é, por isso, uma via estruturante e que garante a mobilidade das pessoas dessa freguesia. Sra. Presidente, caso esta ponte fique interdita a automóveis, qual é a solução que está em cima da mesa para colmatar esta questão? Tendo como verdadeira a resposta da Rota do Românico, a qual referia que os representantes da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, e bem, a informaram que não podiam admitir o corte de trânsito sem antes assegurar uma alternativa à travessia do rio, e porque temos conhecimento de que o projeto da nova ponte de Várzea está concluído, faltando lançar o concurso por parte da Câmara Municipal, a pergunta é muito simples, Sra. Presidente: pode aqui garantir que esta nova ponte será construída? E quando é que poderemos assistir à abertura do concurso para a sua construção? Para o PSD é fundamental avançar com esta obra, a bem das pessoas que todos os dias se deslocam na freguesia e para outros concelhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Costa Vieira.

--- Fernando Costa Vieira (PS) ---

Sr. Presidente, Sra. Secretária, Sra. e Srs. Vereadores, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Marcoenses em geral:

Em primeiro lugar, um abraço especial ao meu amigo Ricardo Soares por este belíssimo acolhimento.

Sr. Presidente, fiquei perplexo com uma intervenção do Sr. Deputado Luís Vales na última Assembleia. Eu até podia ter confundido as coisas, mas depois de ler a ata desta Assembleia, que foi há pouco aprovada por unanimidade – logo não há duplas interpretações – achei de ética democrática duvidosa o Sr. Deputado ter vindo para esta Assembleia apelar ao voto dos Marcoenses, tendo para o efeito usado o nome do candidato do PS às eleições europeias como o inimigo de todos os Marcoenses. Eu só entendo esta sua tomada de posição pelo facto de o Sr.



Deputado ter baralhado o uso das suas competências, pois confundiu, de uma maneira que eu acho baixa, o seu trabalho na Assembleia da República com o seu trabalho na Assembleia Municipal. Não admira, pois quando se pretende estar em todo o lado, temos mais hipóteses de confundir as coisas, e foi o que aconteceu, Sr. Deputado.

Mas, Sr. Deputado, não vai sem resposta, e essa resposta, não vou ser eu que lha vou dar; ela já foi dada pelos Marcoenses, que tal como eu referi numa anterior intervenção, com esta sua estratégia sistemática de “bota-abaixo”, sujeitavam-se a levar uma abada quando o povo tivesse que decidir. E sabe, os Marcoenses ignoraram-no. E sabe por quê? Porque têm memória, Sr. Deputado Luís Vales, e não se esqueceram que foi na Assembleia da República que o PS, e é justo dizer, o Bloco de Esquerda também, apresentaram dois projetos de resolução favoráveis à eletrificação da linha de caminho de ferro entre Caíde e Marco de Canaveses. E foi esse Ministro que o senhor tanto criticou e rebaixou, pensando que estava na Assembleia da República, que proporcionou finalmente – e repito, Sr. Deputado, finalmente – que o Marco tenha comboios de rede elétrica, permitindo aos Marcoenses uma maior e melhor mobilidade, com passes sociais entretanto já aprovados, algo que o senhor e o seu Partido ainda tiveram a distinta lata de criticar.

Sobre o IC35, eu não queria falar muito, porque todos nós queríamos que essa obra tivesse sido feita há vinte anos atrás, todos. O que eu não entendo, Sr. Deputado, é que o senhor tivesse sido deputado durante quatro anos no Governo do PSD e CDS, e não tivesse argumentado dessa forma vibrante e calorosa perante o seu eleitorado a ineficácia do seu Governo de então. E eu lembro-lhe. No entanto, para calar as vozes mais críticas e tentar obter votos, o seu Governo, na altura, lançou um concurso, a meia dúzia de dias das eleições, sem pés nem cabeça, não se sabendo onde começava e acabava o IC35, por onde passava, que terrenos iriam ser desapropriados, e sem qualquer estudo ambiental. Essa é que é a grande verdade.

Portanto, Sr. Deputado, não me parece muito ético criticar os outros precisamente naquilo que o senhor e o seu Governo não fizeram. Uma coisa lhe posso garantir, Sr. Deputado Luís Vales: vamos ter o IC35, e lhe prometo que nunca levantarei, nunca levantarei uma bandeira a clamar vitória, porque nesse dia o grande vencedor não será nem o meu, nem o seu Partido; o vencedor será o povo, que tantos anos reclamou esta obra tão importante para a dinamização da economia local e maior mobilidade da nossa gente.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Couto.

--- José Couto (Presidente J.F. Penha Longa e Paços de Gaiolo, PS) ---

Muito bom dia a todos. Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Secretária, Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal, Sra. e Srs. Vereadores, colegas Presidentes de Junta e deputados, comunicação social, povo de Bem Viver, muito obrigado por nos ter acolhido.

Esta semana, a Associação mais conhecida por “Pensapassos”, que é diminutivo de Penha Longa, Sande e Paços de Gaiolo, mais concretamente a Associação Casa do Povo de Penha Longa e Paços de Gaiolo, foi visitada pela Sra. Presidente e pelo Sr. Vice-presidente, para se inteirarem dos desenvolvimentos que esta associação está a levar a efeito para poder dar resposta à falta de



ação social que temos à terceira idade, nesta zona da freguesia. Foi possível naquele momento verificar que nas obras que ali foram feitas, não foi gasto muito dinheiro, foi cerca de cinco mil euros (5.000€) – mais coisa, menos coisa – para que aquelas pessoas desta zona da freguesia possam pelo menos, neste momento, uma vez por semana, se encontrar em convívio, e desta forma poderem também ter um bocadinho de carinho e conforto naquele espaço que muito é desejado pela população. Era uma escola que estava devoluta, uma escola mais conhecida por Escola Marçal Grilo, de Fandinhães, que foi agora requalificada para que esta associação possa ali trabalhar. E por esta razão, em meu nome e em nome do meu Executivo, quero agradecer, na pessoa da Sra. Presidente, ao Executivo da Câmara Municipal o apoio que tem dado a esta associação para este efeito. Lembro que esta associação está a trabalhar há cerca de dois anos, e que para poder dar resposta a estas necessidades nesta zona do concelho necessita de todo o nosso apoio para poder dar este atendimento, porque o objetivo desta associação é criar um Centro de Dia – que não temos – e também com muita necessidade, o apoio domiciliário. Daí, muito obrigado, Sra. Presidente, e contamos com a vossa ajuda.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luciano Costa.

--- Luciano Costa (Presidente J.F. Banho e Carvalhosa, CDU) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Secretária, Sra. Presidente da Câmara Municipal, Sra. e Srs. Vereadores, Sra. e Srs. Membros da Assembleia Municipal, Sra. e Srs. Colegas Presidentes de Junta, estimado público, comunicação social, Marcoenses lá em casa, a todos muito bom dia.

Em primeiro lugar, queria felicitar a Assembleia Municipal, em nome do Sr. Presidente, pelo facto de levar a Assembleia até às freguesias. Hoje, em Bem Viver, claro que para mim fica mais longínquo, mas espero que nas próximas o norte do concelho também seja contemplado, e por que não Banho e Carvalhosa? Seria para mim uma grande honra receber a Assembleia Municipal novamente na minha terra. Portanto, deixo já a dica, Sr. Presidente.

Gostaria também de dar as boas vindas ao Sr. Rocha, e dizer que Banho e Carvalhosa hoje está mais forte nesta Assembleia.

Sra. Presidente, agora vou-me voltar para a senhora e para o Executivo Municipal. Como sabe, quando temos novidades em Banho e Carvalhosa, gosto de as apresentar, e da minha parte, no mínimo, dizer “obrigado”. Desta vez, o reforço da iluminação pública em duas ruas não deu direito a fogo de artifício, Sra. Presidente, mas já me deram os parabéns pela obra. Estamos a falar de obras pequenas, mas para quem delas usufrui têm muita importância, e certamente lhes dão muito valor.

Importante também foi o tão desejado exaustor na Escola EB1 e JI em Banho, pois deixámos os professores, colaboradores e pais das crianças que frequentam aquela escola contentes, como devem imaginar. É que já esperavam por esse exaustor há muitos anos. Portanto, daqui a minha satisfação, e desde já o meu agradecimento.



Sra. Presidente, como sabe, não é só dizer “obrigado”, e dizer que estou satisfeito. Gostaria de questionar a Sra. Presidente sobre o que temos falado em relação à pavimentação da estrada principal que liga Carvalhosa a Banho. Visto que o Executivo Municipal não vê com bons olhos pavimentações em betuminoso de longas distâncias sem que se coloquem infraestruturas de água e saneamento, e visto também que já existe um estudo prévio para essa obra na minha freguesia, gostaria de saber se a Sra. Presidente já se debruçou sobre o assunto, e se tem novidades para eu levar para Banho e Carvalhosa relativamente a água e saneamento. É que quando se fala de água e saneamento na minha terra, as pessoas riem-se e dizem que só daqui a vinte anos é que vamos ter água e saneamento. Sra. Presidente, será que somos nós que vamos iniciar essa obra tão desejada por todos em Banho e Carvalhosa?

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Monteiro.

--- Fernando Monteiro (Presidente J.F. Vila Boa de Quires e Maureles, PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Jorge Vieira, cara secretária, dar um abraço também ao Bruno – não sei o que se passa, mas sei que sou amigo dele, e por isso, o que se passar, também me associo – cumprimentar também a Sra. Presidente da Câmara, o Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, membros da Assembleia Municipal, caro público, Marcoenses que nos ouvem lá em casa.

E em primeiro lugar, saudar o meu amigo, Presidente de Junta de Bem Viver, Ricardo Soares, também por nos receber – eu ainda não posso dizer bem da receção, mas no final transmitirei tudo o que sinto e do que me soube tão bem estar aqui. Com certeza, não tenho dúvida alguma de que vai ser boa a minha observação.

Por isso, e ainda com a anterior intervenção do meu amigo Luciano Costa, dizer-lhe que na última Assembleia Municipal eu já desafiei o Sr. Presidente da Assembleia a fazer uma Assembleia Municipal do lado de lá do Tâmega, em Vila Boa de Quires e Maureles. Por isso, se ele quiser dar-nos a honra também de o fazer, com certeza que para nós e para Vila Boa de Quires e Maureles também será uma honra, como Banho e Carvalhosa, e como todas as freguesias, porque é assim que deve ser. E parabéns, Sr. Presidente, por continuar com esta ideia, porque eu acho que nós devemos fazer ver aos Marcoenses que é bom participar. É aqui que devemos debater, e era bom que toda a gente percebesse o que é uma Assembleia Municipal, o que é que nós debatemos, porque até parece que nós vimos para aqui perder um dia, e às vezes não é bem verdade, debatem-se assuntos de demasiada importância para o futuro do nosso concelho. Por isso, felicita-lo também, Sr. Presidente, por continuar com esta ideia, e com certeza que reconheço que vai fazer coisas muito boas também na Assembleia Municipal.

Muito bem, o que me traz aqui hoje, e dado o que se passou também na última Assembleia Municipal, eu queria só ainda recuperar algumas coisas que lá se passaram, para partilhar também e não deixar passar, porque na última Assembleia Municipal, em dois assuntos que também falei com a Sra. Presidente, e dizer-lhe que naquilo que me magoou, e que a Sra. Presidente até, no intervalo, me veio pedir desculpas, acho que o devia fazer na Assembleia Municipal, porque



também foi aí que me ofendeu, da minha preocupação com a Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles. Isso, senti-o, e por isso não me sentia bem também se não o dissesse.

Também quanto ao outro assunto, outra questão que fiz à Sra. Presidente quanto à Artâmega, do investimento de um milhão de euros (1.000.000€), e que não tive também qualquer resposta, e que também, como a Sra. Presidente também vem dizendo que o Presidente da Junta é o que melhor sabe de todo o processo, e que tudo o que se passou desde trás até agora, eu queria partilhar convosco tudo o que a Junta de Freguesia e eu, enquanto Presidente de Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, fui fazendo ao longo desse processo, e para não restarem quaisquer dúvidas, e que o Presidente de Junta de Vila Boa de Quires e Maureles nunca politizou o que quer que seja, só falei da Academia em locais próprios, com pessoas próprias, nunca vim para meios de comunicação social, nunca vim para redes sociais, falei sempre nos sítios certos, porque acho que é assim que devem ser as coisas debatidas. E como não é normal eu trazer papéis, trouxe só um para não me perder nas datas de tudo o que tinha feito, porque é demasiado importante.

Então, no dia 30 de maio de 2017 – 30 de maio de 2017 – tive a primeira reunião com a Direção da Artâmega, Executivo da Câmara de então, dois elementos da Comissão Fabriqueira. E nessa reunião de 30 de maio de 2017 tive a perceção de que existia ali algum atrito entre senhorio e caseiro – senhorio, a Comissão da Fábrica da Igreja; o caseiro, a Academia. Vamos localizar-nos no tempo: estamos a quatro meses das eleições autárquicas de 1 de outubro, ou seja, em plena pré-campanha eleitoral. O Sr. Presidente da Câmara de então, Dr. Manuel Moreira, ligou ao Sr. Bispo D. António, o qual lhe disse para manter a calma, que a Artâmega era para manter no Centro Pastoral de Vila Boa de Quires. O Vigário da Diocese promove uma reunião no Centro Pastoral com a Direção da Academia e com o Sr. Padre, na qual diz que é para manter no Centro Pastoral. O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles fala com o Sr. Padre para sensibilizá-lo para a importância de manter a Academia na nossa freguesia.

Em julho e agosto, como sabem, a Academia interrompe a sua atividade letiva, não funciona. Em 11 de setembro de 2017 – ou seja, 30 de maio de 2017, 11 de setembro – faleceu o Sr. Bispo do Porto, D. António Francisco dos Santos, com sessenta e nove anos de idade – sessenta e nove anos, não tinha noventa anos, porque senão podíamos prever; tinha sessenta e nove anos de idade – vítima de um ataque cardíaco.

1 de outubro de 2017, eleições autárquicas, onde fomos eleitos, todos os que cá estamos, e também a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Marco de Canaveses.

No dia 17 de novembro de 2017 – outubro de 2017, 17 de novembro de 2017 – numa audiência que pedi à Sra. Presidente da Câmara Municipal, pedi-lhe para lutar ao lado do povo de Vila Boa de Quires e Maureles para a Artâmega se manter na nossa terra, onde, e muito bem, a Sra. Presidente me prometeu que tudo iria fazer para que a mesma se mantivesse na nossa freguesia.

Em 20 de novembro de 2017 – ou seja, três dias depois – reuni novamente com a Comissão da Fábrica da Igreja e com o Sr. Padre, dois membros da Comissão Fabriqueira também, para mais uma vez fazer-lhe ver a importância de manter cá a Artâmega, onde no final da reunião o Sr. Padre me diz que a minha opinião iria contar para a sua decisão.



29 de dezembro de 2017 – 29 de dezembro de 2017 – depois de a Sra. Presidente ter prometido, na audiência que tinha tido connosco, tudo fazer para manter a Artâmega na nossa terra, desafiei na Assembleia Municipal a Sra. Presidente a assumir publicamente o compromisso de lutar por isso, e lamentei não ter conhecimento prévio de que a Câmara Municipal estaria a estudar alternativas para a deslocalização das instalações da Artâmega, visto poderem ser encontradas alternativas viáveis na nossa freguesia. Pela Sra. Presidente foi dito, e passo a citar, que *“em relação à Artâmega, e reiterando compromisso anteriormente assumido, declarou que permanecerá ao lado da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles para a manutenção da Academia das Artes nesta freguesia, já amplamente reconhecida como Freguesia da Música. No entanto, e de acordo com o princípio da prudência, cabe à Câmara Municipal encontrar uma alternativa caso se concretize a possibilidade de a Artâmega ter de abandonar as suas atuais instalações, uma vez que até ao momento as conversações com o Pároco da Freguesia se revelaram infrutíferas.”* Fim de citação. Isto no dia 29 de dezembro de 2017.

No dia 3 de janeiro de 2018 – só passou o ano novo – dado que a Sra. Presidente estava a preparar alternativas, esta Junta de Freguesia enviou um ofício à Câmara Municipal a disponibilizar o único edifício em sua posse, o Centro Cívico da Freguesia, para que fosse feito um projeto para a sua adaptação para sede provisória da Academia. Não obtivemos qualquer resposta por parte da Sra. Presidente, sabendo agora por mensagem enviada pela Direção da Artâmega no dia 9 de maio deste ano de 2019 aos pais, que nesta data, em janeiro de 2018, já estava aprovado na DGEstE um projeto para a deslocalização para o Marco.

No dia 2 de fevereiro de 2018, a Artâmega comunica ao Presidente da Junta que recebeu uma carta do Sr. Padre em que notifica a Academia para que a partir de setembro de 2018 passe a usar unicamente as sete salas que constam no protocolo. O Presidente da Junta de Freguesia de imediato volta a falar com o Sr. Padre, a tentar demovê-lo da decisão.

Em setembro de 2018, a Artâmega assina um documento à Comissão Fabriqueira a dizer que deixa o Centro Pastoral em julho de 2019 – agora este ano – pois tinham trocado os canhões das portas do salão. Não nos comunicaram tal ato, sabendo nós mais tarde que tal tinha acontecido. Pela Comissão Fabriqueira foi-nos dito que não trocaram os canhões do Centro Pastoral, mas sim do salão interior.

Em 11 de abril de 2019, na Assembleia Geral da Artâmega, manifestei mais uma vez o meu descontentamento e da freguesia em ver sair esta instituição da nossa terra, e onde a Sra. Presidente da Assembleia, e também Presidente de Câmara, diz que ninguém gosta de ver as instituições saírem da sua freguesia.

No dia 3 de abril de 2019, reuni com a Direção da Artâmega, com os membros da Junta, com a Presidente da Assembleia de Freguesia, para perceber se a Direção ponderava ficar em Vila Boa de Quires, e foi notório que a decisão já estava tomada em vir para o Marco, e onde assumiram perante todos que a Junta de Freguesia tudo tinha feito ao longo destes dez anos.

No dia 26 de abril de 2019 – deste ano – na Assembleia Municipal, como todos estão recordados, mais uma vez questioneei a Sra. Presidente da Câmara Municipal sobre a situação da Artâmega, onde a Sra. Presidente referiu que a Artâmega estava a ser empurrada de Vila Boa de Quires e Maureles, e que iria ter que investir cerca de um milhão de euros (1.000.000€) para criar novas



instalações no estádio, onde questionei novamente a Sra. Presidente, caso a Junta de Freguesia arranjasse um terreno, se estava disposta a investir esse milhão de euros (1.000.000€) na nossa freguesia, pois bem o merecíamos, e o povo iria ficar agradecido por manter a Academia na nossa terra, onde orgulhosamente nasceu e cresceu. A Sra. Presidente não me respondeu, dizendo que nos iria enviar a resposta por escrito, mas até hoje ainda não recebi.

No dia 9 de maio de 2019, passando alguns dias da Assembleia Municipal, entreguei uma missiva na Câmara Municipal, assinada pelos membros da Junta de Freguesia, membros da Assembleia de Freguesia (os que quiseram), e por mil, quatrocentas e setenta pessoas que, em três dias, manifestaram a intenção de manter a Academia na nossa terra. Com mais tempo, mais assinariam tal intenção. Também mencionámos nessa petição que a Junta de Freguesia já tinha um mecenas que nos oferecia o terreno para que o investimento fosse feito nessa freguesia. No mesmo dia, tentei também ligar à Sra. Presidente a comunicar-lhe a entrega dessa missiva, e que não tinha rigorosamente nada contra ninguém, mas sim a firme vontade de manter a Artâmega na nossa freguesia, mas não conseguimos. No mesmo dia, enviámos também à Direção da Artâmega um ofício a comunicar o que tínhamos feito, e que também queríamos a nossa intenção de manter essa instituição na nossa terra, e que nunca, mas nunca mesmo, era nossa intenção prejudicar a Academia.

No dia 16 de maio de 2019, saiu em pleno destaque na edição do jornal A Verdade, em que a Direção refere que a Artâmega sai do Centro Pastoral de Vila Boa de Quires por imposição do atual Pároco da Igreja de Vila Boa de Quires, e onde também numa parte da entrevista sai um agradecimento à Junta de Freguesia, na pessoa do Sr. Presidente, Fernando Monteiro, por toda a colaboração prestada ao longo desta década, reconhecendo, quer pessoal, quer institucionalmente, tudo o que fizemos, e que sempre estivemos ao lado da Academia Artâmega, apoiando-a sempre nos momentos mais difíceis.

No dia 17 de maio de 2019, e não tendo até esta data conseguido contato com a Sra. Presidente, e depois de uma conversa telefónica com o Sr. Tesoureiro da Junta de Freguesia, Fernando Ferreira, a pedir uma audiência para a Sra. Presidente, enviámos um ofício a pedir, com carácter de urgência, a remarcação de audiência, ao que até hoje não tivemos resposta, porque era demasiado importante para nós ficarmos esclarecidos sobre este assunto da Academia.

Só para resumir, e estas são as datas de tudo o que nós fizemos: antes de pensarmos e dizermos, porque eu sei que isto vai sobrar para mim, eu sei que um dia vão tentar dizer que o Presidente da Junta é que teve a culpa de a Academia sair de lá, só que o Presidente da Junta já não anda cá há dois dias, como disseram na última Assembleia Municipal, e tem tudo o que fez, nos locais onde fez, como fez, para que a Academia se mantivesse na nossa terra. E por isso, só me cabe dizer uma coisa: é que eu acho que, com isto tudo, não é o Presidente da Junta que estava a ser enganado, mas as pessoas de Vila Boa de Quires e Maureles; as pessoas de Vila Boa de Quires e Maureles é que já estavam a ser enganadas desde trás, e que isto já estava pré-concebido para a Artâmega vir para o Marco de Canaveses. E isso é o que me magoa mais, porque eu acho que nós devíamos ser respeitados, e devia ser feito um esforço, e mais uma vez peço para ser feito um esforço para que nós possamos, porque se a DGEstE autoriza ter uma sede provisória na Secundária, também autoriza para nos dar tempo para termos hipótese de construir, para ela estar lá. Eu acho que devíamos todos fazer um esforço, porque andamos aqui a deslocalizar as coisas,



a tentar que as freguesias tenham meios, termos e capacidade para atrair pessoas, e depois retiramos-lhes as coisas que para eles são mais importantes. Acho que isso não devia ser feito.

Também, para terminar, Sr. Presidente – eu não sei se estou a passar do tempo – mas dizer que também é uma coisa que o Executivo, e passando à frente a Artâmega, que deveríamos ter algum cuidado para não ferir aqui suscetibilidades dos Presidentes de Junta, porque eu acho que devíamos ter algum cuidado, e já disse noutras Assembleias, quando fossem às nossas freguesias, que falassem connosco para podermos ver nós as obras, e não com outras pessoas, que nada têm a ver com o Executivo da Junta, porque eu, que eu saiba, ainda não dei nenhum pelouro a nenhum membro da Assembleia de Freguesia para poder ver obras, a não ser ao Executivo da Junta, acho que também fica de mau tom andar com outras pessoas lá, com carros da Câmara, e nós a sabermos, as pessoas a ligar – acho que isso não nos fica bem, porque eu fui eleito pelas pessoas, não é a mim que me estão a faltar ao respeito, mas sim a todas as pessoas que me elegeram.

Tenho dito. Muito obrigado pela compreensão.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Caetano.

--- Bruno Caetano (PS) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e hoje secretária, Exma. Sra. Presidente da Câmara e vereadores – e já agora, um cumprimento especial para o novo vereador, que está pela primeira vez nesta Assembleia com essas funções – membros desta Assembleia, Presidentes de Junta – e aqui queria falar do meu caro amigo Ricardo Soares, pelo menos por este início de receção; vamos ver como é que isto vai continuar, e cumprimento-o a si, na pessoa do Presidente da Junta, representante das pessoas da freguesia, onde incluo todas as forças partidárias nesse cumprimento – público em geral e comunicação, bom dia a todos.

Antes de entrar no período de antes da ordem do dia, queria agradecer o trabalho prestado pelo César Fernandes, enquanto representante da Assembleia Municipal pelo Partido Socialista, mas por razões alheias, que nós percebemos, ele teve que deixar as funções que exercia, e cabe-nos a nós também aqui agradecer o trabalho dele, feito aqui enquanto membro desta Assembleia.

Tendo ocorrido a última Assembleia Municipal junto das comemorações do 25 de abril, muitos são os assuntos de interesse autárquico que aqui nós poderíamos abordar, sinal que estamos perante um concelho com vigor e em crescimento. Entre os vários assuntos, eu gostaria de ressaltar aqui quatro deles.

Parque de Merendas de Montedeiras: durante este mandato, fomos brindados por algumas situações caricatas, uma delas resultante de uma pseudo obra que iria ser realizada em terrenos privados. E eu queria aqui perguntar a este Executivo da Câmara Municipal como é que se encontra esta situação da questão dos terrenos junto ao Parque de Montedeiras. E também este é um período de verão, quando aquele é um parque de eleição para os convívios familiares, eu gostaria de saber o que é que está previsto para o Parque de Merendas de Montedeiras para este período de verão, e se já está previsto o início das obras.



Festas do Marco: eu acho que nós também temos que ver as coisas como elas são, e falar “festas e festinhas”, neste tipo de eventos que a todos nós prestigiam, acho que deveremos ver isto um pouco mais além. No ano passado, eu acho que foi um período de viragem das Festas do Marco, acho que foi uma romaria da qual nós já não tínhamos memória de acontecer – eu lembro-me, quando era miúdo, de passar ali junto à porta da saída do Estádio Municipal, e quase que eramos arrastados junto da multidão para ir para o campo de treinos, e eu julgo que desta vez voltámos a ter questões relativamente a isso. E estamos a aproximar-nos novamente desse período festivo, e julgo, pelo cartaz já apresentado e por algumas surpresas com que, se calhar, ainda iremos ser contemplados, acho que este é um cartaz e uma festa que a todos nós, do Marco de Canaveses, nos irá envaidecer.

Eu queria aqui só deixar ficar um pequeno aparte: eu não sei se estará previsto, ou não, fazer outra vez a Feira do Gado, conforme foi feita no ano passado, e eu acho que ela deve ser realizada, porque eu acho que é um marco das Festas do Marco, não só para os mais novos, mas neste caso para os mais velhos, mas eu acho que se este ano se realizarem outra vez as saídas de bois, eu acho que elas devem ser realizadas com outras condições, e condições de segurança, porque acho que essas condições devem ser salvaguardadas.

Serviços de refeições às escolas: na passada campanha eleitoral, o Partido que eu aqui represento afirmou diversas vezes, no período da campanha eleitoral, que tudo haveria de fazer para que o serviço de refeições fosse confeccionado nas escolas, e não fosse feito por empresas, o qual eu aqui, com representação para a qual fui eleito, tenho que perguntar aqui à Sra. Presidente de Câmara se nesta interrupção do ano letivo está a preparar alguma missiva junto das entidades competentes para fazer estes serviços para que a intenção do programa eleitoral do Partido Socialista, que eu aqui represento, seja implementado nas escolas, nas quais ainda não foi até então. Recentemente, fui abordado por alguns pais de algumas escolas relativamente a este assunto, e também nos cabe a nós explicar à população o que é que nós aqui estamos a fazer relativamente a este assunto.

Por fim, apenas quero fazer dois reparos. Penso que esta será a última Assembleia Municipal antes do nosso Feriado Municipal, isto é, o Castelinho. E este é um assunto que eu, no ano passado, tive o cuidado de contatar diretamente este Executivo relativamente à peregrinação que acontece no dia 7 e 8 de setembro à Nossa Senhora da Natividade, em Avedas. Eu julgo que nós temos a obrigação de acautelar aquela romaria; eu julgo que nós, um dia destes, estaremos lá perante uma desgraça, a estrada que liga o Marco a Alpendorada, quer num sentido, quer no outro, nesse dia tem sempre muitas pessoas a irem para o Castelinho, e as condições de segurança e de acesso naquela rua não são as melhores. Eu acho que nós devemos acautelar essa questão com a sinalização e até a delimitação em algumas dessas zonas, para que nenhuma desgraça nos assombre neste Feriado Municipal.

Para terminar mesmo, e deixando aqui um aparte, eu julgo que o PSD, nas intervenções que faz aqui nesta Assembleia, tem muita razão, e são assuntos muito concretos, e acho que os devem fazer. Mas, julgo que, muitas das vezes, da forma como o fazem, acabam por perder um bocadinho de razão. Eu acho que vocês se devem recordar que estiveram cá num período de doze anos, em que muito poderiam ter feito – e eu sei que fizeram o melhor, às vezes porque não conseguiram ou porque não souberam, mas isso não interessa agora. Quando ouço as intervenções, como o Presidente da Junta de Carvalhosa aqui a dizer que um simples exaustor é um motivo de orgulho



para uma freguesia, meus senhores, eu acho que nós devemos refletir o que é que aconteceu até então, e esperar para ver o que é que vai acontecer daqui para a frente.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Celso Santana.

--- Celso Santana (Presidente J.F. Marco, PS) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária, Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal, Dra. Cristina Vieira, Srs. Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, Srs. Deputados, público aqui presente, e todos aqueles que nos seguem através da comunicação social:

Em primeiro lugar, queria dar os parabéns pela receção ao nosso colega Ricardo Soares, e um cumprimento especial a toda a população da Freguesia de Bem Viver.

Sra. Presidente, hoje trago aqui duas situações que me incomodam, e que eu sou constantemente questionado na Assembleia de Freguesia do Marco, que mais parece uma novela tipicamente portuguesa, do “não me lembro”, “esqueci-me”, de dois assuntos que já aqui abordámos, que já foram respondidos várias vezes, mas que fazem questão de continuar a trazer à Assembleia de Freguesia estas questões.

Uma delas tem a ver com a Casa dos Arcos, na ex-Freguesia de Rio de Galinhas. Tendo sido, em tempos, uma bandeira de campanha, esse edifício havia sido anunciado como uma situação bastante importante para o Concelho do Marco de Canaveses. Gostaria que a Sra. Presidente me respondesse se há seguimento, ou se tem conhecimento de algum projeto que existia para esse referido edifício na Freguesia do Marco.

Trago também aqui uma das situações em que fui, ou por mero esquecimento – que eu acredito que seja só por esquecimento – dos deputados da Assembleia de Freguesia, que eu questionei este Executivo na última Assembleia sobre a Praia da Pontinha. É um assunto que é debatido na nossa Assembleia desde 2017, desde que eu entrei para a Junta de Freguesia do Marco – tanto a Casa dos Arcos, como a Praia da Pontinha. Muito recentemente voltei a ser questionado, na última Assembleia, que faz oito dias, o por quê e a razão de a Câmara Municipal estar a promover a Praia da Pontinha, a incentivar as pessoas a frequentar aquele local, uma vez que já tinha sido aqui referido que a APA deu um parecer negativo. Gostaria também que me esclarecesse o por quê dessa intervenção, e o benefício que terão os nossos municípios com o melhoramento da Praia da Pontinha.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Luís.

--- Mário Luís Monteiro (CDS-PP) ---



Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Secretária, Sra. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, deputadas e deputados, comunicação social, Exmo. Público:

Queria começar, naturalmente, por elogiar o facto de a Mesa da Assembleia Municipal, e o Sr. Presidente, ter decidido dar continuidade a esta iniciativa de realizar Assembleias Municipais fora dos Paços do Concelho, a iniciativa começada por António Coutinho, fazia na altura eu parte da Mesa também, juntamente com o amigo Rui Brandão. E já agora, recordar que a primeira Assembleia fora foi em Vila Boa de Quires.

Queria também saudar a população aqui desta Freguesia de Bem Viver, que hoje nos acolhe, e o seu Presidente da Junta, Ricardo Soares. Penso que já estamos a ser muito bem recebidos – eu tenho visto aqui alguns apelos para que isto melhore, naturalmente que pode melhorar, mas eu penso que se mais não houvesse, acho que já estamos muito bem. Muito obrigado por nos acolher.

Também já o fez, e ainda bem, estava aqui com essa anotação, acho que uma saudação ao novo elemento que está aqui na Vereação, e eventualmente algum novo elemento da Assembleia Municipal que tenha hoje feito parte também dos nossos trabalhos.

Queria dar nota, de facto, do sucesso que foi a Final Four da Taça de Portugal em andebol feminino, realizada em Várzea do Douro, na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, no Pavilhão José Jesus Oliveira, que muito bem a autarquia decidiu remodelar, criando melhores condições – melhores condições para a prática e melhores condições para os jogos, com o público. Aproveito aqui para referir que, este ano, a canoagem não esteve nos nacionais de Desporto Escolar, mas o Agrupamento de Escolas de Alpendorada e o Concelho de Marco de Canaveses estão representados nos nacionais de Desporto Escolar, neste fim de semana, em Setúbal, com uma equipa de andebol feminino da nossa escola.

Também referir que se realizou há dias o jantar final, com entrega de prémios, do retomado Torneio de Professores e Funcionários das escolas do nosso concelho. Saudar, naturalmente, como já fiz aqui, a participação da EPAMAC – não foi muito fácil para eles, mas conseguiram, e com muita justiça o Prémio Fair Play foi atribuído à equipa feminina da EPAMAC. Espero que continuem no próximo ano. Naturalmente, foi pena a Sra. Presidente não estar presente, mas esteve muito bem representada pelo Sr. Vice-presidente Mário Bruno. E pediram-me para transmitir, naturalmente, um obrigado por ter dado continuidade a este torneio.

Aproveitava para perguntar, tinha referido aqui há tempos que estava em estudo a requalificação da Avenida Francisco Sá Carneiro, em Alpendorada, que é uma avenida que precisa de um tratamento pelo risco que tem, principalmente para os peões, porque a velocidade ali acaba por ser um pouco excessiva. E precisa ali de umas reformulações, além de uma situação onde vários carros já galgaram as guias, há dias até tirei uma fotografia a uma senhora que vinha – passe a publicidade – do Modelo, e há ali uma mini rotunda central com um poste, que a senhora subiu acima dela, e tem alguma dificuldade, mais até para quem vem da Urbanização de Santa Sabina, que obriga ali a contornar, e aquilo é quase impossível de contornar.

Fazia já agora aqui um apelo para a possibilidade de pelo menos – se calhar até a escola pode colaborar um pouco nisso – no mínimo, uns pequenos retoques – claro que aquilo precisa sempre de mais obras – no Pavilhão da EB 2/3 de Alpendorada. A juventude, as pessoas que nos visitam,



muita gente, pelo menos umas pinturas daquelas paredes, que tem lá muitas coisas desagradáveis lá pintadas.

E finalmente, mostrar aqui a minha solidariedade com um amigo – e nós, ao longo da vida, vamos perdendo vários amigos – o voto de pesar pelo Eng.º Freitas Monteiro. Recordo que foi a primeira pessoa, aqui há muitos anos atrás, que me desafiou a entrar na política, acabei por não alinhar com ele. E gostava só de referir que além de tudo aquilo que ele fez, também fez parte, para a nossa freguesia, em detrimento também um pouco aqui de Bem Viver, fez parte da Comissão Pró Ciclo, e foi um dos elementos que também lutou para que nós tivéssemos lá, na altura, o Ciclo Preparatório.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Ora, tem a palavra a Sra. Presidente de Câmara.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito bom dia a todos. Queria começar por cumprimentar o Sr. Presidente da Junta, Ricardo Soares, cumprimentar também nele os elementos do seu Executivo da Junta de Freguesia, e todos os elementos desta nobre Assembleia de Freguesia de Bem Viver. Queria agradecer a receção que nos fez cá, e queria dizer-lhes também, e partilhar convosco que o Ricardo Soares faz parte de uma geração de jovens autarcas do Marco, que são jovens Marcoenses preocupados com a sua terra, são jovens altamente qualificados, e que decidiram, através da sua atividade política, sentir e servir, sobretudo, a sua população e a sua terra. E por isso, no Ricardo Soares, eu queria cumprimentar todos os autarcas de freguesia que assim, através da atividade política, decidiram dar o seu contributo para bem do Marco de Canaveses.

Queria também cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a Sra. Secretária da Assembleia Municipal, também mandar um abraço muito fraterno ao nosso secretário Bruno Sousa Caetano, e dizer-lhe que esperemos todos que a sua situação familiar se resolva dentro em breve e da melhor forma. Cumprimentar o público, a comunicação social, e logicamente os Srs. Deputados Municipais e os Srs. Presidentes de Junta. Queria também dar as boas vindas ao Sr. Vereador Artur Soares, que hoje aqui está também connosco pela primeira vez como vereador desta casa, e também numa Assembleia Municipal pública, e a todos aqueles que tomaram hoje posse nesta Assembleia Municipal, pela primeira vez, em substituição de outros elementos que hoje não podem marcar presença.

Sr. Presidente da Assembleia, no período de antes da ordem do dia, queria só lembrar o Sr. Presidente que eu pedi à Sra. Vereadora para me contar as questões, que são vinte e cinco questões, para que todos tenham consciência de que a Sra. Presidente de Câmara foi interpelada para responder pelo menos a vinte e cinco questões. Já não vou falar do teor das questões e da complexidade de algumas, mas para que todos tenhamos consciência daquilo que hoje temos pela frente. E por isso, Sr. Presidente de Junta, ainda bem que nos tem ali preparado um lanche a meio da manhã, porque nós vamos precisar.

Ora muito bem, então vamos, agora sim, responder às questões que me foram colocadas.



Sr. Presidente da Junta de Alpendorada, Várzea e Torrão, Sr. Domingos Neves, aqui apresentou um voto de pesar, ao qual também nos associamos, ao voto de pesar ao Sr. Eng.º José Freitas Monteiro.

Sr. Presidente da Junta, Ricardo Soares, o voto de louvor ao Grupo Desportivo de Magrelos, também nos associamos aos considerandos que fez sobre os méritos desportivos na sua freguesia e das suas associações, também nos associamos a esse voto de louvor.

Investimento na Escola da Feira Nova, foi a questão que me colocou, e a estação elevatória do IP10. Dizer-lhe, em relação à estação elevatória do IP10, que ela está pronta, está neste momento em ensaios, e muito dentro em breve entrará em funcionamento.

Em relação à intervenção na Escola da Feira Nova, queria lembrar os presentes que essa escola em que o Sr. Presidente de Junta nos pede para nós intervirnos sofreu intervenções no ano de 2017. Eu até queria lembrar aqui um aspeto, que o Sr. Presidente de Junta se deve recordar, que esta escola foi inaugurada pelo anterior Presidente de Junta e pelo Dr. Manuel Moreira, anterior Presidente de Câmara, exatamente uma semana antes da sua tomada de posse, ou um dia antes da sua tomada de posse. E foi uma escola que foi intervencionada, em que, por exemplo, colocaram tijoleira exterior no interior – o que levanta hoje graves problemas para as crianças – onde deixaram cabos de eletricidade a atravessar zonas comuns, entre outras coisas que, efetivamente, poderiam ter ficado melhor, e poderíamos ter rentabilizado e tornado mais eficaz a intervenção que foi feita nessa escola. Mas não, por opção decidiram fazer uma obra em cima das eleições, e mais uma vez é pedido à Câmara Municipal para resolver um problema que outros deixaram, além de terem gasto dinheiro.

E por isso, Sr. Presidente, nós queremos fazer uma intervenção, e vamos fazê-la, vai ser uma intervenção e um investimento que é responsável, e que esperemos que resolva de forma definitiva e eficaz os problemas que nos têm colocado nessa escola, vamos fazer o projeto – aliás, a equipa de projetos da Câmara Municipal já tem essas orientações para reunir com a Sra. Professora, a coordenadora da escola, e com o Sr. Presidente de Junta, e esta intervenção vai ser levada a cabo no próximo ano letivo. Não vamos fazê-la agora porque temos outras – hei de ter oportunidade de dar conta de quais são as intervenções que vamos fazer no nosso parque escolar, mas esta, garanto-lhe que vai ser intervencionada no próximo ano letivo, e vamos fazê-lo com a responsabilidade que nos pedem, para responder eficazmente aos problemas que a escola apresenta.

Sr. Presidente Abílio Castro, rotunda dos bombeiros, ou rotunda do entroncamento aos Bombeiros Voluntários do Marco com a variante da Estrada Nacional 211: sobre este projeto, estamos em conversações com a Infraestruturas de Portugal. É uma empresa do Estado, é preciso lembrar, que compreende o bloqueio que constitui este cruzamento de entrada na Ponte de Canaveses e na cidade, mas queremos que esta solução seja a mais adequada e perdure. Inicialmente estava a ser estudada a construção de uma rotunda, uma placa giratória; no entanto, a comissão de risco – acho que é assim designada – e de segurança da Infraestruturas de Portugal considerou que essa solução não era viável. E por isso, estamos neste momento a trabalhar numa outra solução, que passará, em princípio – em princípio, porque ainda não está aprovado – pela construção de um viaduto. As conversações com a IP decorrem, estamos a determinar se a empresa paga, ou não, a totalidade do projeto, e até qual é o valor, depois de sabermos a estimativa orçamental, que



podem ajudar a investir na construção da obra. Depois de várias reuniões técnicas que já tivemos com a Infraestruturas de Portugal, já nos enviaram há cerca de uma semana atrás uma minuta de protocolo que nós alterámos, porque não concordámos com tudo, e estamos agora de novo a aguardar resposta da IP – ou seja, Infraestruturas de Portugal.

O Sr. Presidente de Junta fez-me outra questão, área empresarial de Constance. Em relação à área empresarial de Constance, o desenvolvimento económico do concelho, Sr. Presidente de Junta, é uma das grandes prioridades deste Executivo, e eu acho que para quem acompanha o trabalho deste Executivo, já chegou a essa conclusão. Estamos a criar condições para a instalação de empresas, e sabemos que isso é determinante para o desenvolvimento do concelho, quer também para a criação de emprego. Está, Sr. Presidente de Junta, já adjudicada a obra de instalação de infraestruturas de água e saneamento e a requalificação da via na Rua da Cabrita. E estamos também em conversações com a Infraestruturas de Portugal para autorização de construção do acesso da variante à área empresarial, e também do nível de compromisso financeiro da IP nesta intervenção, para que a sua intervenção, da IP, e o apoio financeiro, possa também ser no projeto e na execução da obra. Ou seja, não inviabilizamos a instalação de algumas empresas, pelo contrário, estamos já a trabalhar nisso; nesta primeira fase, criámos as condições necessárias, infraestruturas – como podem verificar, há empresas neste momento a instalarem-se naqueles terrenos – e numa segunda fase, que estamos a trabalhar nela, vamos ter, então, o acesso à variante. Também relembro aqui, para aqueles que estão mais distraídos, que fizemos investimento na expansão da área empresarial do centro da cidade – Maria Gil, para quem passou despercebida, fizemos investimento na Maria Gil, que é considerada a área de expansão da área empresarial de Tuíás, e estamos a preparar o projeto para requalificar a área empresarial de Tuíás, um projeto que já vinha de há muitos anos atrás, há muitos, e agora estamos a prepará-lo para levá-lo a cabo no próximo ano. Sr. Presidente de Junta, espero ter-lhe respondido.

Em relação à questão da Águas do Norte e parque da Livração, o Sr. Vice-presidente, se lhe for dada a oportunidade, responder-lhe-á a estas questões.

Sr. Deputado Luís Vales, em relação às questões que aqui colocou, Linha do Douro, suspensão de comboios, ou supressão de comboios: efetivamente, o material circulante que a CP e a Infraestruturas de Portugal – neste caso, a CP – tem não é o necessário. E tanto não é necessário que o Sr. Primeiro Ministro veio cá assinar um contrato – não veio anunciar; veio assinar um contrato, Sr. Deputado – de cento e sessenta e dois milhões de euros (162.000.000€), vinte e dois comboios novos. Está lembrado? Por isso, o Sr. Primeiro Ministro já assinou um contrato para comprar comboios novos. Sr. Deputado, tinha a obrigação de saber, até lhe ficou mal vir aqui fazer esta pergunta, o senhor é deputado da Assembleia da República. Eu vou dizer-lhe uma coisa: o senhor não ouviu as notícias esta semana? Não viu que o Governo decidiu investir quarenta e cinco milhões (45.000.000€) na reparação de carruagens? O Sr. Deputado não viu a notícia que, por exemplo, este Ministro decidiu reativar as oficinas da EMEF que o Dr. Passos Coelho encerrou? Esta semana, Sr. Deputado da Assembleia da República, esta semana, investimentos anunciados na CP e na Infraestruturas de Portugal. E o senhor é deputado da Assembleia da República, Sr. Deputado Luís Vales.

Quando é que chegam os comboios elétricos ao Marco? Eis a pergunta, quando é que chegam os comboios elétricos ao Marco. Chegam agora no mês de julho, dia 14 de julho a catenária vai ser ligada, os passes já estão à venda, aqueles passes que muitos de vocês duvidaram, os passes



sociais, quarenta euros (40€) para quem viaja todos os dias para o Porto, mais dez euros (10€) com o andante, cinquenta euros (50€). Imaginem o que o Governo do Partido Socialista fez pelos Marcoenses e pelos portugueses. Isso é que eu gostava de vos ver a agradecer, Srs. Deputados. É verdade.

Por isso, Sr. Deputado, respondendo objetivamente à sua pergunta, julho; em julho, os comboios elétricos vão estar no Marco de Canaveses, Sr. Deputado. Julho.

Águas do Marco, muito sinteticamente: foi recentemente apresentada uma proposta da Águas de Portugal para integração da parceria onde consta a avaliação do imobilizado e respetivos sistemas. Encontramo-nos nesta fase em análise por parte dos serviços técnicos da Câmara Municipal, sendo que se aguarda por parte da Águas do Marco idêntica proposta, mas que em todo o caso engloba a atualização do plano de investimento inicial, elaborado pela empresa em sede de concurso, que mereceu também, como sabem, a alteração unilateral perpetuada pelo anterior Executivo, na sequência da modificação unilateral do contrato, e que importa, à data, saber do grau de incumprimento, de forma a chegarmos a valores concretos, para que este Executivo possa tomar a opção que garanta o superior interesse dos Marcoenses no direito ao serviço público essencial de fornecimento de água e recolha e tratamento de efluentes a mais baixo custo possível.

Em relação às isenções, Sr. Deputado, é um compromisso. Estamos a vinte meses de governação deste Executivo, estamos a trabalhar, e queria também tranquilizar os Marcoenses que nos ouvem, que este Executivo está a trabalhar, efetivamente, para aquilo que o senhor diz que é o problema maior do Marco de Canaveses. Eu queria dizer-lhe que é o problema maior do Marco de Canaveses – foi o Sr. Deputado que o disse – mas não fomos nós que o criámos. Não fomos nós que o criámos, estamos a trabalhar numa solução, que os senhores tentaram inviabilizar durante algum tempo, é verdade, não nos queriam deixar mudar de gabinete de advogados. E por isso, Sr. Deputado Luís Vales, estamos a trabalhar numa solução, e dentro em breve os Marcoenses vão ver que, efetivamente, este Executivo trabalhou em prol dos Marcoenses e para conseguir que o interesse maior do Marco de Canaveses seja salvaguardado.

Quarta questão: Sr. Deputado, quando aqui nos diz que quer saber o que estamos a fazer para criar emprego e para atrair investimento, eu não tenho mais que lhe dizer. Eu acho que o Sr. Deputado deve andar bastante distraído, porque em todas as Assembleias nós falamos no investimento que estamos a fazer nas áreas empresariais, na plataforma que criámos – mais à frente posso-lhe dizer que vamos criar outra plataforma – estamos a trabalhar com o IAPMEI, estamos a trabalhar com um conjunto de entidades. Ainda esta semana nos foram colocadas algumas questões da Comunidade Intermunicipal, de alguns investidores que querem investir no território. Agilmente, enviámos todos os dados dos lotes que temos disponíveis, com as infraestruturas. Estamos a trabalhar arduamente para conseguir que o Marco de Canaveses garanta que os investidores que cá estão se mantêm, porque é muito importante dar essas condições àqueles que têm cá as suas empresas, mas também capitalizar e tornar o nosso território mais apelativo. Estamos a trabalhar nisso, e ainda há pouco respondi ao Sr. Presidente de Junta de Constance sobre o investimento que estamos a fazer nas áreas empresariais, e por isso acho que não vale a pena estarmos a falar mais nesse assunto.



Em relação àquilo que disse, ainda sobre o Sr. Deputado José Reis e da intervenção que ele fez, o Sr. Deputado terá dito aqui que eu cortei a liberdade do Sr. Deputado. Nesta Assembleia, quem gere os trabalhos é o Sr. Presidente da Assembleia e a Mesa. E por isso, Sr. Deputado, em momento algum o Sr. Presidente da Assembleia cortou a liberdade de qualquer um destes deputados ter falado nesta Assembleia. Em momento algum, nem a Mesa, nem o Sr. Presidente da Assembleia, Dr. Jorge Vieira, porque no passado, no passado, Dr. Luís Vales, o Sr. Deputado da Assembleia Municipal, o Sr. António Coutinho, esse sim cortou muitas vezes a liberdade dos Srs. Deputados e a mim própria, que até em defesa da honra não me deixava falar, Sr. Deputado. E eu nunca vi o senhor preocupado com estas situações. Cumpra-se o Regimento da Assembleia. Por isso, eu não tenho que defender o Sr. Presidente da Assembleia, nem a Mesa, mas em momento algum nesta Assembleia foi quartejada a liberdade de alguém intervir. Não é a Presidente de Câmara que gere os trabalhos, Sr. Deputado; é a Mesa da Assembleia Municipal.

Vila Boa do Bispo, o Sr. Deputado veio aqui perguntar se estávamos a fazer tudo pela população de Vila Boa do Bispo, deve estar a referir-se ao processo que tem em tribunal, que a Junta de Freguesia tem, em Vila Boa do Bispo. Em relação a isso, já falámos noutras alturas, o Sr. Presidente de Junta tem mantido os contatos connosco, tanto ele como a Câmara Municipal – logicamente, o Sr. Presidente de Junta, que foi democraticamente eleito para defender os interesses da sua população – estão a salvaguardar que todas as situações na sua freguesia sejam efetivamente resolvidas, dentro daquilo que é a legalidade da situação. Deduzo que esteja a falar do assunto do tribunal, que a Junta de Freguesia está a acompanhar este processo em tribunal, mas se é esse assunto, queria dar-lhe nota de que, efetivamente, estamos disponíveis, como sempre estivemos, e já aqui o dissemos, já reunimos várias vezes com o Sr. Presidente de Junta sobre este assunto, para que nada falte à população de Vila Boa do Bispo, mesmo que lhes sejam hipotecados os bens, nomeadamente as viaturas para poderem fazer o transporte escolar – e a Câmara Municipal até já tinha arranjado uma alternativa, se isso acontecer temos de imediato uma solução para ajudar as crianças da freguesia e o Executivo da Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo nesta situação.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Presidente, já esgotou o tempo. Agradecia-lhe que fosse o mais breve possível.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Eu posso ter já esgotado, agora o Sr. Presidente é que sabe se eu vou falar, ou não, porque eu tenho aqui mais não sei quantas perguntas, fizeram-me dezoito perguntas. O Sr. Deputado Luís Vales fez-me oito perguntas, ainda só vou responder à quinta.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu percebi isso. Sra. Presidente, eu tenho todo o entendimento por isso, e posso pôr à consideração da Assembleia a atribuição de mais tempo. Não quero é que depois me acusem de ser parcial. Srs. Deputados, eu proponha mais dez minutos para a Sra. Presidente concluir as respostas às várias interpelações que lhe foram apresentadas. Sr. Deputado, a Assembleia tem o direito de se manifestar sobre isso. O que eu não quero, e já disse, é que me acusem de ser parcial. Deixem-me só dizer: uma das coisas que é importante, o Regimento disciplina de forma clara... o que eu quero é que os Srs. Deputados percebam que da nossa parte, da parte da Mesa, há toda a boa vontade em que a Sra. Presidente responda, mas não quero ser acusado de parcialidade.



--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente da Assembleia, eu peço desculpa, mas eu acho que isto é razoável e é sensato. Ninguém consegue responder em dez minutos, por muito objetivo que seja, ao número de questões que foram colocadas. E por isso, a Assembleia Municipal, das duas, uma: ou altera o Regimento, ou então vamos ter que pôr sempre à consideração da Assembleia a Sra. Presidente responder às questões. Logicamente, estamos numa Assembleia Municipal onde as pessoas querem ouvir as respostas.

Muito bem. Proteção Civil, questão n.º 6 colocada pelo Sr. Deputado Luís Vales: estamos preparados, vamos fazer a limpeza dos caminhos.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Deixem-me concluir, então. Ninguém se opõe a que a Sra. Presidente use mais dez minutos para responder? Sra. Presidente, faça favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, eu não vou conseguir responder em dez minutos. Eu tenho mais de metade das questões para responder, Sr. Presidente, é uma questão de bom senso. O Sr. Presidente está a dar-me dez minutos; daqui a bocadinho, vamos chegar aos dez minutos, eu não tenho concluído, e vai ter que pôr à consideração para me dar mais tempo. Eu não vou conseguir responder em dez minutos. Vou tentar ser o mais objetiva possível, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, eu propus dez minutos, mas para mim, dez ou quinze é-me completamente igual. Sra. Presidente, faça um esforço, e depois conversamos.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Proteção Civil: estamos preparados para os incêndios, vamos proceder à limpeza dos caminhos, as limpezas das faixas de combustível, estamos a fazê-las. Reunimos já várias vezes com as nossas Unidades Locais de Proteção Civil, e por isso estamos preparados, Sr. Deputado, para fazer o combate aos incêndios, que espero que não venham e não ocorram, mas estamos preparados.

Ponte do Arco: o Sr. Vice-presidente, se depois lhe derem a palavra, falará.

Sr. Couto, Pensapassos: muito obrigada, estamos a trabalhar para que a associação consiga os protocolos para Centro de Dia e apoio domiciliário, e o empenho da Câmara Municipal será aquele que foi até agora, como fizemos com as pequenas obras que melhoraram o conforto destes utentes.

Sr. Presidente de Junta, Luciano Costa, agradecer-lhe as palavras que nos deixou também. E queria dizer-lhe, é uma pergunta muito objetiva, o Sr. Presidente de Junta respondeu se vamos ser nós a fazer esta obra. Sr. Presidente de Junta, vamos ser nós a fazer esta obra. Vai ser este Executivo, e vai ser ainda com o senhor como Presidente de Junta de Banho e Carvalhosa. Não vamos apenas pavimentar a rua, como foi o nosso comprometimento em campanha eleitoral, mas vamos tomar uma atitude responsável naquilo que é o investimento público, porque o dinheiro é



público, é de todos nós, e temos, efetivamente, que ter este cuidado. Vamos, antes de fazer a pavimentação de betuminoso desta rua, da Estrada Municipal 569, desde Vale da Estrada até à rotunda de acesso à sede da Junta de Freguesia e Igreja, vamos considerar, além desta pavimentação de betuminoso, as águas pluviais e o projeto, efetivamente, de água e saneamento – água e saneamento ao longo da Estrada Municipal 569, desde Vale da Estrada até à rotunda de acesso à sede da Junta de Freguesia e Igreja. O estudo prévio realizado não teve por base um levantamento topográfico do arruamento essencial, e por isso estamos agora a fazer as modificações, e dentro em breve estaremos a trabalhar este projeto.

Sr. Presidente de Junta, respondendo objetivamente, vamos ser nós a fazer esta obra.

Sr. Fernando Monteiro, Sr. Presidente de Junta de Vila Boa de Quires: já agora, Sr. Presidente da Assembleia, podia dizer-me qual foi o tempo que este Sr. Presidente de Junta utilizou para fazer a intervenção dele? Treze minutos. A Sra. Presidente de Câmara tem quinze minutos para responder a todos. Pronto, mas é para quem está lá em casa perceber que um dos vários deputados que interveio utilizou treze minutos, e a Sra. Presidente de Câmara tem quinze minutos para responder a todos.

Bem, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, a Academia das Artes de Marco de Canaveses é uma associação cultural sem fins lucrativos e é propriedade dos seus associados. No entanto, enquanto escola, a Artâmega, a partir do momento em que foi oficializada com o alvará da DREN – e isto ocorreu em 2009 – está obrigada a respeitar as regras que lhe são impostas pelo Ministério da Educação. E tudo o que tenha a ver com o funcionamento pedagógico obedece a critérios que são por eles definidos. A vontade da Direção, dos sócios, da Câmara, da Junta, nada se sobrepõe àquilo que são as regras do Ministério da Educação. Não importa o que nós queremos, quem diz como é que têm que ser as instalações é o Ministério da Educação, e isto é um ponto prévio.

E por isso, Sr. Presidente de Junta, se quisermos continuar a ser uma escola, ou a ter uma escola de ensino particular e cooperativo no concelho, teremos que, de facto, fazer aquilo que o Ministério da Educação e a DGEstE querem. Ou seja, em termos de funcionamento da escola, de espaços, há requisitos a cumprir. Sr. Presidente da Assembleia, eu tenho aqui os requisitos. Eu não os vou ler, por respeito, porque tenho pouco tempo, mas eles estão aqui, é um Decreto-lei, e eu vou fazê-lo chegar depois à Assembleia Municipal, e quero que sejam distribuídos por todos, para que saibamos todos de que critérios estamos a falar para instalações onde pode desenvolver a atividade a Artâmega.

E por isso, Sr. Presidente, antes de mais, a ordem de despejo do Centro Pastoral aconteceu, como o Sr. Presidente de Junta disse, e muito bem, a 30 de maio de 2017. O prazo para encontrar uma solução alternativa e que cumprisse os requisitos da DGEstE começou nesse mesmo dia. Houve um tempo para encontrar essa solução, e a única que foi apresentada à Artâmega e à Câmara Municipal aconteceu em janeiro de 2018, por parte da Câmara Municipal do Marco, e que recebeu o parecer favorável por parte da DGEstE. A única alternativa que foi do conhecimento da Direção da Artâmega e da Câmara foi a conversão do edifício da Junta de Freguesia e do Centro Cívico, mas que, olhando para as normas dos documentos que aqui estão, e que eu vou fazer questão de fazer chegar a todos, é visível e percebe-se com facilidade que este edifício jamais poderia albergar a atividade letiva da Artâmega e assegurar o seu crescimento.



Em momento algum foi do conhecimento a possibilidade de haver uma alternativa em Vila Boa de Quires, nessa fase, e por isso de se construir eventualmente um edifício de raiz, ou até outro tipo de edifício. Dois anos depois do início do problema, e depois de tudo o que o processo já levou, há uma solução aprovada – há hoje uma solução aprovada pela DGEstE, um projeto que a Câmara Municipal levou a cabo, e que, de facto, são as obras no centro da cidade, no nosso pavilhão.

Srs. Deputados e caros Marcoenses, a Artâmega precisa urgentemente de um espaço próprio, porque se encontra numa fase de crescimento resultante daquilo que se designa o contrato de patrocínio. Para quem não sabe o que é que é um contrato de patrocínio, a Artâmega, pela primeira vez, tem contratos com o Ministério da Educação, que por acaso são setecentos e vinte e dois mil euros (722.000€) que este Governo do Partido Socialista, e com o trabalho árduo deste Executivo, e meu, pessoalmente, que fui a muitas reuniões a Lisboa, conseguiram para garantir o financiamento da Artâmega. Setecentos e vinte e dois mil euros (722.000€) para cinco anos. E isto garante o quê? Para que todos percebam, que os nossos alunos Marcoenses possam ter ensino musical e artístico gratuitamente. É esta a mais valia. E esta escola está em crescimento, e precisam de umas instalações, e a Câmara Municipal arranjou umas instalações, ou arranjou um projeto para resolver o problema à Artâmega. Não tínhamos possibilidade de aguardar três ou quatro anos para que se pudesse elaborar outra vez um projeto de raiz, e todos os projetos de especialidades, todos os pareceres necessários à construção. A Escola Secundária vai ser alternativa à Artâmega até setembro de 2020; em setembro de 2020, a Artâmega tem que ter já umas instalações para manter este financiamento do contrato de patrocínio. E por isso, nós temos até setembro de 2020 – setembro de 2020, pouco mais de um ano.

E por isso, dizer-lhes o seguinte: a Câmara Municipal e o Executivo não têm problemas de consciência. Quando nós chegámos à Câmara Municipal, foi-nos apresentado um problema, arranjàmos uma solução. Arranjámos uma solução. O problema não foi criado por nós, essa novela toda que o Sr. Presidente aí descreveu, com as datas, o problema não foi criado por nós. Nós arranjàmos uma solução. E por isso, não podíamos, nem tínhamos o direito de atuar de uma forma displicente, ao esperar de braços cruzados por algo que poderia não vir a acontecer, e até colocar em risco o futuro da escola e dos alunos nela matriculados.

Posto isto, maio de 2017, origem do problema; julho de 2019, dois anos. Foi tempo a mais para podermos arranjar uma solução, mas arranjàmos; arranjàmos com trabalho, com sentido de responsabilidade, e porque queremos que a Artâmega seja uma referência na música, no teatro, no ensino artístico, no Concelho e no nosso Marco. Tornámos, Sr. Presidente de Junta, o sonho da Artâmega, dos pais e dos alunos, possível, primeiro com o contrato de patrocínio, e agora com um projeto aprovado pela DGEstE para umas novas instalações no centro da cidade. Estamos, como disse, de consciência tranquila; outros podem não estar, eu estou. E quando a obra for inaugurada, Sr. Presidente de Junta, espero que lá esteja connosco, tenho a certeza de que vamos merecer o reconhecimento dos Marcoenses por este esforço em prol da cultura no nosso concelho.

E mais, quem quiser conhecer o *dossier*, com informação rigorosa e verdadeira, essa informação está disponível na Artâmega, e a Direção já o referiu.

Em relação à Artâmega, dizer apenas o seguinte, para concluir: ao contrário do que querem fazer passar, esta não é uma questão político-partidária. Esta questão da Artâmega não é uma questão



político-partidária. Não tem a ver com o Partido A, e não tem a ver com o Partido B; esta é uma questão de interesse municipal, é determinante para o futuro cultural, para o futuro da música do Marco de Canaveses. E por isso, como disse, a Artâmega tinha um problema que colocava em causa a sua continuidade. Em tempo útil encontramos uma solução, que foi considerada pela DGEstE uma solução válida, e que dá efetivamente razões à Câmara para investir numa nova escola. Sr. Presidente de Junta, a origem do problema não é um milhão (1.000.000€) que a Câmara tem para gastar, não pode pôr as coisas nesse sentido. A Câmara não tem um milhão (1.000.000€) para gastar; a Câmara tem um problema, e para o qual vai ter que investir dinheiro, porque da forma como falou, até parece que a Câmara tem aqui um milhão (1.000.000€) para gastar, e anda aqui a ver se alguém o quer, ou se alguém tem um projeto ou um terreno para fazer uma escola. A Câmara teve um problema, que lhe foi colocado pela Artâmega, que não é nosso, é da Artâmega; não foi criado por nós. Por isso, o milhão (1.000.000€) não é a origem do problema; é, sim, o final de uma solução para o problema. E por isso, acho que em relação à Artâmega, depois posso fazer chegar estas informações, mas está respondido.

Em relação à outra questão, o Sr. Vice-presidente – porque creio que se estava a referir a ele – se lhe for dada a palavra, vai ter toda a possibilidade de lhe responder.

Já agora, Sr. Presidente de Junta, o Sr. Presidente de Junta disse-me que tinha pedido uma audiência à Câmara Municipal, e que nós não lhe tínhamos concedido essa audiência. Só para lhe dar uma nota: eu estive na terça-feira nos atendimentos na sua freguesia, e o senhor tinha dois munícipes para atender, que atendemos, creio, em cerca de dez minutos – estava eu e o meu adjunto. O Sr. Presidente de Junta esteve o resto do tempo todo, em que a Sra. Presidente de Câmara estava disponível para se sentar à mesa para conversar consigo, nem um assunto de interesse para a sua freguesia foi colocado – porque há Srs. Presidentes de Junta que nos atendimentos estão aqui, depois de os munícipes serem atendidos, reúnem connosco para resolver problemas da freguesia. O senhor esteve o tempo todo, nem um problema colocou sobre a sua freguesia. Olhe, até me deu a oportunidade de ir mais cedo para a Freguesia de Constance, que o Sr. Presidente da Junta, Abílio Castro, tinha lá muitas questões para resolver, e ficámos com mais tempo para ele, porque o senhor não o quis aproveitar.

Sr. Deputado Bruno Caetano, Parque de Montedeiras, Festas do Marco, o Sr. Vice-presidente certamente lhe vai responder.

Refeições: é verdade que a Câmara Municipal está a fazer um exercício muito grande e um investimento muito grande para melhorar as refeições e o serviço de refeições no Município. Temos um projeto que se chama “#sucessoescolar”, temos um projeto que se chama Lancheira Saudável, temos uma nutricionista a trabalhar connosco, fizemos um projeto-piloto com quatro escolas – com a EB1 de Paredes de Viadores, com a EB1 de Gandra, com a EB1 de Vila Boa de Quires, e com a EB1 da Searinha – que foram cerca de cento e quarenta alunos, que foi um projeto-piloto. Queremos alargar este projeto-piloto a todas as outras, da Lancheira Saudável, temos feito sessões de formação com os pais dos alunos, no total de cinquenta encarregados de educação que estiveram presentes nas nossas ações de formação, foi ainda celebrado um protocolo com a Escola Superior de Saúde de Santa Maria, exatamente para podermos aferir quais são os hábitos dos nossos alunos, e quais são os problemas que os nossos alunos, e que podemos também melhorar, temos uma ementa municipal que queremos implementar em todas as escolas – aliás, já reunimos com os Srs. Presidentes de Junta sobre isso – procedemos à análise de cento



e catorze inquéritos que foram aplicados àquelas pessoas que manipulam os alimentos em serviços de alimentação, fizemos formação com todas as pessoas que estão em refeitórios e com as cozinheiras na área da higiene e segurança alimentar, entre várias coisas – eu podia ler, tenho aqui muita coisa para ler, mas como o Sr. Presidente da Assembleia diz que tenho pouco tempo, é melhor não ler tudo. Mas, pronto, dizer-lhe que temos essa preocupação.

Mas, não temos só uma preocupação com a alimentação; nós vamos levar a cabo, neste período de interrupção letiva, e porque planeamos devidamente as nossas intervenções, três obras de maior envergadura: EB1 da Barroca, vamos fazer um investimento de duzentos e vinte mil euros (220.000€), vamos substituir a cobertura de amianto, o revestimento exterior por capoto, vamos também substituir a caixilharia, o sistema de iluminação por tecnologia LED, e vamos fazer intervenções gerais no interior dos edifícios – pinturas, madeiras, casas de banho, etc. Vamos também fazer uma intervenção na EB1 da Esperança, cento e setenta e cinco mil euros (175.000€). Aquilo que vamos agora fazer, a candidatura, é uma boa prática da economia circular, será o primeiro projeto no Marco de Canaveses com esta boa prática, na EB1 da Esperança, cento e setenta e cinco mil euros (175.000€). Também já temos um projeto pronto e a concurso para a EB1 de Sobretâmega, cento e cinquenta mil euros (150.000€). E só nestas três escolas são quinhentos e quarenta e cinco mil euros (545.000€). Também arranjámos alternativas para que, quando estas obras estiverem a decorrer, os alunos possam sair e estar noutras instalações. Na Barroca, já sabemos que os alunos vão estar temporariamente nas instalações do JI da Barroca, no JI de Ramalhães e na EB1 n.º 1 do Marco; na EB1 da Esperança, funcionará temporariamente nas instalações do Jardim de Infância da Légua; na EB1 de Sobretâmega, funcionará temporariamente nas instalações disponibilizadas pela Junta de Freguesia, nas salas de catequese – já tivemos oportunidade de reunir com o Sr. Padre sobre isto. E além disso, ainda vamos fazer outras intervenções: cozinha na EB1 do Marco, exatamente pelas questões das refeições, está pronta, quinze mil euros (15.000€) que investimos para equipar a cozinha; fizemos obras nos muros e nos telhados do JI de Ramalhães, no telhado do JI de Eiró, vamos fazer no JI de Murteirados e na EB1 de Avessadas intervenções, etc., etc.

Sr. Deputado Municipal, para lhe dizer que a Câmara Municipal não está preocupada só com as questões alimentares; está preocupada com todo o parque escolar, investir para um melhor conforto dos nossos alunos, e também melhorar o seu sucesso escolar.

Celso Santana, Casa dos Arcos, Praia da Pontinha, o Sr. Vice-presidente vai dar-lhe essa resposta.

Sr. Deputado Mário Luís, Avenida Francisco Sá Carneiro, Pavilhão da EB 2/3 de Alpendorada. A Avenida Francisco Sá Carneiro, se depois houver alguma informação, nós também lha fazemos chegar.

Em relação ao Pavilhão da EB 2/3 de Alpendorada, dar-lhe conta do seguinte: na delegação de competências, sinalizámos no mapa do Ministério da delegação de competências a Escola EB 2/3 de Alpendorada, que não estava sinalizada, e nós tivemos essa preocupação, porque entendemos que aquela escola precisa de obras. Não quer dizer que depois o Ministério as vá fazer, mas tivemos essa preocupação, de para além da EB 2/3 do Marco, também termos sinalizado a EB 2/3 de Alpendorada. E por isso, eu espero que rapidamente, de facto, esta situação também fique ultrapassada.



Muito obrigada, Sr. Presidente, e muito obrigada, Srs. Deputados, por me terem dado a oportunidade de poder responder.

Sr. Presidente da Assembleia, agora pedia-lhe, se faz favor, se dava oportunidade ao Sr. Vice-presidente de responder às questões que são dos seus pelouros.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Nós já excedemos em treze minutos, já gastámos os dez, já temos mais três. Eu peço, sob pena de numa próxima reunião de líderes temos que alterar o Regimento – e por mim não há problema nenhum – eu peço que sintetizem, porque há que respeitar o Regimento.

Sr. Vice-presidente, faça favor, então.

--- Mário Bruno Magalhães (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Olá, muito bom dia a todos.

Passando à frente dos habituais cumprimentos, respondia, então, ao Sr. Presidente de Junta de Freguesia, Sr. Abílio Castro. Protocolo da água do Outeiro: é um protocolo tripartido entre a Câmara Municipal, Águas do Marco e Águas do Norte, está prestes a ser assinado, está tudo oficializado para o Outeiro, para a Légua e para Santo Isidoro e Livração. Deduzo que em mais alguns dias temos a situação devidamente formalizada.

Rotunda e parque junto à Estação da Livração: dizer-lhe também que resulta de um protocolo com a Infraestruturas de Portugal, já recebemos uma minuta, a minuta não está de acordo com a totalidade do âmbito da obra, porque na obra, vamos intervencionar na rotunda, e vamos também intervencionar no Parque de Lazer, naquela zona adjacente. Por isso, estamos já a trabalhar no protocolo, em breve vamos ter também algumas novidades.

Relativamente àquilo que o Sr. Deputado Luís Vales aqui apresenta, Ponte do Arco, dizer-lhe o seguinte: de facto, a Ponte do Arco apresenta já alguma precariedade há alguns anos, não é só de agora. E ressaltar uma frase que utilizou, em que a Ponte do Arco é uma obra estruturante, e a passagem. Mas, é estruturante não só a partir do dia 1 de outubro de 2017; é estruturante já há muitos anos. E daquilo que sei, o anterior Executivo não investiu lá, investiu pouco ou nada. Dizer-lhe que a nossa posição relativamente à Ponte do Arco é mantê-la interdita, mantê-la pedonal, é uma obra de arte quase única por todo o país, é uma obra que vai ser visitada, os relatórios da Rota do Românico apontam para isso mesmo, os relatórios da estrutura, a ponte não tem condições para ser transitável, não tem condições de segurança, até porque a ponte vai voltar à sua origem, ao ponto de cavalete, não é possível. A Câmara Municipal já assumiu isso, já transmiti à Sra. Presidente de Junta de Freguesia. A possibilidade é, de seguida, fazer um projeto e estudar uma nova travessia, que está neste momento com alguma dificuldade, porque temos a Ponte de Várzea ainda para fazer. A Ponte de Várzea está orçamentada, salvo erro, perto dos oitocentos mil euros (800.000€), ou perto disso, ainda estamos a estudar, vai agora a concurso. Por isso, esta situação não está esquecida, mas sempre com esta ressalva orçamental, de alguma contenção orçamental, porque esta situação assim o merece.



Quanto ao Sr. Presidente de Junta, Fernando Monteiro, esta situação, ele não foi claro, mas eu sei o que ele quis dizer, e esta situação já foi aqui levantada. Dizer o seguinte: a pessoa, normalmente todos os candidatos às Juntas de Freguesia são residentes dessa freguesia, e só são candidatos enquanto candidatos; ao outro dia das eleições, são munícipes. E como munícipe, o Executivo da Câmara Municipal tem que respeitar. Se um munícipe me pede para visitar uma rua, é falta de respeito eu não visitar, porque eu fui eleito por ele, fui eleito por estes cinquenta e cinco mil habitantes do Marco de Canaveses. É verdade, seria uma falta de respeito. É preciso compreender isto: hoje qualquer cidadão é candidato; ganha as eleições, é Presidente de Junta; perde as eleições, é munícipe, é freguês, tem os seus direitos e tem os seus deveres. A Câmara Municipal faltará ao respeito a esse munícipe se não for. Eu visito dezenas de lugares por mês, com vários munícipes. Naturalmente que não vamos estar sempre... quem me pede não é o Sr. Presidente de Junta; quando o Sr. Presidente de Junta me pede para acompanhar as obras, eu vou. Agora, eu tenho que ouvir os munícipes. Eu acho que esta situação, é necessário que seja clarificada, porque esta é a verdade. Não há aqui munícipes de primeira, nem munícipes de segunda, e o mesmo acontece com os Srs. Presidentes de Junta. Acho que fui suficientemente claro.

Parque de Merendas de Montedeiras: Sr. Deputado Bruno Caetano, dizer-lhe que a obra iniciou no dia 25 deste mês, 25 de junho de 2019, tem um prazo de noventa dias. Por isso, lá para finais de setembro, esperamos que a mesma esteja devidamente concluída, o seu término. Dizer-lhe que comprámos, e a obra teve esta derrapagem face ao período inicial porque houve necessidade de comprar três parcelas de terreno, que já estão devidamente compradas e registadas, fazem parte da Câmara Municipal, fazem parte hoje do seu património. Por isso, também aqui dizer-lhe que o problema está devidamente resolvido. O projeto é um projeto, acho eu, muito agradável, lindíssimo. Temos tido já algumas reuniões com o Arq.º Sérgio Pinto, nomeadamente esta semana, até na seleção de algumas árvores. Por isso, as coisas vão correr bem, se assim acontecer. Obras são obras, há sempre algumas derrapagens, naturalmente, mas tudo vamos fazer para que não seja.

Sinalização da estrada que liga ao Castelinho, é uma preocupação desta Câmara Municipal. Já o fizemos juntamente com o nosso Comandante da Polícia Municipal, a ideia é até ir mais longe – nesta fase, não; nesta fase é sinalizar, para que no dia 8 de setembro, e nos dias anteriores, e não só, porque o Castelinho é visitado por dezenas e centenas de pessoas todos os dias. O que é que acontece? É sinalizar, alertar, quer o peão, quer o automobilista. Mas, no entanto, também a ideia será até, no futuro, ir um bocadinho mais longe, criar alguns acessos dedicados, tipo passeio, mas nesta fase o que está em cima da mesa é apenas e só a sinalização.

Sr. Presidente de Junta do Marco, Celso Santana, dizer-lhe que o senhor é questionado, na sua Assembleia de Freguesia, por situações que dizem respeito à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal. Muito estranho isso, porque, de facto, é neste local, era hoje aqui, e não na semana passada, que os Srs. Deputados da Assembleia de Freguesia deviam questionar, porque estas obras, naturalmente, a Casa dos Arcos, a Pontinha, não são obras de Junta de Freguesia, são obras de Câmara Municipal. E são tão obras de Câmara Municipal, nomeadamente a Casa dos Arcos, dizer-lhe o que é que se passa com a Casa dos Arcos, porque também se há dúvidas, vamos clarificá-las. A Casa dos Arcos, a Câmara Municipal adquiriu três artigos, devidamente participados já na matriz e registados na devida Conservatória do Registo Predial a favor do Município. A primeira escritura foi em 2007, 14 de junho de 2007, primeira escritura em que a



Câmara Municipal faz este registo. A segunda escritura é a 14 de julho de 2008. Desta escritura resultou um protocolo. Por deliberação da Câmara Municipal, de 14 de fevereiro de 2008, foi aprovado o protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal do Marco de Canaveses e a família de Joaquim Macedo Pinto Peres Ventura e António Joaquim Macedo Pinto Peres Ventura – dois irmãos – assinado em 20 de março de 2008, por todos os intervenientes. Já agora, se o senhor vem aqui em nome dos seus representantes, deixe que também aproveite este canal e este órgão para dizer: sabe o que é que a Câmara Municipal fez de 2007 até 2019? Fez isto, colocou um cartaz que diz “Casa dos Arcos, futuro Centro Cultural do Marco de Canaveses”. Sabe qual é a data deste cartaz? É setembro de 2009. Em setembro de 2009, a Câmara Municipal, aqueles que hoje o questionam, e aqueles que estavam, naturalmente, filiados no Partido que o questionam, e que na altura era poder, fez isto. Além disto, fez também uma revista municipal, que também fez aqui, na pág. 59, um artigo em que diz o seguinte: “*Centro Cultural do Marco de Canaveses, Casa dos Arcos*”, pág. 59, setembro de 2009.

Mas agora, o senhor transmita-lhe o seguinte: o que é que esta Câmara fez em ano e meio – ou seja, dezoito meses? Nestes dezoito meses, esta Câmara Municipal detetou que a Casa dos Arcos apresenta risco elevado de ruína – risco elevado de ruína. Neste momento, temos já em cima da mesa um projeto do Prof. Aníbal Costa, da empresa ??? Trofa, no sentido de fazer um estudo e um projeto de andaimes para conseguir suportar a Casa dos Arcos, porque senão ela pode cair e pode até magoar alguém, e é isso que nós não queremos. Em breve, temos já também um Gabinete de Projetos, que trabalhamos com ele, e que estamos já a fazer um estudo para aquela zona.

Dizer-lhe o seguinte: sabe o que é que esses senhores que hoje o questionam sobre a Casa dos Arcos fizeram, relativamente ao protocolo? Zero. Sabe o que é que diz o protocolo? É que é importante dizer isto. O protocolo diz que a Câmara Municipal tem que infraestruturar aqueles dois lotes, tem que criar as infraestruturas todas, para que eles depois possam construir. E fez zero. Ou seja, a Câmara Municipal, de facto, aqui houve equidade, não fez nada da Casa dos Arcos, mas também não correspondeu nada aos donos do terreno, no protocolo com quem assinaram em 2008. Ou seja, de 2008 para 2019, é fazer as contas, como dizia o outro senhor – onze anos, naturalmente.

Praia da Pontinha, muito se fala na Praia da Pontinha. Este Executivo sempre disse, e sempre vai dizer, e vai bater o pé a tudo para que tudo seja possível, para que a Praia da Pontinha seja uma realidade. Após diversas discussões, e após diversas trocas de informações com a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, em que a APA questionava uma série de problemas, e nós fomos resolvendo, fomos trabalhando e fomos dando resposta, a APA no fim indefere a Praia da Pontinha, para nosso desgosto, muito lamentamos, não temos Praia da Pontinha como temos Praia de Bitetos. Por que é que não temos Praia da Pontinha? É devido às análises da água? Não, a análise da água está boa, a Praia da Pontinha tem uma água balnear, é boa. Por que é que foi indeferido? Depois de toda essa troca de informação, a APA veio agora dizer que o açude a jusante da Praia da Pontinha apresenta risco de queda – caiu uma pedra, ou outra. Já o visitámos, e pronto, aparentemente, acho que não apresenta risco de queda – mas, isto é aparentemente, e nós não podemos ir pelo aparente, devemos ir pelos técnicos. E então, reunimos, a Câmara Municipal reuniu na APA, há coisa de três ou quatro semanas, há muito pouco tempo, e ficou acordado o seguinte: ficou acordado que a APA iria deslocar dois técnicos vindos de Lisboa, duas pessoas que já são colaboradoras da APA há muitos anos, com alguma experiência, para avaliar.



Aquilo que a APA nos disse foi o seguinte: temos orçamento para demolir açudes, ou melhor dizendo, temos orçamento para demolir tudo o que é obstáculos à linha de água; não temos nem um cêntimo para reconstruir ou construir açudes. Face a isso, a posição da Câmara Municipal foi a seguinte: muito bem, a Câmara Municipal está na disponibilidade, sem saber ainda valores, sem ter orçamento, a Câmara Municipal está na disponibilidade de fazer as obras no açude. Perante isto, a APA ficou de avaliar, e aquilo que pedimos à APA é que o estudo técnico fosse feito pela APA, que não fosse feito pela Câmara, quer por técnicos, quer em regime de *outsourcing*. Por quê? Porque depois é muito difícil a aprovação da APA. Nós tivemos um ano e meio (quase) para aprovar as casas de banho de Sobretâmega. Um ano e meio. Já estão aprovadas, mas para aprovar umas casas de banho, um ano e meio, o que fará para aprovar a requalificação de um açude, eu até tenho medo do que é que pode vir aí. Pronto, o que é que acontece? Vamos aguardar pela visita dos técnicos, em função disso a Câmara Municipal vai avaliar o que é que é possível, a APA pode não aceitar que o estudo técnico fique por conta deles, pode exigir que o estudo técnico seja nosso, e quer isto dizer que temos aqui pano para mangas. Eu sei que é muito ventilado, e foi isso que foi dito, que a Câmara Municipal promove a ida, a utilização. A Pontinha é um parque de lazer. A Pontinha não é praia; a Pontinha é um parque de lazer, como é o Parque Fluvial do Tâmega. É uma zona de lazer, é uma zona bonita, até temos uma concessão de pesca. Esses senhores também aprovaram, e bem, uma concessão de pesca. Ou seja, a Câmara Municipal, o que é que faz? Zela pelo património que tem. Não é só pela zona ribeirinha da Praia da Pontinha; é por todos os patrimónios que temos. Foi uma das coisas que a este Executivo também não nos cabe na cabeça, que é ter património abandonado. Olhe, caso disso eram as nossas rotundas no centro da cidade. Pode-lhe dizer que, de facto, ao limpar, também promovemos a ida para as rotundas.

Julgo que respondi às questões todas. Agradeço o tempo que me foi disponibilizado. Uma palavra de saudação amiga também para esta freguesia e para o Sr. Presidente, porque é uma freguesia que a mim me diz muito, tenho aqui laços familiares fortes. Por isso, a todos muito obrigado e um bom dia.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Vereador.

--- Bruno Caetano (PS) ---

Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, enquanto Mesa da Assembleia, acho que tem a possibilidade de convocar a comissão que elaborou a revisão deste Regimento. E enquanto líder do Grupo Municipal do Partido Socialista, sugeria que no período de interregno desta Assembleia com a próxima, reuníssemos novamente essa comissão, a fim de avaliar a realidade da interpretação, quer do Regimento, quer da aplicabilidade dele.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado.

--- Fernando Monteiro (Presidente J.F. Vila Boa de Quires e Maureles, PPD/PSD) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, e obrigado a todos pelo tempo concedido, mas não posso deixar passar duas ou três questões muito rápidas. É defesa da honra, porque disseram que o Presidente



da Junta... a Sra. Presidente da Câmara disse que eu não lhe pedi nada, que estive lá no atendimento ao munícipe...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, tenham calma. Sr. Presidente, neste caso, não cabe a defesa da honra. Leia o Regimento, se faz favor, mas não cabe mesmo. Pode interpelar, diga-me o que pretende, mas defesa da honra, não pode.

--- Fernando Monteiro (Presidente J.F. Vila Boa de Quires e Maureles, PPD/PSD) ---

A Sra. Presidente disse, e não me esclareceu das perguntas que eu lhe fiz, e eu queria voltar a formular e a ter esse esclarecimento.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Como é que o Sr. Deputado enquadra essa sua intervenção?

--- Fernando Monteiro (Presidente J.F. Vila Boa de Quires e Maureles, PPD/PSD) ---

O assunto é demasiado importante, Sr. Presidente, e eu não fiquei esclarecido. Se puder fazer, faço; se não fizer, depois na informação escrita eu faço novamente, não há problema.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu quero encontrar enquadramento. Srs. Deputados, deixem-me, por favor, analisar, que eu quero enquadrar a situação.

--- Fernando Monteiro (Presidente J.F. Vila Boa de Quires e Maureles, PPD/PSD) ---

Sr. Presidente, eu tenho a humildade de lhe dizer que não estou à vontade no Regimento. Se puder, eu agradeço-lhe.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, eu vou ter que distribuir o Regimento. Srs. Deputados, eu suspendo os trabalhos já a seguir, e perdemos muito mais tempo. Sr. Deputado Fernando Monteiro, a possibilidade que tem é de fazer um pedido de esclarecimento. Coloque-me a questão – é a alínea f) do art.º 28.º do Regimento – coloque a questão à Sra. Presidente, por favor. Mas, coloque a questão, que é para não haver dúvidas.

--- Fernando Monteiro (Presidente J.F. Vila Boa de Quires e Maureles, PPD/PSD) ---

Pois, mas eu coloco, Sr. Presidente. Se acha que o Presidente de Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, que pediu uma audiência para tratar deste assunto de demasiada importância – e o pedido que foi feito não foi para o Sr. Presidente da Junta, foi para o Executivo da Junta, o Executivo da Junta pediu, como o meu Tesoureiro lhe falou pessoalmente por telefone, que também queria estar presente, queríamos estar todos – se quer atender o Presidente da Junta no espaço dos munícipes, e se é assim que vai tratar os Presidentes de Junta de Freguesia, se é nos atendimentos aos munícipes, ou se pedimos uma audiência e não temos direito à audiência.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Vales, qual é a pergunta? Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra.



--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente, porque não fiquei esclarecido relativamente às questões formuladas à Sra. Presidente da Câmara, porque quis antes fazer um comício, do que propriamente dizer aquilo que interessa para os Marcoenses, e neste caso tem a ver com a questão das supressões. Sra. Presidente, o que é que está a fazer relativamente à questão das supressões de comboios que se verificam neste momento na Linha do Douro.

Uma outra questão a que eu também não obtive resposta é: quantas empresas vieram para o Marco desde que foi criado o Marco Investe, e quantos empregos foram criados?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado. Sra. Presidente, tem a palavra, por favor, para responder às suas interpelações.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente da Assembleia, muito obrigada pelo tempo concedido para poder responder a mais três questões que os senhores que usaram da palavra agora já tinham feito.

Sr. Presidente da Junta de Vila Boa de Quires e Maureles, o Sr. Presidente de Junta merece exatamente o mesmo respeito que merecem todos aqueles que residem na sua freguesia, por parte do Executivo da Câmara Municipal – todos, sem qualquer distinção – porque eu tenho o máximo respeito por todos os munícipes da sua freguesia. E por isso, todos aqueles que querem falar com a Sra. Presidente de Câmara e com o seu Executivo, como sabe, vão à Junta de Freguesia e têm o tempo que entenderem, e o que nós também tivermos, para poderem tratar dos assuntos de interesse da sua freguesia. O Sr. Presidente de Junta assiste aos atendimentos e sabe que nessas situações – aliás, sabe o senhor e os outros quinze Presidentes de Junta – que nesse tempo são colocadas situações de interesse para a freguesia que, muitas das vezes, são situações que é a Câmara Municipal que tem que resolver. E por isso é que os senhores estão lá, e por isso é que nos ajudam, muitas vezes, a resolver essas situações.

E por isso, Sr. Presidente de Junta, o pedido de audiência que o senhor fez, já agora, deixe-me partilhar, porque houve um elemento do seu Executivo que me ligou quando eu estava na Suíça, a exigir – não foi a pedir; a exigir – que a Sra. Presidente de Câmara o recebesse. A exigir. A Sra. Presidente de Câmara tem uma agenda que é muito complexa, para as dezasseis freguesias. E por isso, eu não admito que um elemento do seu Executivo me ligue a exigir o que quer que seja. Ponto n.º 1.

Ponto n.º 2, o senhor teve o tempo que quis para pôr este problema da Artâmega, e outros da sua freguesia, quando eu estive – o senhor nem tinha que se deslocar; eu estive na sua freguesia, disponível para me sentar à mesa, para o senhor falar do assunto da Artâmega. O senhor não falou da Artâmega, nem em nenhum dos outros assuntos de interesse da sua freguesia.

Em relação à Artâmega, acho que já disse tudo o que tinha a dizer. Tudo o que tinha a dizer. É um assunto em que não fomos nós que criámos o problema, nós apresentámos uma solução. O Sr. Presidente de Junta devia era ter vindo aqui agradecer à Câmara Municipal por ter salvaguardado o interesse maior desta Academia para o Concelho do Marco. E o problema, não



fomos nós que o criámos, nem fomos nós os intervenientes; nós fomos intervenientes na solução. Eu não tenho culpa se algumas das pessoas estiveram muito desatentas durante este último tempo; eu não estive, eu estive muito atenta e muito ativa. E temos uma solução para a Artâmega. E não vou falar mais no assunto.

Sr. Deputado Luís Vales, supressão de comboios: o senhor também deve andar distraído, a supressão de comboios foi na semana passada, já foi resolvida, avaria. Não há mais supressão. Mais uma vez, quem lhe deu a informação, se calhar devia ter tido também a hombridade de lhe dizer que além de já não haver, ou de ter havido supressão de comboios por avaria, que já foi reparada, dos comboios, eu também gostava muito de o ter ouvido falar aqui nos passes sociais e no PART, mas não ouvi, nem na compra de material novo, que eu já lhe respondi. Mas isso, eu não ouvi o Sr. Deputado a falar, mas já fica com essa nota de que, de facto, os comboios avariaram, mas ainda bem que o Sr. Ministro agora vai recuperar as oficinas da EMEF, porque também vai dar essa possibilidade de repararmos o material.

Qual foi a outra pergunta? Empregos, muito bem. Sr. Deputado, eu acho, de facto, muito hilariante a sua questão. É que o senhor veio cá para defender o Sr. Deputado José Reis. Lembra-se? Veio, veio; veio hoje, e já veio da outra vez. Olhe, este tipo de perguntas de quantas empresas fecharam no concelho, ou abriram – fecharam ou abriram, porque há muitas que encerram todos os dias, o Sr. Deputado também deve saber; infelizmente, há muitas empresas que encerram, e há outras que abrem – essa é uma informação que, se calhar, o Sr. José Reis tinha todo o gosto em lhe dar, porque ele é que é membro da Direção da Associação Empresarial. Eu não sou da Direção da Associação Empresarial, o senhor deve estar a confundir, eu sou a Presidente da Câmara Municipal, não sou a Presidente da Associação Empresarial. A Associação Empresarial é que tem esses dados. Mas, se o Sr. Deputado quiser, tem ali o Sr. Deputado José Reis, que provavelmente tem essa informação, e até lha dá no intervalo, e pode ser que até a queira partilhar comigo, porque eu posso partilhá-la aos microfones da Rádio Marcoense para todos, para sabermos quantas empresas é que encerraram, quantas abriram, porque isso não são dados que a Sra. Presidente de Câmara trabalhe. Já percebeu? Ainda bem.

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia. Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Presidente, já concluiu? Muito obrigado.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, já agora que foi tão benevolente com os deputados da Assembleia, em ter dado mais tempo aos deputados da Assembleia, provavelmente podíamos ter dado oportunidade ao Sr. Vereador Paulo Couto para ele ter respondido pelo menos a duas questões, porque foram feitas aqui interpelações sobre as Festas do Marco, que é pelouro do Sr. Vereador Paulo Couto.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Presidente, já excedemos, já vamos muito para além do tempo. Por isso, eu peço desculpa, mas vamos concluir este ponto da ordem de trabalhos.

Vamos passar à votação da proposta de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eng.º José de Freitas Monteiro. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.



E agora, relativamente ao voto de louvor, relativamente ao Grupo Desportivo de Magrelos: quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Eu tenho aqui uma declaração do Grupo do CDS, que se associa ao voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eng.º Freitas Monteiro.

Ora, está concluído este ponto da ordem de trabalhos. Vamos fazer um intervalo, porque temos acolá o Ricardo ansioso para o lanche.

(Interrupção dos trabalhos)

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Vamos reiniciar os trabalhos. Ora, está aberto o **Ponto n.º 2**, Período de intervenção do público. Temos o Sr. Samuel Vieira, Francisco José Sousa Vieira.

Deixem-me fazer dois alertas, de forma muito clara: os pedidos de intervenção do público são para pedir esclarecimentos, e são cinco minutos por cidadão. Agradecia que respeitassem o que está no Regimento, para evitar demoras. Muito obrigado.

Ora, há dois inscritos. Tem a palavra o cidadão Samuel Vieira.

--- Samuel Vieira (Munícipe) ---

Bom dia, Sr. Presidente, Sra. Secretária, Sra. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, elementos da Assembleia Municipal, público, comunicação social.

Queria fazer aqui umas quatro ou cinco questões muito concretas, e seguindo aqui a recomendação do Sr. Presidente da Assembleia, relativamente às Festas de S. João, em Alpendorada. Queria perguntar à Sra. Presidente de Câmara qual foi o valor atribuído / investido nesta Junta de Freguesia, porque não restam dúvidas – e isto é a minha opinião pessoal – de que as festas melhoraram, e muito, com esta forma de atuação da Câmara Municipal. Mas, queria saber o valor em concreto que foi atribuído a estas festas.

Outra das questões que queria colocar é relativamente ao “Sendas do Almocreve”. Desde já, Sra. Presidente, vou pedir-lhe desculpa, mas acho que o evento, pela dimensão nacional que teve, e pelo retorno que teve para o concelho, cabe-me fazer aqui alguns agradecimentos, em nome do Presidente da Associação, quer às Juntas de Freguesia que colaboraram na limpeza dos trilhos – excetuando uma, que depois, no decorrer da antevéspera, ficou de limpar um trilho, e depois não limpou, depois o Presidente estava incontactável; acho que devemos ter palavra, e não posso deixar passar aqui a ocasião, por causa desta questão.

Queria falar também aqui relativamente à questão do ACES. Eu ouvi um dia destes – e queria que a Sra. Presidente fosse muito clara nesta questão – ouvi aí no Porto que havia aqui uma proposta desta atual Direção do ACES, haverá aqui uma proposta em cima da mesa para a redução de camas de cuidados paliativos. O que eu perguntava à Sra. Presidente era o seguinte: queria que divulgasse os nomes, e por quem é constituída esta Direção do ACES – os nomes, o Presidente, o coordenador – e depois, de onde são residentes.



Queria fazer aqui uma última questão, relativamente aqui às Festas do Marco, à Sra. Presidente, e também tendo em conta aqui, porque já no ano passado esta Câmara decidiu dessa maneira, atribuir ali um espaço a uma associação do Marco que só aparece nas Festas do Marco, que é a Associação dos Bares do Marco, e queria colocar, porque é uma associação que não faz nenhuma atividade a não ser os lugares para as Festas do Marco. E a Sra. Presidente, se quiser tomar essa medida, se lhe der o espaço – agora, a minha questão é muito concreta: é se, efetivamente, aquele espaço na Rua Amália Rodrigues vai ser outra vez condicionado aos comerciantes do Marco, a outros comerciantes do Marco que não pertencem a essa associação.

Só para terminar também, relativamente à questão do “Sendas do Almocreve”, eu acho, e queria colocar se a Sra. Presidente vai fazer alguma coisa neste sentido, há aqui alguns Chefes de Divisão nesta Câmara que continuam a fazer de conta – ainda têm a vacina do anterior mandato – e a tratar mal algumas pessoas, e a tratar bem outras. E mais uma vez tivemos um problema com uma lona – foi retirada, depois tive que ligar ao Sr. Vereador às quinhentas da noite por causa da lona, nós tínhamos até compromissos publicitários com uma empresa aqui do Marco, que foram eles que pagaram essa lona. E sugeria-lhe, eu acho que a Sra. Presidente devia comprar uns cadernos para esses Chefes de Divisão, para quando vão às reuniões apontarem o que lá se diz, para depois não se esquecerem e agirem em contradição com as orientações da Presidente da Câmara e do vereador.

Tenho dito.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Samuel. Ora, tem a palavra o Sr. Francisco Vieira.

--- Francisco Vieira (Munícipe) ---

Muito bom dia a todos. Começo por cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia, a Sra. Secretária, a Sra. Presidente da Câmara Municipal, os Srs. Vereadores, as Sras. e Srs. Deputados da Assembleia Municipal, os Srs. Presidentes de Junta, em particular o Sr. Presidente da Junta de Bem Viver, os demais Marcoenses aqui presentes e que nos acompanham nas suas casas, órgãos de comunicação social, minhas senhoras e meus senhores.

O meu nome é Francisco, eu sou natural da Freguesia do Marco, e estou aqui hoje porque no outro dia fui a um bar tomar um café. Era um dia normal, eu peço sempre um café normal, sem açúcar, e fiquei, como normalmente costumo ficar, a conversar com os meus amigos sobre assuntos do dia a dia, normais, e outros menos normais. E até aí tudo normal. Entretanto, deixou de ser normal quando, a certa altura, estávamos a conversar sobre cultura, arte, música, e um desses meus amigos, que é natural de Vila Boa de Quires e Maureles, me perguntou: “Mas, afinal, a Artâmega vai ou não vai sair da minha freguesia para a tua? É que eu ainda não percebi quem é que quer que a Artâmega vá da minha freguesia para a tua.” E até seria normal que eu não lhe soubesse responder, até porque eu nem quero que isso aconteça. O que não foi normal foi quando procurámos a resposta no *Google*, no *site* da Assembleia Municipal, nos órgãos de comunicação social, e até perguntámos às pessoas que estavam lá no café, se alguém sabia: mas, afinal, quem é que quer que a Artâmega saia da Freguesia da Música? E já percebemos aqui hoje, finalmente, pelas intervenções do Sr. Presidente de Junta, da Sra. Presidente de Câmara, que ninguém quer que a Artâmega saia da Junta de Vila Boa para a Junta do Marco – nem a Direção da Artâmega,



nem a Câmara Municipal, nem a Junta de Freguesia. E portanto, para além de termos percebido isso, percebemos também que isto não é um assunto político-partidário, mas que, apesar de tudo, a decisão de tirar de uma Junta de Freguesia para a outra, apesar de já termos aqui que não é um assunto político-partidário, é da responsabilidade político-partidária zelar pelo superior interesse do Município. E também já falámos aqui que foi um problema que surgiu no anterior Executivo, em maio de 2017, e que é uma solução que o atual Executivo procurou e encontrou, sendo que de maio de 2017 até este mês já passaram vinte e cinco meses, destes vinte e cinco meses apenas cinco foram do anterior Executivo, vinte deste, e sabendo também que ainda faltam mais dez meses até setembro de 2020, que é a data onde tem de abrir e têm que cumprir as regras do novo estabelecimento de ensino, para a Artâmega cumprir as regras do Ministério da Educação e da DGEstE, a minha questão aqui hoje também se prende muito com isto, por que é que ainda estamos a falar sobre o facto de a Artâmega ter que, obrigatoriamente, sair da Junta de Vila Boa de Quires para a do Marco, porque se o Executivo da Câmara Municipal, na última Assembleia Municipal, também já disse que tinha o tal milhão de euros (1.000.000€) para resolver o problema, como parte da solução, para investir nas novas instalações, se a Junta de Freguesia também já se disponibilizou para ceder um terreno para a sua construção, e se a própria Direção da Artâmega, por sua vontade, mantém a escola em Vila Boa de Quires e Maureles, então, mais uma vez, por que é que ainda estamos a falar em tirar a Artâmega da Junta de Freguesia que sempre lhe deu todas as condições para crescer e ser a conceituada escola que hoje é. É assim que nós queremos proteger a identidade de cada freguesia? É assim que queremos promover uma cidade sustentável e de futuro? Mais ainda, é assim que queremos, afinal, descentralizar? É que eu achei ótimo que se comemorasse o 25 de abril em Santo Isidoro e Livração, acho ótimo que se faça aqui hoje a Assembleia Municipal em Bem Viver, e vou achar ótimo sempre que se deslocalizarem sessões, atividades e cerimónias pelas freguesias do Município. Mas, deslocalizar não é descentralizar. E amanhã, a Escola da Pedra passa para o Marco, e em troca celebramos o aniversário do Município em Alpendorada, Várzea e Torrão? E depois de amanhã, a Escola de Agricultura passa para o Marco, e em troca comemoramos o 25 de abril em Aversadas e Rosém? E depois? Depois já nem saberemos quem somos como povo. E os senhores sabem o que é que torna o Marco de Canaveses, esta cidade genuína, que nos desperta os tais “rios de emoção”? O sentimento de pertencermos a uma comunidade muito própria e muito nossa? Esta sensação familiar de conhecermos as nossas ruas como as palmas das nossas mãos, de olharmos para cada casa, para cada canto, para cada jardim, e tenhamos a idade que tivermos, conseguirmos ver um pouco da nossa própria história, da nossa própria memória, da nossa própria infância? É que nunca abdicamos de proteger aquilo que somos. E é para isso que os políticos aqui dentro foram eleitos, para fazerem aquilo que um cidadão sozinho não consegue fazer, para tomar decisões difíceis, mas que orientem a cidade na senda de se tornar um exemplo e um modelo para a região e para o país. E a decisão de retirar a Artâmega de Vila Boa de Quires e Maureles seria uma péssima decisão, que só prejudicaria o caminho do progresso que queremos para o Marco de Canaveses. É que as nossas freguesias podem e devem continuar a desenvolver-se com melhores acessos, com mais água e saneamento, com uma economia mais robusta, com um maior apoio às famílias e às empresas, e com um aproveitamento mais sustentável dos recursos naturais. Mas, não podemos desprezar aquilo que torna cada freguesia única e autêntica: a sua gente, a sua cultura e o seu território. E é disso que estamos a falar aqui hoje. E é por isso que apelo à Junta de Freguesia que sejam determinados e nunca abduquem de proteger aquilo que é a vossa cultura e a vossa identidade. Apelo à Direção da Artâmega que sejam gratos à terra que vos acolheu, que permitiu que o vosso sonho se concretizasse, e que mesmo depois disso tudo continua de braços abertos para vos receber. E apelo à Câmara Municipal e à Assembleia



Municipal que sejam inexcedíveis e encarem este assunto, não como uma questão isolada, nem como uma luta política, mas como um momento decisivo no esclarecimento da visão que realmente têm para o futuro da cidade. Vão ceder a forças de ocasião, ou vão proteger aquilo que tantas e tantas gerações ajudaram a definir, que é o ADN de cada freguesia? É que freguesias mais fortes fazem uma cidade mais forte, e eu quero um Marco de Canaveses muito mais forte.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Francisco Vieira. Sra. Presidente, tem a palavra para responder.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia.

Em relação à questão que o Sr. Município Samuel Vieira colocou, muito objetivamente, sobre aquele que foi o apoio que o Executivo Municipal deu às Festas de S. João de Alpendorada, efetivamente, no ano passado, assumimos um compromisso publicamente, no Estádio Municipal de Alpendorada, de que iríamos apoiar de forma mais clara e mais evidente aquela festividade, e nomeadamente as Marchas, porque temos consciência de que para manter ativa esta tradição, que o Executivo Municipal muito respeita, devíamos apoiar esta iniciativa, diretamente às Marchas. E foi esse o compromisso que assumimos, e foi esse o compromisso que honramos. No ano passado, o Executivo Municipal deu cerca de quatro mil euros (4.000€) à Junta de Freguesia, uma participação financeira para ajudar nas Festas de S. João de Alpendorada; este ano, o subsídio passou de quatro mil euros (4.000€) para dez mil euros (10.000€), sendo que desses dez mil euros (10.000€), mil euros (1.000€) para cada marcha – foram quatro marchas, quatro mil euros (4.000€) – e os restantes dois mil euros (2.000€) – porque o aumento foi de seis mil (6.000€), passou de quatro (4.000€) para dez (10.000€); e desses seis mil euros (6.000€), foram quatro mil (4.000€), mil euros (1.000€) para cada marcha, e os outros dois mil euros (2.000€) foi para ajudar a Junta de Freguesia a suportar algumas despesas, nomeadamente com a animação, porque nós reconhecíamos que esta é uma festividade – aliás, hoje com mais dias do que as próprias Festas do Concelho, é uma festa com muitos dias, é uma festa que é muito procurada por todos os Marcoenses, e mesmo gente de outros territórios aqui vizinhos, e por isso achávamos que aquela festa devia ter um cartaz mais apelativo, e decidimos, então, neste subsídio, também ajudar a Junta de Freguesia a participar nessa animação. Eu também reconheço que este ano o cartaz foi muito mais apelativo, estive lá nas festividades e percebi que tiveram muita gente, mas o objetivo foi, de facto, apoiar as Marchas naquilo que são os custos que têm com os vestidos, com os músicos, tudo aquilo que são despesas associadas às Marchas. Também temos consciência de que, efetivamente, os custos são muitos, mas que cada uma daquelas marchas tem uma barraquinha nas festas que também é uma fonte de receita para as festividades, e também ajudam a suprir algumas das carências financeiras para que o S. João de Alpendorada possa ser, efetivamente, uma das melhores festas populares do concelho. E por isso, o Executivo Municipal tomou esta decisão, em apoiar com mais verba financeira, mais seis mil euros (6.000€), a Festividade do S. João de Alpendorada.

Em relação às “Sendas do Almocreve”, também queria felicitar a organização, o Samuel Vieira, o Sr. Presidente da Junta de Tabuado, porque fizeram um esforço muito grande neste evento, que trouxe muita gente ao Marco, não só os participantes, mas também as famílias dos participantes,



foi um dia em que houve uma enchente na Freguesia de Tabuado, mas também se verificou essa grande afluência nos restaurantes e naquilo que é o comércio local. E por isso, há uma aposta deste Executivo também em eventos regionais e nacionais – vamos ter muito brevemente o Jet-Ski, também tivemos a Final Four aqui em Alpendorada, Várzea e Torrão, do andebol. Ou seja, há também da nossa parte, além de uma aposta clara na formação, naquelas associações que desenvolvem um trabalho muito importante na formação dos nossos jovens, apoiámos este ano – aliás, já no ano passado – com o nosso regulamento de apoio ao associativismo, aumentámos a verba para as associações que têm formação dos jovens, porque temos essa consciência, de que é preciso apoiar as associações que formam os nossos jovens na atividade desportiva, mas ao mesmo tempo também temos consciência de que é preciso investir em eventos de cariz regional e nacional que promovam o território do Marco de Canaveses, e atividades nomeadamente de desporto – os náuticos e os de montanha, como foi este caso do BTT, que também trouxe aos participantes a possibilidade de conhecerem trilhos que não conhecem em mais lado nenhum – aliás, eu tive oportunidade de acompanhar esta organização em alguns sítios, nomeadamente em Montedeiras, e percebi pela organização que eles estavam muito surpreendidos pela positiva, consideraram este trilho fantástico no Marco de Canaveses, a organização foi fantástica, e por isso também queria aqui dar os parabéns à organização por este evento.

Em relação à questão que o Sr. Município Samuel Vieira aqui colocou, sobre a questão da redução das camas – não de cuidados paliativos, mas sim de cuidados ao domicílio: nós, Câmara Municipal, fizemos há muito pouco tempo uma missiva, quer ao Ministério da Saúde, quer ao ACES, quer também à ARS – Norte (Administração Regional de Saúde do Norte), com um conjunto de preocupações – nós temos algumas no concelho que temos acompanhado; não é só esta, temos algumas Extensões de Saúde, algumas Unidades de Saúde Familiar que têm tido alguns problemas, que são problemas que embora sejam problemas às vezes de pouca envergadura, mas que trazem consequências muito importantes para os Marcoenses, porque a saúde é um bem por demais importante para que nós não estejamos atentos, e estamos. E em relação à redução de camas de cuidados ao domicílio, nós fizemos, de facto, uma missiva ao Ministério da Saúde, porque estamos preocupados com essa questão de poder haver uma redução de camas, porque a informação que nós temos, efetivamente, é de que deveríamos ter um aumento de camas, tendo em conta alguns indicadores que temos.

Para lhe dar conta, Sr. Samuel Vieira, daquilo que são as responsabilidades de quem toma esta decisão – logicamente que o Executivo Municipal está atento, já tomámos as nossas diligências, já reunimos, já mandámos as missivas, quer para o Ministério da Saúde, quer para a ARS, quer para o ACES, mas esta decisão é uma decisão que cabe ao ACES. No ACES, temos como Presidente do ACES o Dr. Avelino Vaz, que já é Diretor Executivo há muito tempo, já lá está há muitos anos. E temos depois também a Vogal de Enfermagem do ACES, que é a Enf.^a Anastácia Campos, que é de Vila Boa de Quires e Maureles. Se era essa a informação que queria, é ela a enfermeira responsável.

Em relação ainda às questões colocadas pelo Sr. Samuel Vieira, creio que não ficou nenhuma por responder. São questões que eu ia pedir depois ao Sr. Presidente da Assembleia se permitia ao Sr. Vereador Paulo Couto, para falar nas festividades do Marco, e a outra questão que o Sr. Município colocou, porque são pelouros que estão na dependência do Sr. Vereador Paulo Couto.

Agradecer também ao Sr. Samuel Vieira as suas preocupações que aqui colocou.



Em relação à questão que o Sr. Município Francisco Vieira aqui colocou sobre a Artâmega: sobre a questão de quem quer que vá, ou quem deixa de querer que vá a Artâmega para outro sítio, acho que as pessoas já ficaram devidamente esclarecidas. Ninguém queria que a Artâmega saísse de Vila Boa de Quires e Maureles, ninguém – nem a Direção da Artâmega, nem a Junta de Freguesia, nem a Câmara Municipal. Efetivamente, houve aqui um problema que se colocou porque, contra a vontade destas três entidades – pelo menos estas três – o Sr. Pároco da Freguesia entendeu que as instalações são suas, e como ele tem essa capacidade de ainda gerir aquilo que é propriedade dele, entendeu que a Artâmega teria que sair.

Como disse, e muito bem, esta questão já foi colocada em 2017, em maio de 2017, já lá vão dois anos, e por isso, quando questiona se é assim que queremos, é assim que queremos, Sr. Município Francisco Vieira. O que nós queremos é resolver o problema. Quando coloca a questão desse ponto de vista (“É isso que querem, que a Artâmega venha para o Marco?”), a questão não é colocada nesse ponto de vista. A resposta que eu tenho que lhe dar é: o que eu quero, o que o Executivo Municipal quer, é que esta escola artística continue no Marco de Canaveses. E caso não saibam, esta escola foi desafiada a ir para outro concelho ao lado, caso não tivessem instalações disponíveis. E por isso, tudo o que eu fiz e está ao alcance deste Executivo, fizemos, sem qualquer peso na consciência. Quando tivemos consciência de que a Artâmega podia, pela primeira vez que teve contratos de patrocínio, perder esses contratos de patrocínio – eu já há bocado aqui falei nos valores, são setecentos e tal mil euros que a Artâmega recebe para podermos ter ensino gratuito aos Marcoenses, aos jovens Marcoenses, que foi conseguido agora, com este Governo, com muito trabalho da Direção da Artâmega, um trabalho que é reconhecido, porque eles não chegaram agora, eles trabalharam sempre com professores altamente qualificados, e tiveram sempre essa preocupação em fazer o melhor que podiam. E quando nós nos apercebemos que, de facto, eles estavam a ser expulsos – eles estavam a ser expulsos – das instalações da Artâmega, na Freguesia de Vila Boa de Quires – eles foram expulsos – a Câmara Municipal acudiu. E o que eu acho estranho, já diz o grande provérbio, é que depois da minha filha casada, não lhe faltam pretendentes. Até há bocado, ali no intervalo, havia Presidentes de Junta que me perguntaram: “Por que é que não me perguntaram, que também ia para a minha freguesia?” O problema é que quando estávamos no cerne do problema, quando tínhamos o problema em mãos, a batata quente, foi a Câmara Municipal que resolveu o problema; foi a Câmara que pegou numas instalações devolutas no centro da cidade – que muitos de vocês conhecem, porque até já foi uma discoteca – no centro da cidade, ao lado da Escola Secundária, muito perto, ao lado da Escola Preparatória, ao lado do nosso Estádio Municipal, do Pavilhão Bernardino Coutinho, com estacionamento, com todas as condições para esta escola poder estar ao dispor dos nossos jovens e alunos, porque esse é também o intuito da Artâmega, foi a Câmara Municipal que pegou nesse equipamento, ou nesse edifício devoluto, no Estádio Municipal, e decidiu, com os nossos técnicos, fazer um projeto de arquitetura e de especialidades. Reunimos várias vezes com a DGEstE – aliás, o projeto foi chumbado da primeira vez, tivemos que fazer alterações, tivemos aqui um trabalho muito, mas muito árduo, para conseguir ter este projeto aprovado. E por isso é que eu disse – porque ainda não temos a estimativa orçamental final – que este trabalho que nós tivemos desde o momento em que a Artâmega nos pôs o problema, que outros não resolveram, que outros não se interessaram por resolver até agora, fomos nós, Executivo Municipal, que fizemos o projeto, que o viu aprovado, e que agora tem esta obra para fazer, e como disse, e muito bem, até setembro de 2020. Continuamos a trabalhar a um ritmo muito acelerado para garantir que esta escola artística continue no Marco de Canaveses. E o



Marco de Canaveses, seja Vila Boa de Quires, seja A vessadas, seja Alpendorada, é o Concelho do Marco. Eu fui eleita para defender o concelho num todo, e esta escola não serve apenas os munícipes de Vila Boa de Quires; esta escola tem alunos de todo o concelho. E é para isso que eu cá estou, e vou continuar empenhada em garantir que a Artâmega continue no Concelho de Marco de Canaveses, vamos continuar empenhados, até financeiramente, porque independentemente de as instalações já serem da Câmara Municipal, vai ter que haver ali um investimento muito grande nas instalações, as exigências que o Ministério da Educação são tremendas, e por isso, aquilo que eu fiz até agora, com o envolvimento que todos tivemos, vou continuar a fazer para garantir que a Artâmega não perca o contrato de patrocínio com o Ministério da Educação, e que garanta que tem umas instalações no Concelho de Marco de Canaveses para servir os Marcoenses. E acho que uma das coisas que os Marcoenses todos reconhecem, principalmente quem tem os filhos nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico, é que a Câmara Municipal este ano fez um protocolo para uma nova atividade extracurricular – tínhamos o inglês e a educação física, e no ano letivo 2018/19 fizemos um protocolo de colaboração com a Artâmega para que todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico (da escola primária) tenham acesso a aulas de música, de dança e de teatro. E se haviam dúvidas de que esta foi uma aposta muito positiva deste Executivo, nos três saraus que a Artâmega fez este ano sanaram-se as dúvidas. Foram uns saraus muito concorridos, muito aplaudidos, e o trabalho que a Artâmega está a fazer no Município de Marco de Canaveses para os Marcoenses, para os jovens Marcoenses, é um trabalho notável que só deve orgulhar os Marcoenses e os Srs. Deputados da Assembleia Municipal, e este Executivo.

E quanto ao assunto da Artâmega, creio que está tudo esclarecido.

Muito obrigada pelo tempo que me deram, Sr. Presidente da Assembleia. Agora, se der a palavra ao Sr. Vereador, ele vai responder, então, ao Sr. Samuel Vieira.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente. Sr. Vereador, tem a palavra. Peço-lhe que seja breve, porque o tempo está próximo de esgotar. Muito obrigado.

--- Paulo Couto (Vereador) ---

Ora, bom dia. Obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária, Sra. Presidente de Câmara, colegas vereadores, membros da Assembleia Municipal, público aqui presente, comunicação social, caros Marcoenses.

Relativamente à questão levantada aqui pelo Sr. Samuel Vieira, eu penso que todos sabem – aliás, quase todos aqui estiveram presentes no ano passado – as Festas do Marco foram um verdadeiro sucesso. Por nós, Executivo, sentimos um imenso orgulho em tudo, desde a alteração dos dias das festas, o cartaz, a diversidade apresentada, as atividades. Mas, aquilo que nos deixa realmente orgulhosos foi a forma como todos os pormenores foram pensados, pensados e preparados, principalmente na segurança e no bem-estar dos milhares de pessoas que nos visitaram. Foi mesmo pensado e repensado, e bem realizado, com os nossos técnicos, com os nossos bombeiros, com a GNR, com todas as autoridades envolvidas. É, sem dúvida, um grande motivo de orgulho chegar ao fim e saber que todas as dezenas de milhares de pessoas que visitaram as Festas do Marco saíram radiantes com este novo conceito das Festas do Marco.



A edição deste ano das Festas do Marco já está a ser preparada há bastante tempo – visitas ao terreno com os técnicos, mais uma vez, com os técnicos, com as autoridades, GNR, Polícia Municipal, os nossos bombeiros, a Proteção Civil, todas elas no planeamento, quer na parte dos artistas, no palco principal, no Jardim Municipal, não esquecendo da parte das diversões, onde também temos uma grande preocupação, na divulgação dos cortes de trânsito, limpeza de espaços para facilitar o estacionamento nesses dias, criar condições, também como no ano passado, para pessoas com mobilidade reduzida – não sei se vocês repararam, havia um espaço, um estrado, onde as pessoas que têm mobilidade reduzida teriam acesso para ter uma boa visibilidade para o palco. Ou seja, tudo isso está a ser preparado ao pormenor para que neste ano de 2019 as Festas voltem a ser um grande sucesso.

Se me der oportunidade, aproveito também para falar aqui um bocadinho do cartaz, também em resposta, que há bocadinho não consegui dizer isso. Nós, este ano, vamos iniciar as Festas no dia 17, quarta-feira. Às dezoito horas (18h00) temos a Arruada de Bombos; às vinte e trinta (20h30) vamos fazer a inauguração da 2.ª Festa dos Bons Petiscos e do Vinho Verde e Feira do Artesanato no Jardim Municipal; vinte e uma e trinta (21h30), vamos ter no Jardim Municipal a Banda Marcoense “Toca e Dança”; às vinte e duas e trinta (22h30) vamos ter no palco principal, junto ao Parque da Cidade, o Grupo HMB. No dia 18, quinta-feira, que coincide com o Dia de Santa Marinha, vamos ter às vinte e uma horas (21h00), no Jardim Municipal, a Pauta Musical: Vozes das Estrelas; e às vinte e duas e trinta (22h30), atuação do artista Toy. Na sexta-feira vamos ter o concurso de vinhos da parte da manhã; à noite vamos ter, às vinte e uma e quinze (21h15), a Artâmega no concerto de encerramento ??? Orquestra Sinfónica, na Igreja de Santa Maria; às vinte e uma e trinta (21h30) vamos ter animação dos Donna Marta, no Jardim Municipal – mais um Grupo Marcoense; e às vinte e duas e trinta (22h30) vamos ter Miguel Araújo no palco principal. Sábado vamos começar com o concurso nacional de bovinos, como foi feito no ano passado; às quinze horas (15h00) vamos ter um convívio de cicloturismo da Associação Recreativa de Tuías; à noite, às vinte e uma horas (21h00), vamos ter o Festival Luso-Espanhol de Folclore, vamos ter aqui alguns ranchos convidados (não vou estar agora a elencá-los); às vinte e duas e trinta (22h30) vamos ter, no palco principal, Anselmo Ralph; à meia noite (00h00), fogo de artifício; e a partir da meia noite e trinta (00h30), mais ou menos, vamos ter os Bezegol. No dia 21 vamos ter a entrada da Banda de Música às nove da manhã (09h00) nas ruas da cidade, a Missa Solene na Igreja de Santa Maria; às dezasseis (17h00), entrada da Fanfara dos Bombeiros Voluntários de Entre-os-Rios; às dezoito (18h00), a Majestosa Procissão em Honra de Santa Marinha; às vinte e uma (21h00) vamos ter o concerto – é uma novidade – concerto da Banda de Música de Vila Boa de Quires, com outra banda convidada, vamos ter a Banda Filarmónica de Rio de Moinhos, no Jardim Municipal; e depois, às vinte e duas horas (22h00), vamos ter no palco principal, no domingo, os Anjos. E vamos acabar as Festas com fogo de artifício.

Respondendo à questão ali do Sr. Samuel, a questão dos bares: nós, este ano, mais uma vez à semelhança do ano passado, convidámos os bares da cidade a nesses dias fecharem os bares e deslocarem-se para a zona da festa. Já no ano passado assim o fizeram, este ano quiseram voltar a fazer, há oportunidade para quem quer montar um bar, há, só que é junto às diversões, em cima. Aquela parte de baixo será para os bares do centro da cidade.

Uma das outras alterações também este ano, também para vos dar conhecimento, nós este ano vamos acabar, no domingo à noite, com a atuação no palco principal, nomeadamente dos Anjos, em vez da edição do “Marco a Cantar”. Esta alteração foi originada pelo número reduzido de



inscrições, onde não seria possível realizar nenhuma eliminatória. Ou seja, nós lançámos o repto, só houve onze inscritos, nem para fazer as eliminatórias dava, e nem tínhamos número suficiente para fazer a final. Ou seja, resolvemos tirar esta edição do “Marco a Cantar” das Festas do Marco, e agora, numa próxima edição, ou numa próxima atividade, voltar a inseri-la no plano cultural da Câmara Municipal.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Vereador. Sr. Samuel, é uma dúvida só? Faça favor.

--- Samuel Vieira (Município) ---

É rápido. Bom dia, mais uma vez.

Relativamente à questão da cedência dos espaços relativamente às Festas do Marco, a minha questão é muito concreta: primeiro, se vai haver um protocolo com o Marco Vive, quantas atividades esta associação faz no ano para dinamizar o concelho, só isto. Isto trata-se de uma opção política, ponto final, parágrafo.

E relativamente à Amália Rodrigues e Rua Edgar Cardoso, se vão ser concessionados espaços para comerciantes. É só isso.

E relativamente à lona, também queria saber mais alguma coisa, o que é que se passou relativamente à colocação e deslocação da lona.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Samuel. Sr. Vereador, dou-lhe mais dois minutos para responder.

--- Paulo Couto (Vereador) ---

A questão que o Sr. Samuel voltou a referir, a questão dos bares: nós, no ano passado, fizemos um protocolo com todos os bares, diretamente com eles. Este ano, eles têm a associação ativa, já estiveram, em parceria connosco, na atividade que houve no Jardim Municipal, do Jazz, agora há poucos dias atrás, têm esta questão que vão estar presentes nas Festas do Marco, e têm as outras atividades já previstas para fazerem durante o próximo ano. Não tenho aqui o plano de atividades, mas pelo menos já elenquei duas, e vou dizer que eles têm uma atividade prevista para o final do ano, para a passagem de ano. O resto, não tenho aqui à mão, não consigo dizer.

Relativamente aos lugares na Rua Edgar Cardoso, vai haver lá lugares, como houve no ano passado, mas é para alimentação, não é para bares.

A questão da lona: realmente, houve ali um problema por causa da lona. Na altura, quando foi cedida ao Grupo de Tabuado, já estava uma marcação feita para outra atividade, mas como o Sr. Samuel Vieira se recorda, ligou-me um dia, à noite, e ficou assumido que logo na segunda-feira iria ser resolvido, e logo na segunda-feira foi.

Obrigado.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado.

Passamos de seguida para o **Ponto n.º 3** da ordem de trabalhos, Período da ordem do dia.

Ponto n.º 3.1, Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município.

Sra. Presidente, tem a palavra, por favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, como eu sei que provavelmente vão haver algumas intervenções, e também com o intuito de podermos ganhar aqui algum tempo, eu sei que todos os Srs. Deputados leram com atenção a informação escrita, e por isso não vou precisar de a ler, até porque são mais de cinquenta páginas, e não fazia sentido eu estar aqui a falar na informação escrita. Se houver algumas questões que queiram ver esclarecidas sobre a informação escrita, eu terei todo o gosto em esclarecer.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Quem pretende inscrever-se sobre este ponto da ordem de trabalhos?

--- Maria Gorete Pinheiro (1.ª Secretária, PS) ---

Recapitulando: Ana Ferreira, Celso Santana, José Barbosa, Fernando Costa Vieira, Américo Moreira, António Costa Pinto, Bruno Caetano e Dr. Monteiro da Rocha. Mais alguém?

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Está tudo. Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Ferreira.

--- Ana Ferreira (PS) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária, Sra. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, um cumprimento especial ao Ricardo, comunicação social, caros Marcoenses:

Gostaria de iniciar a minha intervenção, aqui na minha terra, agradecendo uma vez mais a presença da Assembleia aqui. Nós gostamos de vos receber.

Gostaria de iniciar agora a minha intervenção propriamente dita, mostrando todo o meu agrado em relação às atividades culturais que se realizam no Marco durante este período. Um dos exemplos decorreu de 31 de maio a 2 de junho, o Festival Literário do Marco. A abertura do Festival foi dedicada aos mais novos, realizaram-se atividades para celebrar o Dia Mundial da Criança, cerca de seiscentas e trinta crianças, com transporte assegurado pela Câmara Municipal, foram presenteadas com atividades lúdicas. Houve também a apresentação do livro “Hotel das



minhocas”, inserida no programa Ecoescolas da Escola EB 2/3 de Toutosa, e a atuação da Banda Top.

Com o intuito de valorizar o livro e a leitura, mas também um debate sobre os mais diversos temas associados à criação literária, contámos com a presença do Hernâni Carvalho e da Joana Amaral Dias. Esta atividade foi também uma forma de apresentar a atividade cultural do concelho, através da colaboração com a Banda de Música de Vila Boa de Quires, Artâmega, e a Associação Terra Letras. Foi muito bom ver tanta gente de diversas idades presente no festival.

Realço também a 1.ª Edição do Festival de Jazz no Jardim, o Festival de Jazz de Marco de Canaveses. A autarquia está a apostar em eventos culturais diferenciadores e que permitem a captação de novos públicos. Foram dois dias em que apostaram num cartaz de excelência, com nomes emergentes do jazz, para que este festival se vá tornando numa paragem obrigatória para os amantes deste género musical. A par do festival, foram oferecidas atividades educativas de promoção de música a cerca de quatrocentas e vinte crianças. Decorreu também uma exposição intitulada “Sons da sucata”, realizada pela Artâmega, em articulação com os professores das atividades, em que os alunos fizeram instrumentos musicais com materiais reutilizados. Ocorreu ainda uma oficina de iniciação ao jazz muito participada por elementos da Universidade Sénior.

Para concluir, gostava, portanto, de felicitar o Executivo, pois é com estes exemplos que acontece o tão importante crescimento cultural do Marco. É bom ver e sentir cultura no nosso Marco de Canaveses.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Celso Santana.

--- Celso Santana (Presidente J.F. Marco, PS) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dispensando os habituais cumprimentos, passada a revista a toda a informação escrita, queria começar por agradecer, porque quando o devo fazer, acho que é com todo o mérito. O assunto que me traz aqui agora prende-se com situações relativas à Freguesia do Marco, a qual eu presido, e na situação das obras de proximidade. Agradecer ao Executivo as obras que foram pedidas por este Executivo da Junta de Freguesia do Marco ao Executivo Municipal, no valor a que cada freguesia tem direito por ano para as obras que entende ser as obras prioritárias de cada freguesia – e digo isto porque depois nós vemos, durante o ano, que as obras são anunciadas pelo Executivo da freguesia em Assembleias, e depois há um aproveitamento por parte de algumas pessoas, em questionar o Executivo da freguesia quando vão começar as obras, que também tinham ideias que fizessem. Agradecer aquilo que são as obras de proximidade, que já deram início, que já deram arranque, e essas sim, essas fazem toda a diferença, que aproximam mais os lugares da freguesia, alguns deles que estiveram esquecidos durante muito tempo, e refiro-me em concreto à obra de Esmoriz, uma obra com cerca de mil, duzentos e cinquenta e seis metros de extensão, uma obra que é preciso realmente ter muita coragem de a realizar, uma obra que sabemos que tem um custo bastante elevado, há um sacrifício da parte da Junta de Freguesia – um sacrifício que não é sacrifício; nas outras contas, no resto do valor, este ano entendemos que deveríamos retirar a



outras obras que não são tão prioritárias, por razões de aproximar todos os lugares da freguesia, para que a identidade Marcoense chegue a todos, coisa que ainda não tinha chegado, ou parece que ainda não tinha chegado. Portanto, agradecer a obra de Barreiros, a obra de Esmoriz, a obra na José Maria Sousa Guedes, que também está a ser infraestruturada com água.

E depois, além deste agradecimento, perguntar ao Executivo, as obras do PARU já começaram na Rua Adelino Amaro da Costa, como já se devem ter apercebido há um corte de trânsito, de certeza absoluta que tiveram todas as situações em atenção. Eu tive oportunidade, como Presidente de Junta de Freguesia, de reunir com os técnicos da Câmara Municipal, assim como com a Proteção Civil e com as autoridades, no decorrer da obra irão haver constrangimentos para os habitantes daquele local. E como somos questionados várias vezes do porquê de muitas situações, gostaria que fosse aqui o Executivo a fazer chegar a todos os munícipes, e a todos os fregueses, e a todos os Marcoenses, e aqueles que nos visitam – porque a obra é na Freguesia do Marco, mas diz respeito a todos aqueles que vêm ao Marco, e que têm que ter esse constrangimento de desvios de itinerários – o tempo também que vai decorrer e as alternativas, como é que foram pensadas, qual é que vai ser a recolha dos alunos e a entrega dos alunos quando começar o período de aulas, que também era importante que esclarecesse aqui, porque, por vezes, nós esclarecemos os munícipes, somos criticados, e depois, nas devidas alturas, ninguém aparece. Nós promovemos uma sessão de esclarecimento com os técnicos do IP, onde foi a situação da ligação da catenária, tivemos mais técnicos do que público – estavam dez técnicos, pessoal da Câmara, pessoal da Junta de Freguesia, e tivemos muito pouca assistência. E foi muito divulgada essa situação, que é de extrema importância. Mais uma vez, nesta situação, para que as pessoas não digam que não têm informação, gostaria de saber aqui por parte do Executivo o que é que está previsto para as obras do PARU – esta e as outras obras que estão também previstas a curto prazo.

Agradecer ao Executivo por aquela ideia que eu lancei na última Assembleia, com a preocupação que temos com a política de ambiente para o Marco, já vi que foram colocados as ecopontas e os papa-chicletes, já foram também criticados, mas criticados por aqueles que não têm ideias, criticam porque está no seu ADN, e têm que criticar. Podem pôr um à porta de casa, que eles, de certeza absoluta, vão na viagem e metem os objetos que deveriam colocar nesses locais pelo vidro da viatura.

Agradecer também a requalificação de todas as rotundas da entrada, que aquilo sim, é a nossa identidade do Marco. Estiveram visivelmente, durante muitos anos, desde sempre, ao abandono, nós fazíamos a manutenção única e simplesmente de cortar as ervas, para ficar melhor. Houve a preocupação deste Executivo de as embelezar, e elas bem mereciam. Começamos a ter, realmente, gosto em sermos Marcoenses.

Há uma outra questão que eu também gostaria aqui de colocar ao Executivo, se já há alguma previsão de intervenção no piso da cidade. Essa sim, também é uma grande preocupação por parte da Junta de Freguesia do Marco, é um dos compromissos que nós assumimos em campanha eleitoral. Queria só perguntar se já está prevista alguma das situações, seja ela qual for, mas que melhore o piso da cidade.

Gostaria também de fazer aqui, e não posso deixar passar em claro, porque vai ser muito breve, como anunciou a Sra. Presidente, a intervenção na EB1 da Barroca, que é bem merecida, criar



condições dignas aos alunos para que possam estudar ali com dignidade, como têm em quase todas as outras escolas. Não há só esta preocupação com a Freguesia do Marco, esta é a que me diz respeito agradecer, fizeram também noutras escolas, e eu também partilho dessa boa intenção de melhorar aquilo que são os estabelecimentos de ensino no nosso concelho.

Só aqui um pequeno reparo, que vi aqui esta situação, houve aqui uma intervenção no período do público em que dizem – e eu também, desta parte, não tenho conhecimento nenhum nesta matéria, mas só para dizer o seguinte: a Artâmega vem para o Marco, por aquilo que fiquei aqui hoje a saber, é bem-vinda à Freguesia do Marco, e se vem para lá, é porque há lá instalações. Não fui eu que pedi, é óbvio, não foi a Junta de Freguesia que pediu, porque tomara eu ter umas instalações dignas para mim. No anterior Executivo decidiram que havíamos de ir para aquele local, mas nem eu tenho condições dignas, até tivemos que rejeitar estas novas transferências de competências porque não temos condições. Mas, seja bem-vinda à Freguesia do Marco, se assim tem que ser.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Barbosa.

--- José Barbosa (Presidente J.F. Tabuado, PS) ---

Ora, então, boa tarde a todos. Eu começaria por cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa, e em nome dele, cumprimentava o resto da Assembleia, para atalhar aqui um bocado de tempo. Também não posso deixar de cumprimentar o anfitrião hoje, Ricardo Soares, pela forma como nos recebeu e pelo pequeno lanche que nos proporcionou, muito obrigado.

O que me traz hoje aqui, já como na última Assembleia, uma análise aqui à informação escrita, e congratular o Executivo. Depois de analisar a informação escrita, tenho dificuldade em ver qual é a aposta clara na Câmara, porque se nós nos debruçarmos bem na informação escrita, vemos que a aposta é em todas as áreas – na educação, na cultura, na ação social, infraestruturas, a quantidade de obras que o anterior deputado referiu, as obras de proximidade que estão aí, e sem esquecer o desporto. E falando do desporto, cabe-me a mim reforçar o que o cidadão Samuel Vieira já aqui hoje falou, nós tivemos uma grande atividade em Tabuado, em Marco de Canaveses, no último fim de semana, o Campeonato Nacional de XCM, que apurou os campeões nacionais nas várias categorias. E dizer que, de facto, foi um evento que projetou não só a Freguesia de Tabuado, mas o concelho, o nosso território, a nossa gastronomia, as nossas paisagens. E eu, como membro da organização, fiquei deveras satisfeito de ver qual foi o *feedback* da maioria dos atletas. Eles foram daqui e levaram o Marco, e não vão esquecer, não vão esquecer o Marco tão cedo, e Tabuado, não só aqueles que se consagraram campeões, mas todos os outros que desfrutaram das magníficas paisagens e trilhos únicos no país. E nós tivemos aí atletas desde o Algarve até ao Alto Minho, uma representação total do país. E resta-me agradecer o apoio – sem o apoio da Câmara Municipal não seria possível nós termos um evento daquela dimensão – agradecer também aos colegas que colaboraram, Presidentes de Junta, nas limpezas que foram solicitadas, e lançar o desafio à Câmara Municipal, e ao Sr. Vereador, se a Câmara Municipal estará disposta a continuar nesta aposta, numa aposta clara, numa aposta em eventos que trazem retorno – porque é importante dizer isto, este foi um evento que trouxe um grande retorno económico ao concelho, não só na área desportiva, mas essencialmente na área das dormidas,



na área das refeições, acreditamos que o retorno que trouxe supera em muito o investimento que foi feito por parte da Câmara, e todos os outros patrocinadores. E resta-me agradecer, mais uma vez, e dar aqui também uma palavra a toda a organização, a todo o *staff* – só para terem ideia, nós estamos a falar de quase cem pessoas do *staff* que estavam espalhadas num percurso com cem quilómetros. Portanto, sem eles não teria sido possível, muito obrigado à Câmara Municipal, e a todos quantos tornaram possível organizar um evento desta dimensão.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Costa Vieira.

--- Fernando Costa Vieira (PS) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria fazer um segundo agradecimento ao Ricardo, dizer-lhe que o lanche estava espetacular. Imaginem, se o lanche estava assim, como é que vai ser o almoço.

Bem, eu gostaria de, em primeiro lugar, fazer um sincero elogio à Sra. Presidente e a todo o seu Executivo pela forma como nestes dois anos de mandato dinamizaram e fizeram renascer, em algumas situações quase do nada, situações essas esquecidas no passado, e refiro-me propriamente dito ao trabalho executado e à vista de todos na minha freguesia, que é Alpendorada, Várzea e Torrão. Daí ter ficado muito surpreendido quando a Sra. Deputada Estela Freitas – que é minha amiga, não está cá, gostava que ouvisse isto, é minha amiga – veio a esta Assembleia reclamar um pavilhão multiusos para Alpendorada, esquecendo-se que a freguesia agora se chama Alpendorada, Várzea e Torrão, freguesia esta que tem três pavilhões para a prática desportiva, sendo que um, o de Várzea do Douro, estava completamente ao abandono, totalmente degradado e sem condições nenhuma para a prática de qualquer modalidade federada. Pois bem, o pavilhão de Várzea do Douro, inserido no centro da freguesia, sofreu obras de vulto, permitindo não só a prática desportiva em condições de segurança, assim como em conformidade com as regras e normas em vigor, homologando desta forma competições oficiais, que não tinha. Estranhei, Sras. e Srs. Deputados, que a Câmara Municipal, ao fazer esta importantíssima obra, permitindo que pela primeira vez na história desportiva de Alpendorada, Várzea e Torrão, e mesmo do nosso concelho, fosse realizada uma final do maior evento desportivo do andebol feminino, que foi a Taça de Portugal, sendo que uma das finalistas fosse a ARCA, a Sra. Deputada e seus colegas de Bancada não tivessem comparecido a esta notável iniciativa que a Câmara e a Junta apoiaram integralmente. É que, Sras. e Srs. Deputados, no passado Várzea do Douro e Torrão, hoje inseridas numa única freguesia, foram eternizadas no esquecimento pelo anterior Executivo PSD. Hoje é ao contrário, são o palco de uma iniciativa a nível nacional, porque a Câmara proporcionou essas condições.

O que não se compreende é a crítica destrutiva constante por parte da Bancada do PSD, e aconselho vivamente que vão ver as obras realizadas, mas com aquele sentido de justiça e verdade.

Mas, não me refiro somente ao pavilhão municipal de Várzea. Por acaso sabem que a ligação do saneamento na zona de Travassos, em Várzea, já foi ligada à nova ETAR? Sabem que foi



adjudicada a empreitada da rede de abastecimento de água e saneamento no Torrão, no valor de setecentos mil euros (700.000€)? Sabem que foi desbloqueada uma situação incrível das infraestruturas de eletrificação de um loteamento de Ordonho, em Alpendorada, que estava pendente há cerca de catorze anos – repito, catorze anos? Mas, se quiserem mais, eu tenho todo o gosto em refrescar-lhes a memória daquilo que este Executivo tem feito de bem por Alpendorada, Várzea e Torrão. Sabem que foram colocadas novas paragens de autocarro, mais modernas e funcionais? Sabem que muitos dos passeios e ruas de Alpendorada, Várzea e Torrão foram arrançados e requalificados? Sabem que a Câmara Municipal aumentou este ano o apoio financeiro às Marchas e festejos do S. João em Alpendorada, de quatro mil (4.000€) para dez mil euros (10.000€), conforme a Sra. Presidente ainda há pouco tempo disse?

Enfim, muito mais poderia dizer, mas o tempo urge. Sra. Presidente, e como a política não se faz só nas redes sociais, mas sobretudo olhando e escutando as pessoas e resolvendo-lhes os seus problemas, gostaria de lhe expor o seguinte: os moradores do Lugar do Monte e Cano em Alpendorada passam um verdadeiro martírio há mais de dez anos. Eles próprios, há cerca de dez anos, com alguma ajuda sincera da Junta de Freguesia, fizeram as valas para a colocação de água e saneamento nas suas casas. Acontece que pelo facto de se encontrarem na parte alta da vila, logo a seguir ao antigo campo de futebol das Capelas, a pressão da água é praticamente nula, não permitindo nem sequer tomar um banho ou um duche rápido. É claro que a conta do aluguer do contador vem todos os meses. Esta questão já foi colocada várias vezes em Assembleia de Freguesia, tendo mesmo alguns moradores intervindo publicamente numa sessão. Recentemente, foi dado conhecimento, numa reunião, ao Sr. Presidente da Junta e ao Sr. Vereador relativamente a esta situação. Desse modo, solicito, Sra. Presidente e Sr. Vereador, que possam resolver esta questão, para que não faça mais parte do esquecimento, conforme decorre já há cerca de dez anos.

Uma última questão prende-se com o Museu da Pedra, que tem um folheto muito bonito, e que realmente é de realçar, isto feito já no anterior Executivo. Mas, Sra. Presidente, sendo um museu municipal e que relata toda a história da maior indústria do nosso concelho, é inadmissível que esteja fechado sistematicamente. Eu até penso que até fica mal à nossa terra chegar à porta do museu e encontrar um simples papel dizendo: “Se pretende visitar o museu, dirija-se à Junta de Freguesia.” Enfim, até soube que uma empresa de turismo contactou a Junta no sentido de um grupo fazer uma visita guiada ao museu. Contactados os serviços camarários, disseram que tal não era possível. Ora bem, gostaria que a Sra. Presidente pudesse tomar as devidas providências no sentido de que, de facto, possamos promover dignamente a nossa riqueza, o nosso património, a nossa cultura e a nossa história.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Américo Moreira.

--- Américo Moreira (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Exmo. Público, caros Marcoenses:



Quero começar a minha intervenção por parabenizar o Sr. Presidente da Assembleia pela descentralização da Assembleia Municipal, e saudar o Sr. Presidente da Junta de Bem Viver pela receção da mesma.

Congratular também o Executivo pela excelente iniciativa que decorreu no Jardim Municipal, denominada como Jazz no Jardim. Foi uma iniciativa diferente e com excelentes intervenientes.

No que diz respeito à informação escrita, quero questionar o Executivo sobre o Programa Erasmus + e a candidatura ao mesmo, ou seja, em que é que consiste esta candidatura para os jovens Marcoenses, e se os jovens Marcoenses vão ter algo diferente daquilo que está implementado a nível nacional.

Para terminar, e para responder ao Sr. Deputado Fernando Vieira, que em vez de vir aqui colocar preocupações sobre os Marcoenses, na primeira intervenção que fez, veio aqui fazer apenas ataques pessoais, veio falar de ética, e utilizou o tempo todo para atacar um colega deputado: o PSD lançou o concurso da eletrificação, e se existe esse concurso é devido ao Partido Social Democrata. E o senhor não quer falar do IC35 porque o senhor sabe que foi o seu Partido e os membros do seu Partido que congelaram esta obra.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António da Costa Pinto.

--- António da Costa Pinto (Presidente J.F. Sande e S. Lourenço do Douro, PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Secretária, Sra. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora e Srs. Vereadores – e já agora aproveito também, como disse há bocado o Luciano Costa, que hoje a freguesia estava mais representada, aqui também a Freguesia de Sande e S. Lourenço do Douro está mais representada com a presença do Sr. Vereador Artur Soares. E queria também aproveitar para cumprimentar os Srs. Deputados, na pessoa do Ricardo Soares, caríssimo Presidente de Junta, e desde já agradecer a forma como fomos recebidos, e a forma como estamos aqui a ser tratados. Muito obrigado. Com ele, aproveitava para cumprimentar também o público presente e comunicação social.

Trazem-me aqui dois ou três pontos que acho que são importantes, até porque se fala da Freguesia de Sande e S. Lourenço do Douro.

Iria começar por agradecer ao Executivo da Câmara Municipal, na pessoa da Sra. Presidente, por depois dos problemas que aconteceram, e a questão da aquisição dos terrenos para o Parque de Merendas de Montedeiras, finalmente terem conseguido, e com a vossa boa vontade terem feito a aquisição dos terrenos para que a obra pudesse arrancar. Por isso, queria desde já agradecer-vos este ato da vossa parte, porque achamos que Montedeiras sempre foi um espaço *Ex-Libris* do Concelho de Marco de Canaveses. Foram, entretanto, feitos novos parques – Parque Fluvial do Tâmega, também o Parque de Alpendorada – e a Serra de Montedeiras teve sempre um parque, e inclusive chegou a ter festivais da juventude, ficou um bocado no esquecimento. Foi uma luta que tive durante muitos anos, e agora, finalmente, ver concretizado este projeto, para nós, não só Freguesia de Sande e S. Lourenço do Douro, mas também para as freguesias limítrofes e para o



Concelho do Marco, acho que é uma obra que vai dignificar ainda mais o Concelho do Marco de Canaveses. Por isso, Sra. Presidente, desde já agradecer-lhe por isso, e também aproveitar a oportunidade, porque sei que o projeto é um projeto que estava avaliado inicialmente no valor de quatrocentos mil euros (400.000€), a primeira fase irá contemplar certamente cerca de cento e cinquenta mil (150.000€), mas depois ainda havia alguns ajustes para fazer em relação à iluminação, à aquisição dos terrenos. Aproveitava também já a oportunidade, para que não ficasse esquecida, certamente, e acho que vai ficar bonita a segunda fase. Por isso, lançava aqui também este repto ao Executivo.

E como hoje também já se falou em zonas ribeirinhas, e até porque o *slogan* da Câmara é “Rios de emoções”, temos também o espaço junto ao Rio Douro, mais conhecido por Vimieiro, e ao longo de vários anos foi sempre uma preocupação tentarmos, de certa forma, embelezar aquele espaço de lazer. Houve inclusive lá uma infraestrutura que foi feita, que foi criada, mas depois, infelizmente, nunca foi licenciada – inclusive tinha um bar a funcionar, de apoio àquela zona de lazer, e a ASAE, numa visita que fez, acabou por encerrar. Temos ali um espaço, ainda na semana passada passou por lá a Polícia Marítima, atracou num pequeno cais que lá existe, e também dizer que era um espaço que poderia ser realmente aproveitado. Também já tive oportunidade de falar com a Sra. Presidente, aqui há uns tempos atrás, que com a alienação de algum património – neste caso, estaríamos a falar da Escola de Vimieiro, que finalmente também já foi vendida – pudéssemos utilizar essa verba que resultou da venda da escola para podermos estudar um projeto para embelezarmos aquele espaço. E isto aqui, lançava também aqui um repto, e também desde já chamava à conversa, neste caso, para podermos iniciar, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Penha Longa e Paços de Gaiolo, uma vez que para podermos aceder ao espaço teremos que passar pela freguesia também. Acho que era interessante em conjunto sentarmonos, até porque existe um proprietário que está disponível para apresentar também um projeto à Câmara Municipal para reconstrução do muro, e se todas as entidades se sentarem, podemos, e acho que devemos também aproveitar esta zona ribeirinha do Douro, que também é *Ex-Libris* para muita gente, e é conhecida pelas pessoas que nos visitam.

Depois, e finalmente, para terminar, também se falou hoje aqui em zonas industriais, e também já tive a oportunidade de estar com o Sr. Vice-presidente na zona industrial de Sande, e ia também solicitar, se fosse possível, também fazermos um estudo para tentarmos, de certa forma, pelo menos requalificar os arruamentos que dão acesso a uma mini zona industrial, uma vez que ela, quando nasceu e quando surgiu, também nasceu de forma desorganizada. Por isso, se ainda pudermos ir a tempo e remendar, deixava também aqui este repto.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Caetano.

--- Bruno Caetano (PS) ---

Ora, bom dia, novamente.

Ultrapassando os cordiais cumprimentos, dizer que a segunda parte da reunião está a correr maravilhosamente bem, e que o intervalo esteve também à altura desta digna reunião. Por isso,



temos que repetir, e acho que elevou aqui a descentralização das Assembleias Municipais. Por isso, acho que a fasquia ficou lá em cima.

Antes de entrar no período da informação escrita, só aqui um pequeno aparte, e felicitar o Presidente da Assembleia Municipal pelo comportamento que teve aqui com os dois munícipes que aqui vieram. Eu queria também aqui recordar, e mais propriamente ao munícipe Francisco, que em funções idênticas com as suas que representei aqui – se bem que não se identificou então como Presidente da JSD do Marco – eu tentei aqui por diversas vezes, em anteriores mandatos, vir fazer o que aqui fez, e infelizmente fui sempre interrompido pelo anterior Presidente da Assembleia Municipal, porque dizia que o que eu vinha aqui fazer – e agora deixo à consideração de quem o é – não era trazer assuntos de interesse para o Município e perguntas diretas para o Executivo. E fez aqui uma intervenção política, que eu deixo à consideração do Presidente da Assembleia, e por isso é que eu o estou a cumprimentar pelo facto de o ter deixado, e ainda bem que assim é, porque eu acho que é assim que fazemos a dignificação da política em todos os âmbitos para o nosso concelho.

Entrando agora no período da informação escrita, “Marco – Rios de Emoção”, este é o novo lema que traz para o nosso concelho e que move este novo Executivo. No passado dia 11 de maio, tive o prazer de ser convidado para estar presente na cerimónia de apresentação da nova marca do Marco – isto é, “Marco – Rios de Emoção” – e acho que foi um evento que muito prestigiou o Marco de Canaveses e o concelho na sua generalidade. Sem dúvida que a equipa que desenvolveu esta marca está de parabéns pelo trabalho alcançado e pela dignificação que eu acho que esta marca traz para o Marco. Foi uma apresentação cuidada, estruturada, com conteúdo, e acima de tudo, com enquadramento histórico. Acho que quem esteve naquele evento acabou por perceber – onde eu estou incluído – percebemos de onde é que o Marco surgiu, onde é que estamos, e agora caberá a este Executivo que aqui está saber para onde é que vamos. Por isso, a responsabilidade da nova marca agora cai em cima de vocês. A marca por si só não fará tudo. Sei que, na minha opinião, estará bem conseguida, e acho que foi um bom ponto de aposta na forma como vocês a apresentaram, e como a estão a publicitar, mas também acho que esta nova marca põe a vocês um sentido de responsabilidade mais elevado na promoção da mesma e da nossa terra.

Falando de desporto, este trimestre foi um período de bastante atividade desportiva. Das atividades que vêm na informação escrita, quero só aqui ressaltar duas ou três, que já alguns falaram aqui. Eu acho que foi fundamental a requalificação do Pavilhão José de Jesus Oliveira, em Várzea do Douro, onde depois estive a Final Four, que aqui já se falou, do andebol, e eu acho que a ARCA mais uma vez só nos engrandece, e nós temos que lhe agradecer, e aos Diretores da ARCA, quem tem feito este trabalho ao longo destes anos relativamente à promoção do andebol e aquilo que têm feito pela modalidade feminina no Marco, assim como outras associações por modalidades que não são tão importantes e imponentes como muitas vezes nós achamos, relativamente às modalidades masculinas, e como tal, estão de parabéns relativamente ao evento que vocês fizeram.

Encontros Municipais de girabol, andebol e futsal, mini vólei na cidade, no estádio – e eu aqui acho que foi um grande evento, que eu nem estava à espera. Profissionalmente, trabalho naquela zona, e aquilo parecia um dia de Feira do Marco, com aquelas pessoas que estavam lá naquele dia, naquele evento. Sinceramente, nem me apercebi o que é que estava a acontecer, sei que foi um evento que trouxe muita gente para o Marco, e acho que será de repetir, porque nesse dia, só



para terem noção, ali junto ao Estádio Municipal os estacionamento chegaram até às oficinas da Câmara, os restaurantes do Marco estavam impossíveis, eu julgo que vieram mais de mil e quinhentos atletas fazer este evento. A questão da promoção do desporto com o Raid e o BTT nas Terras de Bem Viver, o BTT de Cármen Miranda, acho que foram bons apoios que a Câmara deu nestes últimos três meses.

Mas, aqui, eu queria fazer uma pergunta ao Executivo. Eu queria perceber, porque para sabermos a repercussão, também temos que saber o que é que isto nos custa a nós, para nós percebermos o custo / benefício relativamente a isso. Eu queria perceber, em números generalistas, se nós conseguiríamos ter acesso, o que é que estes eventos significam a nível de investimento deste Município, para nós percebermos se o que nós retirámos desse investimento é, ou não, do nosso agrado.

Já aqui foi abordada essa questão, mas eu não percebi bem, e eu queria que a Sra. Presidente me pudesse esclarecer. Isto não vem na informação escrita, mas foi publicitado nos meios de comunicação, eu julgo que a Comunidade Intermunicipal do Tâmega teve uma reunião com a Área Metropolitana do Porto sobre a interligação dos passes sociais com o andante. E aquilo que me parece é que estabeleceram um preço de cinquenta euros (50€) mensais para este circuito. E aquilo que me parece – e aí é que é a minha dúvida – se nós agora, por exemplo, fizemos a aquisição do passe mensal, por cinquenta euros (50€) consigo ir e vir, por exemplo, do Marco para a Póvoa, ou, por exemplo, do Marco para Matosinhos. Acho que se isso for verdade – e espero que o seja – acho que é uma mais valia para o Marco. E quando digo ir do Marco para Matosinhos, eu agora já ponho o contrário, porque até por experiência própria, nós neste momento já estamos a ter, felizmente, o fluxo contrário, que é pessoas do Porto a virem trabalhar para o Marco, que infelizmente nós não conseguíamos fazer isso há uns tempos atrás. Se isto for verdade, esta interligação dos passes sociais com o andante do Porto, acho que isto deve ser um marco histórico para nós, porque nós, não estando na Área Metropolitana do Porto, acho que conseguimos ter aqui esta interação, a nível regional permite-nos uma mobilidade, que nem eu estava à espera que ela fosse tão possível e tão próxima.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Ora, tem a palavra, por último, o Sr. Dr. Monteiro da Rocha.

--- Joaquim Monteiro da Rocha (CDS-PP) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Presidente da Câmara, caros deputados municipais e caros Marcoenses:

Antes de mais, permitam-me uma saudação também, na pessoa do Sr. Presidente da Junta, à população da laboriosa Freguesia de Bem Viver, que nos recebe hoje nesta Assembleia Municipal.

A segunda questão que eu tinha – não é propriamente uma questão, é uma congratulação por a final da Final Four de andebol se ter realizado no Marco. Isso só foi possível mercê do nível que atingiu a ARCA no desporto, e mercê ainda do apoio que a Câmara Municipal deu para o efeito. Portanto, a minha congratulação por este feito possível, mercê do nível da ARCA e do suporte municipal.



Agora, queria fazer uma pergunta diretamente sobre a Praia de Bitetos. A Sra. Presidente de Câmara fala aqui na Praia de Bitetos, do problema de um projeto acessível Praia para Todos, destinado essencialmente às pessoas com dificuldade de acessibilidade, e isto suscitou-me esta questão: Bitetos neste momento tem algumas dificuldades de acessibilidade, porque as estradas não são assim demasiado boas, e tem uma estrada que liga Bitetos ao Convento de Alpendorada, que falta-lhe aí um troço intermédio. Quer dizer, foi feita na altura pela Freguesia de Várzea do Douro de Bitetos à Ribeira de Vale da Rica, ficou ali interrompido, e na parte de Alpendorada fez da Sardonisca, que é a quota um bocadinho mais elevada, lá acima até ao convento. Portanto, falta ali um troço de poucas centenas de metros para se fazer, e para propiciar que o investimento feito seja mais utilizado. Eu pergunto, porque é a única estrada marginal de Alpendorada – só Freguesia de Alpendorada, estou-me a referir não ao global – porque a 108 chega ali a Várzea e foge lá por cima, e só torna a ir outra vez ao rio quando começa Magrelos (hoje Bem Viver). Portanto, aquela estrada é praticamente a única estrada marginal que, efetivamente, Alpendorada tem, e eu pergunto se está previsto alguma coisa, fazer-se essa ligação, porque, realmente, o grande investimento foi feito, falta apenas, efetivamente, essa união. E era essa pergunta que eu efetivamente fazia, se está previsto alguma coisa, se não está, porque, aliás, há uma coisa que isso irá propiciar: que Bitetos, se se fizesse essa estrada, poderia prolongar-se a Praia de Bitetos, prolongar-se para a praia que havia ali, chamada Praia de Vale da Rica, que é entre a ribeira e a escarpa da Sardonisca, que tem ali uma zona muito grande que amanhã poderá ser também utilizada e poderá servir de expansão à Praia de Bitetos, porque com o poder de atração que a praia tem tido, de Bitetos, parece-me que ela irá precisar brevemente dessa expansão. Portanto, se a Sra. Presidente de Câmara me pudesse dizer alguma coisa sobre isso, muito agradecia.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Presidente, para responder.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia.

Ora muito bem, então vamos começar pela intervenção da Sra. Deputada Ana Ferreira, sobre os considerandos que nos fez sobre as duas atividades culturais, o FLIM – Festival Literário do Marco e o Jazz no Jardim. Permitam-me acrescentar que, quanto a estes dois assuntos, importa referir que, em primeiro lugar, o sucesso junto do público Marcoense que marcou presença em cada um destes eventos culturais foi muito grande – ou seja, nós tivemos muita adesão, e tivemos também do público um grande apreço nestes dois eventos. Efetivamente, essa é a medida do reconhecimento do trabalho cultural que está a ser feito por este Executivo na literatura, na leitura, na escrita e na música, e também em estilos musicais diferenciados.

Em segundo lugar, referir o trabalho com os mais novos que se realizou nestes dois eventos. É uma preocupação, efetivamente, deste Executivo o trabalho cultural com os mais novos, e o contributo para a sua formação.

No programa educativo do FLIM – Festival Literário do Marco participaram – como já aqui foi dito, e muito bem – seiscentas e trinta crianças de sete estabelecimentos de ensino: EB1 da Cruz, JI



das Devesas, EB1 da Quinta do Bairro (do Agrupamento de Alpendorada), EB 2/3 de Toutosa, o Agrupamento n.º 1 do Marco, a EB1 do Marco, JI de Murteirados, JI de Quinta do Casal (do Agrupamento do Marco de Canaveses) – e também marcaram presença na apresentação do livro “O hotel das minhocas” e em outras atividades.

No Festival de Jazz no Jardim proporcionámos também atividades educativas de promoção da música, nomeadamente uma oficina de iniciação ao jazz para o público infantil, a cerca de quatrocentas e vinte crianças de oito estabelecimentos de ensino: desta vez foi o JI do Cruzeiro e o JI da Serrinha (do Agrupamento de Escolas de Alpendorada), do Centro Escolar de Sande, do Agrupamento de Sande, JI e EB1 de Eiró, a EB1 e JI de Avesadas e a EB1 do Marco (do Agrupamento de Marco de Canaveses). O Agrupamento de Escolas n.º 1 do Marco nesta altura não teve interesse em participar neste evento, porque já tinham outras atividades planeadas. Participaram ainda aquelas crianças e jovens que contribuíram para a exposição “Sons de sucata”, que foi realizada pela Artâmega, em articulação com os professores das atividades das AEC’s, das outras expressões, e pelos jovens do ensino secundário do Marco, que contribuíram para uma exposição de desenhos, e aqueles que participaram também na oficina de iniciação ao jazz, onde participaram alunos também da Universidade Sénior.

Nota também para o facto de estes dois projetos constituírem novidades no panorama cultural do concelho, e mesmo da região, algo que queremos aprofundar noutras áreas culturais, designadamente o teatro, o cinema, a dança, entre outros, e que, com os equipamentos que estão a ser construídos, nomeadamente o Centro Cultural e o Museu Cármen Miranda, será possível aprofundarmos estas áreas.

Por fim, o alcance que estas iniciativas têm proporcionado aos Marcoenses outras possibilidades de cultura, e também têm ajudado a promover o Marco de Canaveses como terra de cultura e de criação cultural. A título de exemplo, Manuel Linhares, músico que participou no Jazz no Jardim, falou em entrevista à Antena 1 do sucesso que foi o concerto que fez no 1.º Festival de Jazz no Marco de Canaveses.

Aproveito também para responder, ainda que já tarde, porque também tive esse compromisso de depois perceber o que é que tinha sido feito e de dar essa resposta, ao deputado Américo Moreira, que nos questionou na última reunião da Assembleia sobre o Ciclo Portuense de Ópera. Queria dizer ao Sr. Deputado que quanto ao Ciclo Portuense de Ópera, a pedido da Sra. Presidente (eu mesma), o meu adjunto Gabriel Carvalho reuniu presencialmente com este senhor, nomeadamente o Sr. Manuel Graft, no dia 13 de novembro de 2018. Ou seja, foram recebidos, já nos fizeram também a apresentação de uma proposta, e tanto na reunião, como já depois, tivemos a oportunidade de podermos planejar aqui algumas intervenções. Na altura disse-lhe que não sabia, mas já fica esta nota.

Em relação ao Sr. Deputado Celso Santana, em relação à questão das obras de proximidade, Sr. Deputado e Sr. Presidente de Junta, de facto, não faltam agora pessoas com ideias para obras; é preciso é o Executivo da Junta de Freguesia e o Executivo da Câmara para as concretizar. E eu queria felicitá-lo pelo seu empenho, do Sr. Presidente de Junta e do seu Executivo, porque, de facto, são pessoas muito empenhadas, muito presentes na vida cotidiana da cidade do Marco, e da Freguesia do Marco. E por isso, dizer-lhe que todas as obras de proximidade que este Executivo está a levar a cabo são, de facto, muito bem planeadas e discutidas com o Sr. Presidente, de



forma a darmos resposta à população da Freguesia do Marco. E por isso, dizer-lhe que é com muito gosto que estamos a fazer estas obras de proximidade ao longo do concelho – não é só na Freguesia do Marco; estamos a fazê-las nas dezasseis freguesias. Mas, queria aqui realçar esta proximidade também do Sr. Presidente de Junta, e do empenho que tem tido para que as obras de proximidade, e outras, possam ser levadas a cabo na sua freguesia.

EB1 da Barroca, já aqui tive oportunidade de falar neste investimento. É um investimento que é necessário, é um investimento justo. Não vai ser feito apenas numa das freguesias – neste caso, do Marco; vão haver mais três intervenções, em mais outras duas escolas, uma na Freguesia de Várzea, Alviada e Folhada, e outra em Sobretâmega. E por isso, também dar conta de que além dessas obras de grande envergadura, que ultrapassam os quinhentos mil euros (500.000€), vamos também levar a cabo pequenas obras de reparação em outras escolas do concelho, como aqui hoje foi dito também, e já assumido o compromisso com a EB1 da Feira Nova.

Em relação ao piso da cidade, vou pedir autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para que o Sr. Vice-presidente fale no assunto.

Sede de Junta de Freguesia do Marco, o senhor diz, e muito bem, que gostava, já que a Artâmega vem para cá, que também gostava de ter até umas instalações novas para a sua sede de Junta de Freguesia. Compreendo, Sr. Presidente, porque eu fui autarca de freguesia durante doze anos, na Freguesia de Soalhães, e também a Freguesia de Soalhães não tem uma sede de Junta digna para que os Srs. Presidentes de Junta e todos os autarcas possam exercer dignamente o cargo e as funções para as quais foram eleitos. E por isso, há essa preocupação, quer na Junta do Marco, que, efetivamente, inauguraram – não foi o senhor, foi o anterior Executivo da Junta de Freguesia do Marco, e também o anterior Executivo Municipal, que inauguraram aquelas obras, mas que, efetivamente, aquela sede de Junta não responde às necessidades desta freguesia atualmente. Também a Freguesia de Soalhães tem o mesmo problema, estamos a trabalhar em Soalhães para uma nova sede de Junta de Freguesia, e já tivemos oportunidade de conversar, eu e o Sr. Presidente de Junta, e o nosso Executivo, sobre a sua pretensão em ter uma sede de Junta nova, e espero que dentro em breve consigamos todos, dentro daquilo que são as nossas capacidades, limites e competências, podermos ter também esse designio de arranjarmos umas instalações mais dignas para o Executivo da Junta de Freguesia do Marco, já que no passado não o acutelaram.

Sr. Presidente de Junta, José Barbosa, Campeonato Nacional XCM e BTT, concordo plenamente, já aqui agradeço à organização, foi um evento de grande envergadura que projetou o Marco de Canaveses no país, a nível nacional. E por isso, o Sr. Vereador Paulo Couto, se o Sr. Presidente da Assembleia permitir, vai também fazer uma intervenção, porque é o seu pelouro, o do desporto.

Sr. Deputado Fernando Costa Vieira, elogiou os nossos dois anos. Sr. Deputado, eu sei que há muita gente que acha que eu já cá estou há dois anos, eu e o Executivo, mas não é, é apenas um ano e meio. É que nós fazemos tanta coisa que, realmente, às vezes até parece que já estamos cá há mais tempo, mas só são dezoito meses em funções. Só são dezoito meses em funções.

Sr. Deputado Fernando Costa Vieira, agradecer também os elogios que fez aqui à Sra. Presidente de Câmara e ao seu Executivo. Trabalhámos empenhadamente para os Marcoenses, e



logicamente que trabalhámos também empenhadamente para os municípios da Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão.

O Sr. Deputado fez aqui alguns considerandos sobre obras que já realizámos, mas deixe-me acrescentar aqui mais algumas, que eu acho que também são relevantes. Vamos, por exemplo, intervir nas Piscinas de Alpendorada, Várzea e Torrão, nesta interrupção do mês de agosto, estamos a tratar do procedimento concursal, porque é a altura em que, de facto, as piscinas estão fechadas e que não têm utentes, e o que nós queremos é que durante este mês de agosto as piscinas sofram obras, para quando iniciar a nova época banhear todas as nossas crianças que frequentam também as atividades desportivas e os nossos municípios que frequentam aquelas piscinas possam ter umas piscinas dignas, porque, efetivamente, algum do equipamento que lá está, nem as condições que lá estão, não dignificam aquele equipamento. É uma preocupação que o nosso Sr. Vereador do Desporto tem acompanhado conjuntamente com os técnicos que estão a exercer as suas funções nas Piscinas de Alpendorada, e por isso, planeamos, como é normal, para o mês de agosto – porque é quando as piscinas estão encerradas – e na nova época banhear estas piscinas terão também um melhor aspeto.

Também, e agora aqui respondendo ao Sr. Deputado Monteiro da Rocha, Bitetos, dizer que nós estamos a avançar muito rapidamente no projeto de Bitetos, conforme foi nosso compromisso. Temos tido reuniões com a APA, com a Comissão de Coordenação da Região Norte, com a APDL, e têm corrido muito bem. O projeto da intervenção que queremos fazer em Bitetos é um projeto de grande envergadura, vai requalificar aquela que é a entrada fluvial do concelho – ou a maior entrada via fluvial do concelho, é um postal para quem nos visita e para as centenas e milhares de visitantes turísticos que passam no Rio Douro e aí atracam. E por isso, dizer que também estamos a fazer este investimento, temos consciência de que é um investimento avultado, mas queremos levá-lo a cabo. E dizer também ao Sr. Deputado Monteiro da Rocha que também tivemos essa preocupação. Nós já reunimos, eu numa fase inicial com os Srs. Proprietários da Quinta de Vale da Rica, porque, efetivamente, aquilo não é do domínio público, é uma quinta particular, aquilo que defende nós também defendemos, nós também entendemos que o trânsito tem que circular por Vale da Rica para desobstruir toda aquela área da Praia de Bitetos. *A posteriori*, o Sr. Vice-presidente, que tem o pelouro das obras, e o Sr. Arq.º Rui Almeida, já reuniram com a família, estamos a trabalhar numa solução. Claro que, logicamente, tem contrapartidas, porque vamos ter que avançar pela quinta deles, e estamos a trabalhar nesse sentido. Mas, não estamos a trabalhar só na saída de Vale da Rica; estamos a trabalhar também a jusante. Nós temos junto da proprietária da Quinta, a Sra. Dra. Ana Marques, temos feito algumas conversações, vai ser marcada também com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão uma visita ao local esta semana, para também vermos quais são as contrapartidas que esta Sra. Proprietária tem da quinta, para podermos ter duas soluções, que gostaríamos muito de até trabalhar nas duas, porque as duas são complementares, mas, efetivamente, não temos estado parados; estamos a trabalhar arduamente para que o projeto de Bitetos seja uma realidade, e seja, de facto, uma realidade que serve o Marco de Canaveses, e serve sobretudo aqueles que são os municípios que costumam frequentar a Praia de Bitetos. Queremos melhorar substancialmente todo aquele espaço. Nós já temos um anteprojecto, ainda não estão consideradas essas duas intervenções, mas o anteprojecto da requalificação da Praia de Bitetos já está feito, e aquilo que nós pretendemos lá fazer é, de facto, uma obra de excelência para o concelho.



Por isso, Sr. Deputado Fernando Costa Vieira, ainda em relação ao Museu da Pedra, o Museu da Pedra é um museu municipal, temos tido a colaboração da Junta de Freguesia, e dizer-lhe que independentemente de ter sido outro grupo, queria dizer-lhe que houve um grupo que visitou o museu no sábado passado, e foi, efetivamente, o Sr. Funcionário da Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão que acompanhou a visita. Tem havido aqui uma parceria entre a Junta e a Câmara Municipal – como sabem, a técnica que estava designada neste museu esteve de licença de maternidade, e em conversações com a Junta de Freguesia, asseguraram a abertura do museu. Sempre que existe a necessidade de se fazerem visitas guiadas, ou visitas a pedido de algum grupo, a Câmara Municipal faz esse planeamento dessa visita com a Junta de Freguesia, e o nosso técnico licenciado em turismo faz essa visita guiada. Por isso, há esta cooperação; se é o grupo que está a referir, no passado sábado, eles, de facto, fizeram a visita, foi a Junta de Freguesia que abriu e acompanhou a visita. Claro que se forem grupos a aparecerem no dia, nós não temos condições para acompanhar. O que devem ser é previamente planeadas, e se assim forem, são acompanhadas pelo técnico do turismo da Câmara Municipal.

Sr. Deputado Américo Moreira, Erasmus, está na pág. 14 da informação escrita. Dizer-lhe que em relação ao Programa Erasmus + decorreram já reuniões com os parceiros, a equipa do Projeto Erasmus + já definiu a estratégia de candidatura a este programa, vamos acolher – há esta possibilidade, ainda não está fechado, mas em princípio será o que vai acontecer – vamos acolher alunos durante uma semana da Bélgica e da Hungria, e estamos a preparar a segunda fase, onde os nossos jovens vão ser acolhidos lá. Por isso, não estamos também parados, estamos a trabalhar nesta estratégia do Erasmus +, e esta é a informação que tenho para lhe dar.

Sr. Presidente da Junta, Costa Pinto, dizer que aquela sua preocupação com o investimento, ou o retorno da Escola de Vimieiro, da venda em hasta pública, eu creio que a escola esteve em hasta pública, o período deve ter terminado na semana passada – porque, como sabe, esteve em hasta pública, não houve interessados, acho que já é a terceira vez que nós colocamos aquele imóvel em hasta pública. Agora descemos o preço, espero que desta seja – parece-me que sim, até porque nós tivemos algumas pessoas que nos vieram pedir informações antes de apresentarem a proposta. Por isso, eu estou convicta de que desta vez vai haver a venda do imóvel em hasta pública. E como é compromisso também deste Executivo, e que já tivemos oportunidade de lhe dizer, esse dinheiro da venda deste imóvel vai ter retorno e investimento na própria freguesia, e em princípio, mesmo não havendo ainda um projeto definido, temos vindo a conversar nessa possibilidade de investir nesse espaço da assim designada Prainha de Vimieiro. Por isso, é também nossa pretensão fazermos esse retorno do dinheiro da venda da hasta pública da escola na freguesia, e em concreto lá.

Mini zona industrial, ou assim como a designou, pede-nos para fazermos um estudo e para remendar – a palavra é sua – aquilo que os outros fizeram mal no passado. Vamos falar consigo, temos que marcar uma reunião, nestas situações devemos ter sempre os técnicos da Câmara Municipal, neste caso o Arq.º Rui Almeida, mas vamos fazer esta avaliação, e depois, então, vermos quais são as condições dessa mini zona industrial. Aliás, nós já fizemos lá uma intervenção pontual, no ano passado, onde um dos camiões de uma das empresas não conseguia subir – que, aliás, também fomos muito criticados, deixem-me já agora partilhar esta informação, era uma rua muito íngreme, em cubo, e que, de facto, o camião, com o tempo de gelo, não conseguia subir e não conseguia levar os camiões até à empresa. E nós decidimos colocar betuminoso por cima do cubo. Logicamente que nem sempre somos bem interpretados, porque havia pessoas na freguesia



que não tinham cubo, nem tinham betuminoso, estavam em terra batida, e por isso não acharam muito bem que nós colocássemos o betuminoso onde já tinha cubo. É preciso contextualizar esta intervenção, estamos a falar de uma empresa que cria trabalho, é uma empresa da freguesia, que tem pessoas lá a trabalhar, e que era preciso garantir que pelo menos os fornecedores externos chegassem a essa empresa. Foi um investimento que não foi muito grande; o que nós fizemos foi garantir que aquela empresa se mantivesse com as melhores condições naquela freguesia, e que os camiões, de facto, pudessem ir até à porta da empresa, ou até à sede da empresa. E por isso, às vezes não somos bem interpretados, mas era bom que os Marcoenses percebessem isto: não estamos a fazer intervenções pontuais a pedido de ninguém; estamos a salvaguardar que o desenvolvimento económico, neste caso da Freguesia de Sande e S. Lourenço, e os postos de trabalho sejam garantidos. Por isso, fica desde já esta nota, então, que vamos avaliar consigo esta possibilidade.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Bruno Caetano, eventos desportivos: neste assunto, o Sr. Vereador Paulo Couto, Vereador do Desporto, quando lhe for dada a palavra, também vai poder falar nestas questões. E por isso, dos eventos desportivos, se permitirem, falará, então, o Sr. Vereador.

Em relação ao passe, até porque tem havido muita contrainformação em relação aos passes, queria dar conta – e isto é de 28 de junho, é de ontem, é uma informação que está no *site* da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, qualquer um de nós pode ter acesso – dizer que as pessoas que residem no Tâmega e Sousa, e mesmo aqueles que embora não residam, trabalham na região, vão pagar menos pelo respetivo passe, a partir de ontem e a partir de hoje – depois já vamos ver qual é a diferença – à semelhança do que já sucede com o transporte rodoviário. Os utilizadores do serviço regional e do serviço urbano da CP passam a pagar quarenta euros (40€) pelo seu título mensal, caso adquiram uma assinatura monomodal da CP, ou cinquenta euros (50€), se optarem por uma assinatura combinada com andante – é que até agora só falávamos no passe monomodal. A Comunidade Intermunicipal, e bem, conseguiu um acordo com a Área Metropolitana do Porto, em que quem quiser, além dos quarenta euros (40€) do passe, com mais dez euros (10€) consegue depois o andante. Ou seja, com cinquenta euros (50€) qualquer um dos Marcoenses entra no comboio, vai até ao Porto, e pode circular em toda a Área Metropolitana do Porto.

Esta redução tarifária nos transportes públicos ferroviários, aliada à já implementada desde o passado dia 1 de maio nos transportes rodoviários – porque é preciso dizer que esta medida já tinha sido implementada a 1 de maio nos transportes rodoviários, agora sim nos transportes ferroviários – vem dar continuidade ao desiderato de apoio às famílias em geral, e ao utente em particular. Esta estratégia foi definida pela Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, onde, logicamente, o Município do Marco de Canaveses também está, e é uma medida no âmbito do PART, aquilo que o Governo designa como Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos.

E se calhar, também era oportunidade para responder a duas ou três questões, quando lá fora nos estão a ouvir, e perguntarem a quem é que se destina este passe, o passe destina-se aos residentes no Tâmega e Sousa – ou seja, Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel e Resende – e a pessoas que embora não residam no Tâmega e Sousa, tenham o seu domicílio profissional nesta



sub-região. Dar conta de que os estudantes do ensino não superior, dos quatro aos dezoito anos (inclusive), não abrangidos pelos transportes escolares, continuam a beneficiar daquilo que é o passe 4-18. Os estudantes do ensino superior, até aos vinte e três anos (inclusive), ou até aos vinte e quatro anos, para os estudantes do ensino superior inscritos nos cursos de medicina e arquitetura, continuam a beneficiar do passe sub-23. E por isso, dizer-lhes também, que podem perguntar qual é, então, o preço: o título no serviço regional, a chamada assinatura monomodal, custa quarenta euros (40€) – para aqueles que estavam mais distraídos, este passe custava mais de cento e trinta euros (130€); custava mais de cento e trinta euros (130€), e agora passa a custar quarenta euros (40€). Por isso, é para perceberem lá em casa qual é, de facto, o proveito financeiro que as famílias do Marco vão ter com esta medida. No título do serviço urbano, assinatura monomodal, como disse, são quarenta euros (40€). Quem quiser o serviço urbano combinado com andante, serão, então, quarenta (40€) mais dez (10€), cinquenta euros (50€). Quem é que vai utilizar este passe? Todos aqueles que tiverem, de facto, a possibilidade de circular na linha urbana do Porto – Marco de Canaveses, e em viagens no sistema intermodal andante, na Área Metropolitana do Porto. Quando é que podem utilizar este passe? A partir de 1 de julho, na próxima segunda-feira. E se me perguntarem onde é que podem adquirir, porque eu tenho recebido algumas mensagens de pessoas a perguntar onde é que podem adquirir o passe, os passes estão à venda nos locais habituais da CP, e também as assinaturas nos locais habituais da Rede Andante. Também podem renovar os passes, fazer o carregamento – por isso, é tudo no sítio onde já costumavam, de facto, fazer esta atividade (comprar o passe, carregar), é tudo igual.

Só para explicar a quem nos ouve, e para terminar, Sr. Presidente, o que é que é o PART? Eu já disse, é o Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, está previsto na Lei do Orçamento de Estado para 2019, é um projeto de Lei, ou uma Lei deste Orçamento deste Governo do Partido Socialista, com o objetivo de combater os constrangimentos sociais e ambientais associados à mobilidade e fomentar uma maior utilização dos transportes públicos. Perguntam-me muitas vezes: quem paga isto? Também é importante perceberem quem paga isto. A autoridade de transportes do Tâmega e Sousa vai poder financiar com um vírgula oito milhões de euros (1.800.000€) – ou seja, noventa e sete ponto cinco (97,5%) vai ser proveniente do Fundo Ambiental, e dois e meio por cento (2,5%) é comparticipação dos Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal. Os Municípios, aqueles que eu referi há bocado, da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, vão suportar dois e meio por cento (2,5%) do custo deste passe. É um esforço do Governo, do Fundo Ambiental, mas também dos Municípios da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Por isso, para que não hajam dúvidas, comboios, passes a partir de 1 de julho, já estão à venda hoje. Comboios elétricos, espera-se que a inauguração seja mais ou menos – ainda não está o dia designado, mas em princípio será no dia 15 de julho. Os novos horários já estão no *site* da CP, já existem novos horários para os comboios elétricos, para a eletrificação da linha. E por isso, a partir de 1 de julho já podem utilizar o passe; a partir de 15 de julho, estarão – espero eu, ainda não está oficializado, mas o que se espera é que a partir de 15 de julho os comboios elétricos estejam a circular no Marco de Canaveses, na linha férrea de Marco de Canaveses.

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia. Dizer só ao Sr. Deputado Monteiro da Rocha que a questão que me fez foi da Praia de Bitetos, e eu já tive oportunidade de lhe responder há bocado, quando falei nas intervenções que vamos fazer em Alpendorada, e onde falei também nesta intervenção. Muito obrigada a todos.



Sr. Presidente, se me desse oportunidade, o Sr. Vereador, tanto o Sr. Vice-presidente, como o Sr. Vereador Paulo Couto, responderiam rapidamente às questões colocadas.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Presidente, nós já excedemos em sete minutos. É para dar a palavra ao Sr. Vereador Paulo Couto? Pedia-lhe que fosse muito breve, então. Faça favor.

--- Mário Bruno Magalhães (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Obrigado, Sr. Presidente. Serei breve.

Respondendo às questões apresentadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Marco, o Sr. Celso Santana, obras do PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana, as devidas fases e a preocupação a ter com as mesmas, dizer-lhe que iniciámos há duas semanas a obra na Avenida Eng.º Adelino Amaro da Costa, uma obra que está adjudicada por setecentos mil euros (700.000€). É uma obra que está a decorrer bem, vamos ter muitas dificuldades dado o conjunto de infraestruturas que lá tem. Temos a preocupação – e como sabe, comunicamos com todas as entidades, foram envolvidas a GNR, a Polícia Municipal, a Proteção Civil, os Bombeiros, a Junta de Freguesia, tivemos ainda o cuidado de informar todos os moradores e instituições da zona envolvente aos trabalhos. Os trabalhos vão decorrer em quatro fases: uma primeira fase, da rotunda dos bombeiros até à Rua Arlindo Gonçalves Soares; depois, da Arlindo Gonçalves Soares até à Avenida Saint Georges lés Baillargeaux; e de Saint Georges lés Baillargeaux até ao cruzamento da fonte da santa; e depois, da fonte santa até à Rua Eng.º Carneiro Gerales. São, de facto, obras preocupantes, porque não é só apenas esta obra; é a Adelino Amaro da Costa, é o Centro Cultural do Marco, que ronda um milhão de euros (1.000.000€), que decorre, o auditório na EB 2/3 do Marco, no valor de seiscentos mil euros (600.000€), o Museu Cármen Miranda, que vamos agora lançar a concurso, no valor de um milhão e trezentos mil euros (1.300.000€), a reabilitação da zona envolvente aos Paços do Concelho, com quinhentos mil euros (500.000€), a requalificação do Jardim Municipal Adriano José e Mello, também no valor de trezentos mil euros (300.000€), e também a alteração do piso de que falámos. Estamos aqui a falar de sensivelmente cinco milhões e meio (5.500.000€) de obras num espaço físico muito curto, e em simultâneo ali naquela área envolvente aos Paços do Concelho, que é uma zona que tem muita gente, todos os dias ali passam centenas de pessoas, escolas. Esta é uma preocupação, nomeadamente de articular as fases da obra. Julgo que vai correr bem. Sabemos bem que as obras são o que são, são obras. Daqui deixo um apelo: pedimos paciência às pessoas, porque não podemos fazer obra, não podemos ter obra feita sem primeiro a fazer. Dizer-lhe isso.

Depois, relativamente ao piso da cidade, dizer-lhe ainda que até já solicitámos em agenda uma reunião com o Executivo da Junta de Freguesia do Marco. Nesse sentido, temos já em cima da mesa uma solução, solução que julgo que é uma boa solução, dadas as circunstâncias que temos. Por isso, muito em breve vamos reunir, temos tido essa preocupação de articular com as diversas forças da cidade os constrangimentos naturais das obras.

Relativamente ao Sr. Fernando da Costa Vieira, abastecimento de água na Rua do Monte e Rua do Cano: dizer-lhe que esta situação já chegou à Câmara Municipal, vamos pegar nisso. A verdade é que é uma situação recente, desconhecíamos, mas em breve podemos dar algumas novidades sobre o assunto.



O Sr. Presidente de Junta, Costa Pinto, Parque de Montedeiras, a obra está a decorrer, está a correr bem.

Relativamente ao parque industrial, não poderíamos estar mais de acordo, já fizemos uma reunião, a Sra. Presidente também já o disse numa intervenção, estamos de acordo, merece, e é, de facto, uma urgência pegar neste polo industrial de Sande, porque merece e é necessário, dada aquela envolvente.

Julgo que respondi a tudo. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado. Faça favor.

--- Paulo Couto (Vereador) ---

Obrigado. Bom dia, de novo.

Respondendo à questão do Sr. Presidente de Junta, Sr. Barbosa, realmente foi um grande evento, tive oportunidade de estar presente, e lancei o repto ao Presidente da Federação, que queria a prova, no próximo ano, em Marco de Canaveses, em Tabuado (que é de lá que ela é oriunda), não só para o ano, mas também nos seguintes. Ele levou a ideia, mas não assumiu nada. Mas, quero dar os parabéns à organização – o Sr. Samuel já não está cá – ao Grupo Desportivo de Tabuado e à Junta de Freguesia pela realização do evento, e nós, Câmara Municipal, também, como coorganizadores, e com o apoio financeiro e também logístico que também demos, também queria felicitá-lo sobre isso.

Relativamente à questão aqui levantada pelo Sr. Deputado Bruno Caetano, realmente, nós, a nível desportivo, temos tido muitos eventos – aliás, os eventos foram-vos enviados. Tivemos aqui eventos com custos muito baixos – vou dar o exemplo do dia do mini vólei, nós tivemos mil e quatrocentos miúdos no Estádio Municipal de Marco de Canaveses, estamos a falar num investimento na ordem dos mil euros (1.000€), que nós simplesmente tivemos que oferecer as garrafas de água e algumas refeições ao pessoal que veio cá da Federação. Estamos a falar que isto não é só um evento desportivo; é bom a nível desportivo, mas também economicamente acaba por ser bom. Por quê? Nós preparámos as coisas, nós falámos com os restaurantes, demos conhecimento de que iria haver uma grande aderência de pessoas nesse dia cá na cidade, que iriam procurar os restaurantes, avisámo-los, fizemos um mapa que colocámos à entrada do estádio a identificar onde é que eram os restaurantes, para todas as pessoas que vieram de fora saberem onde é que podiam ir comer. Ou seja, a parte desportiva é importante, é muito importante para o desenvolvimento de todos, mas também nos preocupamos com a parte, depois, do retorno financeiro que acaba por dar às pessoas e aos comerciantes do Marco – não é diretamente a nós, Município, mas sim a todos os comerciantes do Marco. Temos feito muitos eventos desportivos, vamos ter mais – também aproveitava este momento para dizer o que é que vamos ter mais: vamos ter, já a seguir, o Grande Prémio de Jet-Ski – Copa Ibérica, 13 e 14 de julho; vamos ter o Grande Prémio de Atletismo da Albufeira, também no dia 14 de julho; Campeonato Nacional de Super Cross (27 de julho); Troféu Cidade do Marco (15 de agosto); Campeonato Nacional de Super Enduro (31 de agosto); Rally Terras da Aboboreira (6 e 7 de setembro); Campeonato Nacional de Rally Raid (22-24 de novembro); e o Campeonato Nacional de Enduro, que será de



11 a 13 de outubro, que será a preparação para o mundial do ano passado, que já está assumido com a Federação. Ou seja, teremos mais eventos desportivos nacionais e internacionais – neste caso, a Copa Ibérica – e para o ano vamos ter mesmo aqui um mundial em Marco de Canaveses. Como veem, o desporto vai continuar a estar em alta em Marco de Canaveses.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Vereador.

Ora, aqui chegados, meus senhores, é uma hora e vinte e sete (13h27). Fazemos o intervalo agora para almoçar, porque faltam vários pontos – não é um, nem dois, são vários, são oito pontos da ordem de trabalhos. Ou vamos almoçar e continuamos. Srs. Deputados, eu estou disponível para continuar ou estou disponível para interromper. Farei aquilo que vocês acharem melhor. Quem é que não quer continuar? Querem continuar todos? Muito obrigado, vamos seguir, então.

Ora, o próximo ponto, **Ponto n.º 3.2**, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal respeitante à 2.ª Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal do Marco de Canaveses.

Quem é que se pretende inscrever? Sra. Presidente, tem a palavra, por favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito bem. Trazemos aqui à consideração a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal de 2019. Dar conta aos presentes que esta revisão orçamental surge na medida da necessidade da reprogramação de alguns investimentos municipais no âmbito do PARU – Plano de Ação e de Reabilitação Urbana, que o Sr. Vice-presidente ainda há pouco tempo nos deu conta que são cerca de cinco milhões de euros (5.000.000€) de investimento na cidade do Marco, em equipamentos culturais, nas ruas. E por isso, tendo em conta a evolução dos projetos e o ponto de situação das ações em desenvolvimento, tivemos que fazer esta revisão.

Este ajustamento no quadro de compromissos do PARU advém, de facto, de à data de apresentação do Orçamento Municipal de 2019 – que lembro aos presentes, ocorreu em outubro de 2018 – algumas destas candidaturas estarem a aguardar a respetiva aprovação pela CCDRN, e resulta também da necessidade de reprogramação física verificada com a revisão de projetos ou com as adequações destes às necessidades que o Executivo e os técnicos municipais identificaram. Este ajustamento incide principalmente na alteração do cronograma da execução física e financeira das seguintes obras e ações: reabilitação do Jardim Adriano José Carvalho e Mello, reabilitação da Avenida. Prof. Dr. Carlos Mota Pinto, reabilitação dos arruamentos na zona envolvente ao edifício dos Paços do Concelho, reabilitação da Avenida Eng.º Adelino Amaro da Costa e da Avenida Gago Coutinho, também do Museu Municipal Cármem Miranda, e daquilo que nós designamos, e que também estavam na candidatura, de medidas minimizadoras do impacto das obras, a promoção, sensibilização e comunicação dessas medidas.

Ou seja, após análise técnica dos projetos, e por informação dos serviços técnicos municipais, tornou-se necessário reajustar este quadro dos compromissos do PARU, com as correspondentes implicações orçamentais que daí advêm. Ao nível da receita, como podem verificar, receitas de



capital, reduzimos um milhão, duzentos e vinte e seis mil euros (1.226.000€) na rubrica de transferências de capital, que são as transferências comunitárias que haviam de vir, e já não vêm, devido ao atraso da obra, e pelo reajustamento do cronograma de execução dos projetos cofinanciados pelo FEDER, e com a correspondente redução líquida da despesa pelo mesmo valor. Este ajustamento líquido na despesa surge do encontro conjugado de diminuição das dotações de despesa no PARU, em um milhão, novecentos e sessenta e dois mil euros (1.962.000€), e com o aumento da despesa corrente e de capital, pelo valor de cerca de setecentos e trinta e seis mil euros (736.000€).

Para o equilíbrio da presente revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal de 2019, foram reforçadas as rubricas de despesas com o pessoal, para acomodar os ajustes efetuados ao quadro de pessoal do Município, assim também como o reforço de algumas rubricas de investimento, nomeadamente ao nível de saneamento e água, bem como ao nível das infraestruturas, tais como arruamentos e passeios, e neste último caso, este reforço atinge os quatrocentos e cinquenta mil euros (450.000€).

Por fim, referir que estas modificações ao Orçamento evidenciam a necessidade de consolidar o equilíbrio orçamental, nos termos do art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e o respetivo cumprimento da Lei do Orçamento de Estado de 2019. Nestes termos, por compensação do desvio ao nível da execução orçamental, também dar conta de que a regra de equilíbrio orçamental se encontra garantida e demonstrada na presente modificação orçamental, do tipo revisão n.º 2/2019.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Quem pretende inscrever-se sobre este ponto da ordem de trabalhos? Ricardo Soares. Mais alguém? Ora, como não há mais ninguém, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Soares.

--- Ricardo Soares (Presidente J.F. Bem Viver, PS) ---

Obrigado, Sr. Presidente.

Dispensando os normais cumprimentos, quanto a este ponto, e de forma muito breve, gostaria apenas de realçar a resposta dada por este Executivo a um problema que existe há anos, que foi apontado como prioritário desde o primeiro dia do meu mandato, que mereceu a atenção do Executivo e serviços técnicos camarários, e que já originou inclusive uma intervenção minha nesta Assembleia – falo da requalificação da Rua Eng.º Manuel Carneiro Galdes, um caso sério de degradação ignorado ano após ano, mas que agora vê uma solução. É, por isso, com agrado que vejo contemplada nesta revisão orçamental a dotação em cerca de duzentos mil euros (200.000€) para a obra de requalificação desta importante via. Bem sei que os trabalhos se prolongaram, há fortes constrangimentos operacionais, o que impede de fazer as coisas mais rápido; mas, como dizíamos em campanha eleitoral, e como foi já referenciado hoje pelo exemplo da Escola Primária da Feira Nova, é preferível esperar e fazer bem, do que rápido e mal. A Freguesia de Bem Viver aguarda com expectativa o início desta obra, os comerciantes e moradores aguardam com expectativa o início desta obra, mas fundamentalmente os pais das crianças que todos os dias



percorrem esta via para levar os seus filhos à escola aguardam com expectativa esta obra, pois finalmente poderão fazê-lo com a segurança exigida.

Obrigado, assim, ao Executivo da Câmara Municipal por esta dotação e consequente resposta a um problema que, como disse, tem longos anos. Mais uma vez, a palavra será honrada.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Pinto.

--- Nuno Pinto (PS) ---

Sr. Presidente, Sra. Secretária, Sra. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, caros colegas deputados municipais, público e comunicação social:

Vou ser breve, porque não vale a pena nos alongarmos muito mais. Só vou dizer duas ou três coisas muito rápidas.

Primeiro, já todos o fizeram, mas eu ainda não tive possibilidade de intervir, dar os parabéns ao Sr. Presidente por fazer esta Assembleia Municipal desconcentrada – que acaba por ser engraçado o termo, é mesmo um jogo de palavras; aqui ao início, andámos mesmo aqui todos um bocado desconcentrados com o decorrer dos trabalhos. E também agradecer a receção ao Presidente da Junta, Ricardo Soares.

Sobre o início dos trabalhos, sinceramente, inicialmente, depois de tudo o que ouvi e refleti, teria também alguma coisa a dizer sobre o que se passou aqui, mas não o vou fazer, porque acho que a esta altura era completamente destrutivo, e não o vou fazer. Confio nos líderes das Bancadas, que eles se hão de reunir numa próxima vez, e ver se conseguem sanar esta questão para, na minha opinião, todos termos o direito de fazer as perguntas, e depois também ser dado o tempo adequado para se responder. Não vou discutir no pormenor, mas se se fazem trinta perguntas, é normal que seja difícil responder em dez minutos ou um quarto de hora. Acho que é razoável, mas entrego isso aos líderes das diversas Bancadas, ao Sr. Presidente e à Mesa, para chegarem a um consenso que agrade a todos. E sinceramente, sei que da outra vez já não foi fácil, e hoje também não foi um grande exemplo, ao princípio, de todos – eu sou sempre o primeiro, também fiz as minhas alocações, e se calhar não as devia ter feito. E acho que devem reunir de uma vez por todas, para se aclarar esta situação, porque não vamos andar aqui até outubro de 2021 com esta questão sempre, e sempre.

Sobre a revisão, no fundo, o resumo feito pela Sra. Presidente é claro. Claro que quem não esteve, ou quem não assistiu à última Assembleia poderá não saber de onde é que as coisas vêm, mas quem assistiu, isto já foi discutido na outra vez, quando foram apresentadas as contas, e no fundo, isto é o reflexo. O Orçamento Municipal, num ano normal, sem eleições, é iniciado e elaborado por volta de setembro / outubro, é natural que volvidos sete, oito, nove meses, por diversas situações, seja necessário fazer reajustes. Aqui estamos com um reajuste a nível do PARU, não vou voltar a repetir o porquê, já aqui foi debatido várias e várias vezes, vou passar à frente. Só dizer que fico contente porque eu gosto, sou sempre defensor, e acho que tenho mantido isso aqui, pela redistribuição, pela equidade por todas as freguesias, e eu sou daqueles que já disse aqui diversas



vezes, é claro que o centro da cidade é o centro da cidade, e o investimento é grande no centro da cidade, sabemos bem que a maior parte dele sem esforço do Município, mas há uma grande concentração do investimento no centro da cidade. Se esta reprogramação for para que as coisas – e é, tenho a certeza disso, porque é por isso, exatamente, que o Executivo tem, às vezes por iniciativa, por alterações impostas, outras vezes por falta de respostas técnicas, mas que estas alterações sejam para que as obras verdadeiramente sirvam as pessoas, e que não se repitam erros do passado. Estas obras, é bom que elas preferencialmente – é a minha opinião, as pessoas não estão nada preocupadas com reprogramações, algumas delas nem sabem o que isso é; o que importa é como agora lá na Adelino Amaro da Costa começou a obra, e as pessoas aí começam a sentir os impactos da obra, e querem saber se aquilo vai demorar muito, se não vai, e depois daquele sacrifício todo, quer moradores, quer comerciantes, se o proveito é, ou não. Isso cabe-nos a nós todos, cabe neste momento ao Executivo que isso seja garantido. Se isso demorar mais meio ano, ou um ano, a mim, assumo, pessoalmente não me preocupa, e se em setembro, ou no próximo ano, tivermos que fazer outra reprogramação, terei sempre a mesma opinião: o que importa é a obra final, é o que vai ser entregue aos munícipes para desfrutarem no futuro. E nesta redistribuição, se com esta alteração provocada por necessidades de adiamento de obra, se conseguirmos libertar aqui alguma verba, e se com isso conseguirmos redistribuir, quer a nível de arruamentos, ou passeios, ou pequenos troços de água e saneamento por todas as freguesias, ainda fico mais contente. Sou pela redistribuição, pela proximidade, e todos sabemos que a proximidade tem os seus custos, tem as suas exigências, as pessoas que estão mais perto do Executivo fazem mais pedidos, mas se este reajustamento, se este atraso das obras do PARU for para que as obras fiquem com muito mais qualidade, e ainda por cima consigam antecipar – não é fazer mais, é antecipar – investimentos por todas as freguesias, só temos razão para estarmos todos satisfeitos.

Obrigado, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Presidente, tem a palavra.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Obrigada.

Só para também dar nota de que o Sr. Presidente da Junta, Ricardo Soares, veio aqui felicitar-nos porque, de facto, há um reforço nesta revisão orçamental, há um reforço de cerca de duzentos mil euros (200.000€) para a obra que aqui evidenciou, e por isso estamos a trabalhar nela, e espero também que dentro em breve possamos dar resposta a essa necessidade, que é uma necessidade que o Executivo Municipal, além do Executivo da Junta de Freguesia, reconhece que temos que avançar com ela.

Em relação àquilo que foi a intervenção do deputado Nuno Pinto, também dizer que para nós o importante é que tivemos esta preocupação em planear as obras do PARU, e temos tentado, e vamos tentar ainda mais, minorar os bloqueios e os constrangimentos, e sobretudo pedir a compreensão a todos os Marcoenses, onde esta obra vai decorrer, porque, efetivamente, o Sr. Vice-presidente já teve oportunidade de dizer, quando há obra há sempre constrangimentos. Nós não conseguimos, como diz o povo, “ter sol na eira e chuva no nabal”; não é possível ter as duas coisas. E por isso, quando há obra, certamente vão haver alguns constrangimentos. Estamos a



trabalhar nas medidas minimizadoras, vamos ajudar, quer os comerciantes, quer os particulares, a também terem a minimização desses constrangimentos, mas logicamente que há de haver um dia ou outro em que as coisas não correrão tão bem, e por isso, desde já, o nosso pedido de desculpa, porque estamos a trabalhar para os Marcoenses, estamos a fazer obra para os Marcoenses, e por isso, pedir também a compreensão de todos.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Passamos à votação deste ponto da ordem de trabalhos, Ponto n.º 3.2. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ora, passamos de seguida para o **Ponto n.º 3.3**, Para conhecimento: Informação sobre os compromissos plurianuais face à autorização prévia, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA.

Quem pretende inscrever-se?

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, é uma questão que já é normal, em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal temos que trazer a esta Assembleia uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo daquilo que se chama autorização prévia genérica, que aqui se propõe. Nada mais.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Quem pretende inscrever-se?

Ora, passamos, então, ao **Ponto n.º 3.4**, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal respeitante à Transferência de Competências dos Municípios para a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa nos domínios da Educação e Saúde.

Sra. Presidente, se faz favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, de facto, a Comunidade Intermunicipal decidiu aceitar estas competências. Estas competências na área da saúde e da educação foram aprovadas no Conselho Intermunicipal, na reunião de 8 de março de 2019, a Comunidade Intermunicipal decidiu deliberar no sentido de reunir condições para aceitar o exercício das competências no domínio da educação e da saúde. E por isso, hoje aqui o que nós trazemos é, de facto, essa deliberação, que terá que ser submetida, que já foi aprovada por unanimidade em Reunião de Câmara de 13 de maio, e hoje trazemos para submeter à Assembleia Municipal essas transferências de competências no âmbito intermunicipal do Tâmega e Sousa, nos domínios da educação e saúde.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.



Quem pretende inscrever-se sobre este ponto da ordem de trabalhos? Ora, como não há inscrições, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Passamos de seguida ao **Ponto n.º 3.5**, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal respeitante à Transferência de Competências no Domínio da Educação.

Sra. Presidente, tem a palavra.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Mais uma vez, esta questão da transferência de competências, neste caso outra vez no domínio da educação, mas a transferência de competências para a Câmara Municipal. Dar conta aos presentes de que a Câmara, no dia 13 de junho, decidiu por unanimidade não aceitar esta delegação de competências. À data desta reunião, o Ministério da Educação, através da DGAL, ainda não tinha enviado respostas à Câmara Municipal sobre várias questões técnicas que tínhamos refutado na informação deles. Entretanto, já mandaram, mantiveram tudo igual naquilo que eram os quadros que tinham vindo, eles mantêm; a única coisa que modificou foi que tinham apenas sinalizado a Escola EB 2/3 de Alpendorada, e agora incluíram também a Escola Secundária de Alpendorada, a nosso pedido.

Dar conta de que temos até 30 de setembro para decidir – o prazo foi alterado, era até 30 de junho, e agora temos até 30 de setembro para decidir. Os nossos técnicos acharam que devíamos também colocar aqui a Escola Secundária, porque a obra que resultou nesta escola, do ponto de vista deles, não foi estrutural, ao contrário daquilo que o Ministério da Educação nos diz, e por isso, tivemos ao menos essa preocupação de incluir esta escola, que o Ministério da Educação pelo menos garantiu a sua inclusão, para que ela possa vir a ser intervencionada – vamos agora também negociar as verbas.

E é isso, é a transferências de competências no domínio da educação, que o Executivo Municipal e a Câmara Municipal vai ter que até 30 de setembro decidir se vamos, ou não, aceitar para o ano letivo 2020/21. Para o ano 2019/20 já dissemos que não, porque não tínhamos os dados; agora, temos até 30 de setembro para decidir se vamos, ou não, aceitar esta delegação de competências para o ano letivo 2020/21.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Obrigado, Sra. Presidente.

Quem pretende inscrever-se sobre este ponto? Sr. Deputado Luís Vales. Há mais alguém que pretenda inscrever-se sobre este ponto da ordem de trabalhos? Não há inscrições. Sr. Deputado Luís Vales, tem a palavra.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas deputados desta Assembleia.



Eu queria apenas aqui referir que, de facto, estas transferências de competências começaram mal, estão a correr mal, e em boa hora a Sra. Presidente da Câmara resolveu não aceitar essas transferências de competências enquanto não souber qual o envelope financeiro que as acompanha. E por isso, saudar aqui o Executivo Municipal por esta questão.

Naturalmente, os vereadores do PSD e o PSD também estão de acordo com esta decisão, o que apenas comprova o falhanço em toda a linha desta medida por parte do Governo Socialista. A pergunta que lhe deixo, Sra. Presidente, é muito simples: é se já tem alguma informação em relação à área da saúde, nomeadamente no que diz respeito às verbas que serão, ou não, transferidas pelo Governo.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Presidente, tem a palavra para responder, por favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada.

Respondendo à questão que o Sr. Deputado Luís Vales aqui colocou, de facto, já nos responderam, mas ainda não foram enviados os mapas finais financeiros dessa transferência de competências. Logicamente, como já o fizemos, vamos voltar a fazer, depois de termos esses dados todos em cima da mesa, e termos também algumas questões técnicas que nós entendemos que devem ser debatidas, e amplamente debatidas, vamos fomentar reuniões de trabalho, conforme já fizemos com os Partidos políticos, com os Agrupamentos de Escolas, porque são, efetivamente, os Agrupamentos de Escolas que estão nas escolas todos os dias, são eles que sabem, e também nos ajudaram muito, dar nota disso, de que nos ajudaram muito a fazer esse trabalho de confrontação dos dados do Ministério da Educação com aqueles dados que nos foram enviados via DGAL. E por isso, dizer que, logicamente, daqui até setembro de 2019 – falta pouco, são os meses de férias – vamos ter que assumir esse compromisso de voltar a debater, e de voltarmos todos a sentar-nos à mesa para aquilo que é uma delegação de competências, que eu acho que apesar de ter havido alguma falha aqui nos prazos, é um compromisso que este Governo também assumiu, e que é de saudar – e aliás, teve o consenso de todos os Partidos. Embora com alguns constrangimentos, não é uma coisa que se faça de um dia para o outro, mas eu espero, e já o disse, que isto é apenas e tão só mais trabalho para a Câmara Municipal, vai ser muito mais investimento que a Câmara Municipal vai fazer, porque agora, quando reclamam ao Ministério da Educação, lá em Lisboa, ninguém os conhece; a Sra. Presidente de Câmara e este Executivo estão todos os dias cá, e por isso nós temos consciência de que isto vai ser muito mais trabalho. Só para terem consciência, hoje a Câmara Municipal tem pouco mais de quatrocentos e vinte funcionários; só do Ministério da Educação nós vamos ter que tomar conta de mais duzentos e noventa funcionários. Por isso, imaginem o volume de trabalho que vamos ter, o volume de responsabilidades que os nossos técnicos vão ter que assumir na manutenção das escolas, no serviço de refeições, tudo o que até agora é da responsabilidade do Ministério da Educação, e que nos vai ser passado. Por isso, temos essa consciência de que é mais trabalho, temos consciência de que nem sempre o Ministério da Educação nos respondeu de acordo com aquilo que eram as nossas expectativas, mas também estamos conscientes de que esse trabalho vai ser para melhorar a relação que temos com os municípios de Marco de Canaveses, e vai ser um trabalho que vai



melhorar sobretudo a capacidade de resposta das escolas, de resolvermos os problemas das escolas, porque queremos contribuir para o sucesso educativo dos nossos alunos e dos Marcoenses. Por isso, é mais trabalho, é um esforço financeiro que a Câmara vai fazer, não tenho dúvidas, mas estou certa de que os Marcoenses e todos nós ficaremos a ganhar com esta transferência de competências.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Terminadas as intervenções, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ora, passamos ao **Ponto n.º 3.6** da ordem de trabalhos, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa ao recrutamento para cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos e Fiscalização – Designação do Júri de Recrutamento.

Sra. Presidente, tem a palavra.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Dar conta aos presentes do seguinte: a estrutura orgânica dos serviços do Município de Marco de Canaveses foi publicada por aviso do Diário da República em janeiro de 2013. Entretanto, foi alterada em 26 de março de 2018, e previa a existência de uma Divisão de Assuntos Jurídicos e Fiscalização diretamente dependente da Presidente da Câmara Municipal. A mencionada Divisão de Assuntos Jurídicos e Fiscalização era chefiada por um dirigente de grau intermédio de 2.º grau, cuja comissão de serviço cessou no dia 1 de abril de 2019, conforme o meu Despacho n.º 12/2019, datado de 22 de março.

Reconhecendo a necessidade de assegurar a liderança na gestão da referida unidade orgânica, por forma a garantir o normal funcionamento dos serviços até à nomeação do novo titular do cargo, por meu despacho, datado de 3 de abril de 2019, nomeei em regime de substituição para o referido cargo o técnico superior deste Município – neste caso, uma técnica superior, a Dra. Cláudia Cristina Madureira de Abreu Amorim. A referida nomeação produziu efeitos a partir de 3 de abril de 2019, e cessa, diz a Lei, passados noventa dias sobre a data da vagatura do lugar, salvo se estiver em curso um procedimento tendente à designação de um novo titular, conforme o disposto na Lei n.º 2/2004, que é aplicável à Lei das Autarquias Locais.

Ou seja, mostrando-se imprescindível dotar a referida unidade orgânica do respetivo dirigente – dirigente intermédio de 2.º grau – conforme previsto no Mapa de Pessoal, para garantir a prossecução das respetivas atribuições e competências, é necessário – e é isso que aqui hoje propomos – que o lugar que está vago seja preenchido, e para isso é preciso autorização para abrir o procedimento concursal de seleção para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos e Fiscalização. Para que esse procedimento seja aberto é também preciso hoje aqui votar e aprovar a composição do júri. E a composição do júri é a seguinte: para Presidente do júri propomos a Dra. Telma Xavier Correia, Chefe de Divisão dos Assuntos Jurídicos



da Câmara Municipal de Lousada; para 1.º Vogal, José Manuel Ribeiro Leão, Diretor do Departamento Administrativo, Jurídico e Financeiro do Município de Paços de Ferreira; para 2.º Vogal, Sérgio Martins Vieira da Cunha, Diretor do Departamento de Administração Geral da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa; para 1.º suplente, João Paulo Maricato, Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Marco de Canaveses; e para 2.º suplente, Emília Sousa, Chefe de Divisão de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Marco de Canaveses.

E é isto que temos hoje aqui para votar.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Quem pretende inscrever-se sobre este ponto da ordem de trabalhos? Não há inscrições, passamos à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ora, passamos ao **Ponto n.º 3.7** da ordem de trabalhos, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à 2.ª alteração da organização dos serviços municipais – Estrutura Orgânica Flexível; 2.ª alteração da organização dos serviços municipais – Moldura Organizacional; 2.ª alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços do Município do Marco de Canaveses; 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal 2019.

Sra. Presidente, tem a palavra.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu estava aqui a tentar arranjar uma forma de sumariar aquilo que tenho aqui nestes documentos, para também não me tornar maçadora neste ponto.

Para explicar aos presentes qual é a situação: como sabem, a Câmara Municipal tem na sua estrutura orgânica dois departamentos: o Departamento Financeiro, Económico e Social, e o Departamento de Obras e Urbanismo. O que é que nós pretendemos? Pretendemos, dentro do Departamento Financeiro, Económico e Social, criar duas novas Divisões. No fundo, é dividir este departamento, numa Divisão, que é a Divisão de Assuntos Sociais e Desenvolvimento Económico, que vai ter sob a sua alçada os assuntos da ação social e saúde, os assuntos da educação e os assuntos do desenvolvimento económico. E depois, uma outra Divisão, que vai ter cultura, turismo e associativismo. No fundo, há uma divisão deste, que era um departamento – como sabem, hoje não temos Diretor de Departamento deste Departamento de Desenvolvimento Económico e Social – dividir este departamento em duas Divisões.

E perguntam os presentes por que é que vamos dividir isto em duas Divisões. É verdade que também reflete aqui um bocadinho a estratégia deste Executivo, que é uma estratégia de desenvolvimento económico-social, no presente, que coloca os assuntos sociais no centro da nossa atuação política, porque estamos cientes da necessidade que impera na promoção dos



níveis de qualidade de vida dos Marcoenses, e também porque pretendemos trabalhar mais a inclusão e a coesão social, no respeito pelos princípios transversais, que sejam a subsidiariedade, a integração, a articulação, a participação, a inovação e a igualdade de género.

Por isso, na educação, por que é que também queremos determinar uma unidade em que a educação esteja mais autónoma? Porque, como sabem, temos um projeto e queremos consolidá-lo na cidade, que é a chamada Cidade Educadora, o Marco hoje é considerado uma Cidade Educadora. Esta função encontra-se espelhada desde logo no nosso projeto “#sucessoescolar”. Temos também que congregar esforços e recursos, e definir prioridades que se integrem nas políticas e compromissos internacionais, nacionais, locais e regionais, desde logo na delegação de competências na educação – vamos ter muito mais competências na área da educação. Na área da ação social e saúde, estamos com cinco projetos: a estratégia local de habitação “Marco Habita”, temos a estratégia municipal de saúde, temos a igualdade e não discriminação, que é o projeto “Marco + Igual”, também temos agora a criação de estruturas de atendimento para vítimas de violência doméstica, que vão ser trabalhadas com a Comunidade Intermunicipal, e temos também projetos na área do desenvolvimento económico, pela construção e consolidação de uma cultura sinérgica favorável à promoção do empreendedorismo e à captação de investimento, que é aquele projeto que já foi aqui falado hoje, que é o “Marco Investe”. Como já disse, temos também a acomodação da transferência de competências já assumidas pelo Município, quer nos domínios da justiça e da habitação, e de projetos cofinanciados por fundos europeus, e temos também a antecipação do futuro, em termos de transferência de competências no domínio da educação, da saúde e da ação social, que aqui hoje já foram faladas.

Temos também novos desafios na área da cultura, do turismo e do associativismo. Nós temos cento e quarenta associações no concelho, é preciso que todos tenhamos consciência de que é preciso trabalhar, efetivamente, muito o associativismo. Vamos ter um novo museu, o novo Centro Cultural, e por isso a dinamização e a implementação de projetos capazes de projetar o Marco é uma necessidade. Dividimos este serviço, ou esta estrutura do Município – como disse, este departamento, o Departamento Financeiro, Económico e Social – em duas Divisões, que já foi aqui explicado por quê, e temos também a criação na estrutura organizacional, que é a segunda alteração, integrar no Departamento Financeiro, Económico e Social, então, a Divisão de Administração Geral e Finanças, Divisão de Recursos Humanos, Divisão de Cultura, Turismo e Associativismo, e a Divisão dos Assuntos Sociais e Desenvolvimento Económico.

E fazermos também aqui uma alteração, que é a criação de uma secção administrativa na gestão de obras particulares. Como sabem, o nosso Departamento de Obras funciona muito bem, temos uma equipa muito capaz, uma equipa que, aliás, surpreende os nossos Municípios aqui à volta, nós hoje damos resposta em menos de uma semana à maior parte dos pedidos de licenciamento de obras particulares. E mesmo assim, achamos que essa equipa precisa de ser liderada por uma chefia, ou por uma secção administrativa de gestão de obras particulares, que está integrada na Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, e é essa a estrutura que hoje aqui também trazemos para podermos abrir essa secção administrativa.

E é tudo, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sra. Presidente.



Quem pretende inscrever-se sobre este ponto da ordem de trabalhos? Sr. Deputado Luís Vales. Não há mais inscrições? Sr. Deputado Luís Vales, tem a palavra.

--- Luís Vales (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Presidente, Srs. Vereadores, caros colegas:

Sra. Presidente, o que me traz aqui não são as escolhas que a Sra. Presidente fez para alteração da estrutura orgânica, mas sim o que lhe está inerente – porque quanto às alterações, elas são naturalmente políticas, e portanto, a Sra. Presidente tem que gerir a Câmara de acordo como acha que ela tem que ser mais eficiente.

Mas, o que me traz aqui é que no Orçamento de Estado, quando houve o descongelamento das carreiras, o Governo priorizou as carreiras não revistas, o que, em termos de Administração Local, falamos dos fiscais municipais, da Polícia Municipal, dos técnicos da carreira informática. E foi notícia há alguns dias que a nível nacional a esmagadora maioria dos Polícias Municipais já tinha subido de categoria. A mesma notícia referia que Braga, Felgueiras, Póvoa, Paços de Ferreira e Marco de Canaveses eram as exceções. Na Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, os concelhos que têm Polícia Municipal são Cabeceiras de Basto, Felgueiras, Paços de Ferreira, Paredes e Lousada, e pelo que sabemos, as categorias profissionais em que estão incluídos estes profissionais não são as mesmas. Por isso, a pergunta é qual é a situação, neste momento, da Polícia Municipal do Marco.

E tendo em conta que as subidas de carreira foram descongeladas pelo Governo, e que já numa Assembleia Municipal do ano passado foi referido que havia cabimento orçamental para o efeito, há alguma intenção do Executivo em subir de categoria estas profissões – os fiscais municipais, os da carreira informática, e também os Polícias Municipais, carreiras não revistas? Ou pretendem, enfim, ao contrário daquilo que o Governo fez, manter congeladas estas carreiras?

Finalmente, gostaria de saber se destes dez lugares que temos aqui nesta alteração ao Mapa de Pessoal, nós neste momento temos oito Polícias Municipais ao serviço, e se estes dois que aqui coloca como “a preencher”, serão preenchidos neste próximo ano. E também, já agora, se estas cinquenta e duas vagas – porque são vagas que são necessárias, que diz aqui que são “a preencher”, nós neste momento temos preenchidos trezentos e quarenta funcionários, com contrato de trabalho, e aqui temos a preencher cinquenta e dois. Eu queria, Sra. Presidente, em quanto tempo é que tenciona preencher estes cinquenta e dois lugares vagos. Naturalmente que nós achamos que o Município necessita, precisa de funcionários especializados, e também de outros, mas, naturalmente, temos que ter sempre cuidado para manter a sustentabilidade e a boa saúde financeira da nossa autarquia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Ora, a Sra. Presidente tem a palavra, por favor.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.



Dar conta aos presentes do seguinte: esta alteração do quadro de pessoal da Câmara Municipal resulta também de algumas reuniões de trabalho que temos tido com os nossos Chefes de Divisão e com os Srs. Diretores para podermos também contratar – e o caso que eu acho que é mais preocupante é saber que, por exemplo, neste momento a Câmara Municipal tem apenas uma jurista, e que a jurista, como é normal, há de ir de período de férias, e nós ficaremos sem nenhum jurista no Gabinete de Assuntos Jurídicos para poder dar resposta àquilo que são as normais solicitações dos serviços, e também dos munícipes. E por isso, temos prevista a contratação de alguns técnicos superiores, nomeadamente juristas, um engenheiro civil, técnicos de informática – aliás, estão aí os lugares todos a preencher, nessa alteração ao quadro de pessoal que já aqui foi discutida. Logicamente que a segunda fase das contratações já foi também devidamente planeada e discutida com os nossos Chefes de Divisão, existem alguns casos que são gritantes, estamos nomeadamente a tratar desse assunto agora – existem, por exemplo, motoristas das nossas máquinas, da máquina de arrastos, dos tratores, e nós, neste momento, de um momento para o outro, podemos ficar sem qualquer motorista que possa dar essa resposta ao Município, e é, logicamente, uma preocupação para nós. Por isso, as contratações que vêm a seguir são exatamente essas, são do pessoal operacional, para garantir que a Câmara Municipal tenha sempre ao serviço das freguesias e do Município uma equipa técnica de operacionais especializada e que conheça o trabalho. Ou seja, o que os nossos dirigentes nos têm chamado à atenção e alertado, e muito bem, é que nós não podemos deixar sair, por exemplo, o último eletricitista, ou o último picheleiro, porque ele tem com ele, durante os anos imensos que trabalharam ao serviço da Câmara Municipal, um conhecimento específico de algumas situações e de alguns constrangimentos que existem até para a resolução de alguns assuntos, que vão ter que passar esse trabalho e esse legado ao próximo funcionário que integrar os quadros da Câmara Municipal. E por isso, é essa a nossa preocupação. E logicamente que agora vamos abrir concursos para pessoas mais operacionais, para preenchermos estas equipas, para também podermos dar resposta e melhorar a resposta às freguesias, às Juntas de Freguesias, que temos muitas solicitações, às associações do concelho, que ainda há bocado de referência que são mais de cento e quarenta. E por isso, esta é a segunda fase.

Respondendo concretamente à sua questão, em relação aos Polícias Municipais, os lugares do quadro são para preencher, são efetivamente para preencher, vamos contratar mais dois Polícias Municipais. Dar conta de que um saiu da Câmara Municipal, e o outro foi também incluído, mas por mobilidade, no serviço de ação social – ou seja, há aqui a possibilidade de agora contratarmos mais dois Polícias Municipais.

E a questão dos Polícias Municipais, a de revisão de carreiras, quer deles, quer de outros técnicos, nomeadamente os técnicos de informática, é um assunto que eu e o Sr. Vice-presidente já tivemos em cima da mesa, já fizemos várias reuniões, inclusive com os próprios colaboradores. Está previsto no Orçamento já essa verba, falta mesmo nós decidirmos. Priorizámos primeiro as novas contratações, porque os Polícias Municipais já lá estão, os técnicos de informática já lá estão, e têm todos assegurado um salário. O que nós quisemos agora, nesta primeira fase, foi decidirmos quais eram as áreas prioritárias para contratar pessoas, definimos agora estas áreas de técnicos superiores, agora vamos contratar também os técnicos operacionais, ou os operacionais para dar resposta, como já disse, à maior parte dos serviços técnicos da Câmara Municipal, e então também, espero que daqui até ao próximo trimestre, teremos essa decisão tomada, mas que



também está acautelada em Orçamento de 2019, e por isso, a qualquer momento podemos tomar a decisão, que ela estará acautelada.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Obrigado, Sra. Presidente.

Passamos à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

De seguida, vamos para o **Ponto n.º 3.8**, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal respeitante ao projeto de alteração ao Regulamento do Fundo de Emergência Social do Município do Marco de Canaveses.

Sra. Presidente, tem a palavra.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Dar conta de que esta proposta de alteração ao regulamento do Fundo de Emergência Social foi aprovada em Reunião de Câmara Municipal no dia 22 de maio, por unanimidade. E aquilo que aqui trazemos hoje, para explicar às pessoas, é uma alteração ao regulamento do Fundo de Emergência Social. O Fundo de Emergência Social é um mecanismo que a Câmara Municipal tem para dar resposta a algumas situações, como o próprio regulamento diz, de emergência, a todos os Marcoenses, que pode acontecer a qualquer um de nós termos uma situação em que precisamos do apoio financeiro da Câmara Municipal. Claro que, logicamente, estão aqui contempladas situações de pessoas que não recebem outros apoios de outras estruturas governamentais, ou de outras entidades públicas.

E por isso, para ser concisa, este regulamento esteve em período de consulta pública por trinta dias, e até ao passado dia 6 de maio, que foi quando terminou o período de consulta pública, recebemos um conjunto de contributos. Esses contributos chegaram-nos por parte do Instituto Clínico sediado no Marco de Canaveses, mais concretamente na Travessa D. Carlos I, e esse Instituto Clínico fez-nos alguns contributos. Três dos contributos que esse Instituto nos fez foram clarificados na redação final do documento, ora apresentado como projeto de alteração; cinco dos contributos, porque se relacionavam com a redação da versão em vigor, não se consubstanciavam em alterações, uma vez que já se encontravam previstas no documento agora apresentado como projeto de alteração; e oito contributos relacionavam-se com considerações que, apesar de válidas, significavam alterações estruturais ao paradigma proposto para atribuição de apoios económicos e também ao paradigma proposto dos agregados familiares e/ou pessoas singulares, pelo que não foram considerados.

Relembro que a atualização do regulamento municipal do FES – Fundo de Emergência Social visa adequar esta resposta, ou este instrumento social de iniciativa municipal, a algumas questões, que vou passar a evidenciar: visa, por exemplo, a adequação às implicações do regulamento geral de proteção de dados (o tão conhecido e agora falado regulamento geral de proteção de dados), que foi aprovado pelo regulamento de 26 de abril de 2016, o regulamento da Comunidade Europeia



de 2016, e também na organização de processos e de procedimentos que envolvem tratamento de dados. Por isso, este Fundo de Emergência Social, este regulamento também está adaptado às implicações do regulamento geral de proteção de dados. Está também alterado e adequado às orientações do Guia para a Linguagem Promotora da Igualdade entre Homens e Mulheres na Administração Pública; está também adequado à Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabelece o quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local; está também adequado às orientações do Decreto-lei n.º 120/2018, de 27 de dezembro, que estabelece regras uniformes para a determinação dos rendimentos, e também da composição do agregado familiar que é necessário para verificarmos a situação de insuficiência económica daqueles que vão candidatar-se, e que temos que ter em conta o reconhecimento do direito à atribuição e manutenção deste apoio social. Também está adequado à atualização do indexante dos apoios sociais (IAS). Não estava considerada na versão anterior a atualização anual do indexante dos apoios sociais, recentemente foi publicada a Portaria n.º 24/2019, de 17 de janeiro, e associámos também esta revisão a esta retribuição mínima mensal garantida, que foi atualizada, então, como já disse, pelo Decreto-lei n.º 117.

Em resumo, o Fundo de Emergência Social do Município do Marco de Canaveses é uma resposta social que permite adotar medidas de carácter urgente e transitórias, no que concerne à resolução de situações familiares que não encontram resposta imediata e/ou cabal nos instrumentos próprios das instituições da Administração Pública, ou nas instituições particulares de solidariedade social, e tem como objetivo último contribuir, quer para a melhoria das condições e qualidade de vida da população, quer também para a promoção do desenvolvimento e da coesão social no Concelho de Marco de Canaveses.

Pronto, e eram estas alterações que aqui estão feitas ao regulamento, que dão resposta a estes cinco itens que aqui falei, que esteve em discussão pública, houve contributos, os contributos estão aqui versados, e esta é a versão que já foi aprovada também, como disse, em Reunião de Câmara Municipal por unanimidade, no dia 27 de maio.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Obrigado, Sra. Presidente.

Quem pretende inscrever-se sobre este ponto da ordem de trabalhos? Não há inscrições, passamos à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ora, último ponto da ordem de trabalhos, **Ponto n.º 3.9**, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal respeitante à Declaração de Interesse Municipal, do prédio urbano, sito no lugar das Caldas de Canaveses e cujo requerente é a Palácio de Canaveses, S.A.

Sra. Presidente, tem a palavra.

--- Presidente da Câmara Municipal ---



Sr. Presidente da Assembleia, este assunto foi acompanhado pelo Sr. Vereador, Eng.º Mário Bruno. Se ele puder fazer a apresentação do ponto, que está mais por dentro do assunto, agradecia.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Faça favor.

--- Mário Bruno Magalhães (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Olá, muito boa tarde – para nós é bom dia, que ainda não almoçámos.

É requerida a classificação de interesse municipal pela empresa Palácio de Canaveses, S.A., consoante o seu valor relativo, os bens imóveis de interesse cultural podem ser classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal. Consideram-se de interesse municipal os bens cuja proteção e valorização de todo ou em parte representa um valor cultural de significado predominante para o Município. É isto exatamente que está em causa, e que deve ser ponderado pelo Executivo.

No PDM, o imóvel está inventariado como de interesse patrimonial municipal, sendo preciso afirmar que nem todos os imóveis de interesse patrimonial identificados na planta de ordenamento e carta do património correspondem a imóveis que pelo seu interesse histórico, arquitetónico ou ambiental devem ser alvo de medidas de proteção e valorização.

As Caldas de Canaveses são uma realidade com um grande futuro pela frente, atravessaram fases muito boas no passado, nomeadamente desde a época romana, séc. I e séc. II, até ao início do séc. XX, onde tiveram o seu auge nos anos vinte. Além do majestoso hotel, sobranceiro ao Rio Tâmega, conta ainda com um bairro muito conhecido, popular e com uma capela. As termas e o hotel Palácio de Canaveses são uma herança natural e construída durante séculos, uma verdadeira identidade que perdura na memória de gerações dos Marcoenses.

Daí que o Executivo considera e apresenta aqui esta proposta para que seja, então, declarado e aceite o pedido de classificação de imóvel com interesse municipal, com este projeto. Tiveram avanços e recuos, como sabem, hoje é uma realidade, a estrutura de betão armado está concluída, a arquitetura está quase pronta, a cobertura mantém e está a ser revestida a zinco, mantém aquilo que era mais ou menos o original, as fachadas mantêm-se as primitivas, aquelas que foram demolidas porque apresentavam características técnicas fracas, de materiais que eram utilizados que não eram de grande qualidade, vão ser todas reconstruídas. E o hotel, como podem ver na proposta, tem hoje já o aspeto que tinha há décadas, há muitos anos. Por isso, é de ponderar esta classificação do imóvel em questão.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Vereador.

Quem pretende inscrever-se? Não há inscrições. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.



Srs. Deputados, eu pedia só mais um minuto de atenção, que eu me esqueci, há momentos, quando começámos, esqueci-me de dizer isso: eu, a título pessoal, e a Mesa, no seu conjunto, estamos sempre disponíveis para ir a todas as freguesias, com toda a boa vontade. Só não irei se os serviços disserem que não há condições para o fazer. Caso contrário, estarei em qualquer lado, a qualquer hora, e seguramente bem disposto.

Vamos passar, então, à aprovação por minuta.

--- Maria Gorete Pinheiro (2.ª Secretária, PS) ---

Ponto n.º 3.2, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal respeitante à 2.ª Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal do Marco de Canaveses. O ponto foi aprovado por unanimidade, com trinta e três (33) votos a favor, zero (00) votos contra, e zero (00) abstenções. Quem vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.4, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal respeitante à Transferência de Competências dos Municípios para a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa nos domínios da Educação e Saúde. O ponto foi aprovado por unanimidade, com trinta e cinco (35) votos a favor. Quem vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.5, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal respeitante à Transferência de Competências no Domínio da Educação. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e cinco (35) votos a favor. Quem vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.6, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa ao recrutamento para cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos e Fiscalização – Designação do Júri de Recrutamento. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e cinco (35) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.7, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal relativa à 2.ª alteração da organização dos serviços municipais – Estrutura Orgânica Flexível; 2.ª alteração da organização dos serviços municipais – Moldura Organizacional; 2.ª alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços do Município do Marco de Canaveses; 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal 2019. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e cinco (35) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 3.8, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal respeitante ao projeto de alteração ao Regulamento do Fundo de Emergência Social do Município do Marco de Canaveses. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e cinco (35) votos a favor. Alguém vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Finalmente, Ponto n.º 3.9, Apreciação e deliberação da proposta da Câmara Municipal respeitante à Declaração de Interesse Municipal, do prédio urbano, sito no lugar das Caldas de Canaveses e cujo requerente é a Palácio de Canaveses, S.A. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e cinco (35) votos a favor. Quem vota contra ou se abstém? Aprovado por unanimidade.

Boa tarde.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, bom apetite para o jantar e para o almoço.